



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

CRISTIANE BONDAN RAMPAZZO

**FRANCISCO SANCHES FILHO – PACO: MEMÓRIA COLETIVA DA REGIÃO NA
SERRA GAÚCHA, RS – 1889-1931**

**CAXIAS DO SUL
2023**

CRISTIANE BONDAN RAMPAZZO

**FRANCISCO SANCHES FILHO – PACO: MEMÓRIA COLETIVA DA REGIÃO NA
SERRA GAÚCHA, RS – 1889-1931**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como pré-requisito para obtenção do título de mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul. Linha de pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Gasparini Xerri

**CAXIAS DO SUL
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

R177f Rampazzo, Cristiane Bondan

Francisco Sanches Filho - Paco [recurso eletrônico] : memória coletiva da região na Serra Gaúcha, RS - 1889-1931 / Cristiane Bondan Rampazzo. – 2023.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

Orientação: Eliana Gasparini Xerri.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Sanches Filho, Francisco, 1889-1931 - Biografia. 2. História - Estudo e ensino. 3. História oral. 4. História - Serra, Região (RS). I. Xerri, Eliana Gasparini, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 929SANCHES FILHO

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

**FRANCISCO SANCHES FILHO – PACO: MEMÓRIA COLETIVA DA REGIÃO NA
SERRA GAÚCHA, RS – 1889-1931**

Cristiane Bondan Rampazzo

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Caxias do Sul, 28 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

Dr^a. Eliana Gasparini Xerri

Universidade de Caxias do Sul

Dr. Jorge Luiz da Cunha

Universidade Federal de Santa Maria

Dr^a. Katani M. M. Ruffato

Universidade de Caxias do Sul

Dr^a. Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul

Dedico aos meus três amores: Ivo, Ricardo e Henrique.

AGRADECIMENTOS

A presente Dissertação é dedicada a todos que, de alguma forma, disseram “Sim” e ajudaram a engrandecer esse estudo. Aos docentes do PPGHIS da Universidade de Caxias do Sul, pelas contribuições na construção do conhecimento.

Agradeço a meus familiares, Ricardo, Henrique e Gerusa, pelo apoio incondicional; à Gerusa, inclusive, pelas sugestões, pelo serviço de revisão e formatação dessa dissertação. Também a meus pais, que já não estão ao meu lado, mas que sempre acreditaram na educação e me incentivaram a estudar.

Meus agradecimentos às professoras Terciane A. Luchese e Katani M. M. Ruffato, que fizeram parte da banca de qualificação dessa dissertação, bem como ao professor Jorge Luiz da Cunha, membro da comissão avaliadora final do trabalho, além da professora e orientadora Eliana Gasparini Xerri, que me conduziu durante todo o período de pesquisa e estudos, indicando leituras e caminhos, sempre com muita sabedoria, leveza e solicitude, tornando a tarefa menos árdua e mais produtiva.

Um agradecimento mais que especial e merecido à Márcia Londero e Bernardo L. Bisatto, pois são pessoas generosas, cujo auxílio recebido foi essencial à conclusão dessa dissertação.

Minha gratidão à Secretária de Cultura e Turismo, Diana Alessio Tomiello, a toda equipe da secretaria, assim como aos responsáveis pela Casa de Cultura Frei Rovílio Costa e do Museu Municipal de Veranópolis.

Da mesma forma, meus agradecimentos ao Sr. Emerson Sartori, do Arquivo Público de Veranópolis; Vagner Boni, do Arquivo Histórico de Bento Gonçalves; Elenira Prux e Deise Giacomoni, do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul João Spadari Adami; ao Padre Luiz Mascarello e à secretária do Santuário Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, em Pinto Bandeira; aos colaboradores do APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e MUSECOM – Museu da Comunicação Hipólito José da Costa; à secretária do PPGHIS, Lisandra Boff de Andrade.

Agradeço aos colaboradores que entrevistei, aos que forneceram materiais – documentos e fotografias –, aos que fizeram sugestões e críticas, aos que me acompanharam nas pesquisas de campo, enfim, cito os nomes abaixo, já me desculpando se minha memória falhar e esquecer de alguém, todos são importantes.

Recebam minha gratidão: Anthony B. Tessari, Aparício Galves, Andressa Bresolin, Araci T. Nichetti, Caroline Boscaini, Carlos Wagner, Danilo Arcari, Gabriela R. Troian,

Geraldo Farina, Gilmar De Toni, Giovanni Lazzarotto, Hadair Ferrari, João W. Tonus, Jordana Panizzi, Luciane Rigo, Luiza Iotti, Maria Rampazzo, Mauro C. Noskoswski, Miguel Beltrami, Nelson Carlos Sottili, Neusa Mercalli, Roberto Rossi Jung, Rosane M. S. Maronn.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

José Saramago (1997)

RESUMO

No presente trabalho, busca-se verificar como Francisco Sanches Filho, conhecido pela alcunha de “Paco,” se mantém vivo na memória regional, uma vez que sua trajetória permeia o imaginário social devido ao modo como escolheu viver, atuando (i)legalmente, confrontando princípios morais e religiosos estabelecidos. Filho de imigrantes espanhóis, nasceu no município de Bento Gonçalves, RS, no mesmo ano em que foi proclamada a República, e por muitos anos atuou na política. A historiografia o representa de várias maneiras, como herói, bandido, sedutor, cabo eleitoral, pai, porém, o interesse desse estudo é verificar de que forma essas representações atuam no sentido de preservar e perpetuar sua memória e história. Para tal, utiliza-se as pesquisas bibliográfica e documental, por meio das quais se encontra reportagens jornalísticas, livros, estudos acadêmicos, sites, blogs, processos judiciais. Concomitantemente, faz-se uso da metodologia da História Oral, com a utilização de entrevistas, o que proporciona um outro olhar sobre a história do personagem, desvelando novos horizontes historiográficos. Estudar sua trajetória contribui também para o conhecimento da História Local, nos âmbitos econômico, religioso, político e social, incluindo o processo de colonização da região e as relações entre indivíduos de diferentes etnias. Além do estudo acadêmico, também foi realizada uma exposição no Museu Municipal de Veranópolis, denominada *Paco: atuação, representação & memória*, na qual a trajetória de Sanches foi entrecruzada com a história do município e da região, sendo a mesma composta de imagens, textos e objetos, incluindo alguns que pertenceram ao personagem estudado. A exposição, que representa o produto final desse estudo, durante o período em que esteve aberta para visitação, dos meses de junho a dezembro de 2022, obteve a participação de um público considerável, de diversas faixas etárias, oriundo tanto da região, quanto de outros estados.

Palavras-chave: Paco; Memória; História Oral; Representação; Ensino de História.

ABSTRACT

The present essay seeks to find out how Francisco Sanches Filho, known by his nickname “Paco”, remains alive in the regional memory, since his life story permeates the social imaginary due to how he chose to lead his life, by acting (i)llegaly, and opposing stablished moral and religious principles. Son of immigrants from Spain, born in the city of Bento Gonçalves, RS, in the same year that the Republic was proclaimed, he was active in politics for many years. Historiography has represented him in a number of ways; as a hero, a villain, a seducer, political canvasser, father. The aim of this study, however, is to verify how these representations contribute to preserve and perpetuate his memory and history. Therefore, the study utilizes bibliographical and documental research, which includes newspaper articles, books, academic studies, websites, blogs, and lawsuits. Concurrently, it uses Oral History as its methodology, with the usage of interviews, which offers a different look at the background of the character, unveiling new historiographical perspectives. The study of his trajectory also contributes to the knowledge of local History, in the economic, religious, political and social fields, including the colonization process of the region and the relations between individuals of different ethnicities. Besides this academic study, an exposition also took place in the Municipal Museum of Veranópolis called “Paco: actuation, representation and memory”, in which Sanches’ trajectory was interwoven with the history of the city and of the region. It consisted of images, texts and objects, some of which that belonged to the studied character. During the period it was open, June to December 2022, the exhibition, which represents the final product of this study, had a considerable audience of different age groups, both from the region and from other states.

Keywords: Paco; Memory; Oral History; Representation; History Teaching.

RESUMEN

En el presente trabajo se buscó verificar cómo Francisco Sanches Filho, conocido como “Paco”, se mantiene vivo en la memoria regional, una vez que su trayectoria permea en el imaginario social debido a la manera cómo eligió vivir, atuando (i)legalmente, confrontando principios morales y religiosos establecidos. Hijo de inmigrantes españoles, nació en el municipio de Bento Gonçalves, RS, en el mismo año en que fue proclamada la República, y por muchos años actuó en la política. La historiografía lo representa de varias maneras, como héroe, bandido, seductor, encuestador político, padre, sino, el interés del estudio es verificar cómo esas representaciones actúan en el sentido de preservar y perpetuar su memoria y historia. Para ello, se utiliza las pesquisas bibliográfica y documental, a través de las cuales se puede encontrar informes periodísticos, libros, estudios académicos, sitios web, blogs y procesos judiciales. Al mismo tiempo, se hace uso de la metodología de la Historia Oral, con la utilización de entrevistas, lo que proporciona una otra mirada acerca de la historia del personaje, descubriendo nuevos horizontes historiográficos. Estudiar su trayectoria contribuye además para el conocimiento de la Historia Local, en los ámbitos económico, religioso, político y social, incluyendo el proceso de colonización de la región y las relaciones entre individuos de diferentes etnias. Además del estudio académico, también fue realizada una exposición en el Museo Municipal de Veranópolis, denominada *Paco: actuación, representación & memoria*, en la cual la trayectoria de Sanches fue cruzada con la historia del municipio y de la región, siendo la misma compuesta de imágenes, textos y objetos, incluyendo algunos que pertenecieron al personaje estudiado. La exposición, que representa el producto final de ese estudio, durante el período en que estuvo abierta para visitación, durante los meses de junio a diciembre de 2022, obtuvo la participación de un público considerable, de distintos grupos de edades, tanto de la región, como de otros estados.

Palabras clave: Paco; Memoria; Historia Oral; Representación; Enseñanza de Historia.

LISTA DE SIGLAS

APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COVID	Corona Virus Disease
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
ENART	Encontro de Artes e Tradição Gaúcha
MUMVER	Museu Municipal do Município de Veranópolis
MUSECOM	Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
PL	Partido Liberal
PRR	Partido Republicano Riograndense
RS	Rio Grande do Sul
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Folder da peça teatral <i>A saga do Rio das Antas</i>	21
Figura 02 – Espaço Recuerdos de Paco, Mostra Decorare 2021.....	22
Figura 03 – Espaço Recuerdos de Paco, Mostra Decorare 2021	23
Figura 04 – Capa do livro <i>Tato Gomes: o herói de Palha</i>	25
Figura 05 – Capa do livro <i>Os Últimos Bandoleiros a Cavallo</i>	26
Figura 06 – Capa do livro <i>Paco: uma história escrita com chumbo</i>	27
Figura 07 – Capa do livro <i>Passo Velho – a história da colonização de Bento Gonçalves: da ocupação do Vale das Antas ao Distrito de Tuiuty</i>	28
Figura 08 – Mapa do município de Veranópolis, RS	30
Figura 09 – Residência de Paco e Maria na 5ª seção do Rio das Antas – Pinto Bandeira, RS	31
Figura 10 – Fitas cassete com entrevistas realizadas por Márcia Londero	33
Figura 11 – Mapa do município de Pinto Bandeira, RS	37
Figura 12 – Progenitores de Paco: Francisco Sanches e Antônia Buenacella Foan	38
Figura 13 – Mapa parcial da região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul	40
Figura 14 – Assinatura de Paco, livro de Ata Eleitoral – ano 1928	45
Figura 15 – Paco e um amigo	48
Figura 16 – Paco e a esposa Maria Facchin	50
Figura 17 – Paco e Olímpia Frattini	51
Figura 18 – Balsa sobre o Rio das Antas – localidade conhecida como Passo Velho das Antas – entre os municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis, RS	54
Figura 19 – Candelabro – Igreja Nossa Senhora da Pompéia – Veranópolis, RS .	56
Figura 20 – Livro de Registro – Eleições Municipais, Bento Gonçalves, 1928 ...	60
Figura 21 – Paco – Francisco Sanches Filho	68
Figura 22 – Lampião - Virgulino Ferreira da Silva	68
Figura 23 – Capa do livro <i>O Trágico Fim do bandido Paco: Subsídios para um roteiro cinematográfico</i>	73
Figura 24 – Capa do livro <i>Paco</i>	74
Figura 25 – Capa do livro <i>Paco, procurado vivo ou morto</i>	75
Figura 26 – Capa do livro <i>Entre o Burati e o Antas: Pinto Bandeira</i>	76

Figura 27 – Capa do livro <i>‘L Mio Paesi ‘L È Così!</i>	78
Figura 28 – João Nunes	84
Figura 29 – Casa onde residiam Olímpia Frattini e os filhos	97
Figura 30 – Gruta no interior de Veranópolis, RS	126
Figura 31 – Paco em seu leito de morte	134
Figura 32 – Exposição “Paco: estratégias de sobrevivência”	139
Figura 33 – Fachada atual da Casa de Cultura Frei Rovílio Costa, Veranópolis, RS	143
Figura 34 – Logo do Museu Municipal de Veranópolis	144
Figura 35 – Aspecto geral da sala utilizada para exposição	147
Figura 36 – Card de divulgação do passeio turístico Trajetos controversos: caminhos e descaminhos de Paco	148
Figura 37 – Folder da Exposição Paco: atuação, representação & memória – parte externa	150
Figura 38 – Folder da Exposição Paco: atuação, representação & memória – parte interna	151
Figura 39 – Iluminação da sala de exposições no MumVer	152
Figura 40 – Layout expositivo	152
Figura 41 – Visão geral da exposição “Paco: atuação, representação & memória	153
Figura 42 – Painel 1 – Município, intendentess	154
Figura 43 – Painel 2 – Imprensa, justiça e memória	155
Figura 44 – Painel 3 – Paco e suas origens	156
Figura 45 – Painel 4 – Paco, religiosidade e demonstrações de fé	157
Figura 46 – Módulo 2 – Urna da década de 30 e documentos pessoais	158
Figura 47 – Francisco Sanches Filho, o Paco	159
Figura 48 – Livro de Registro de Visitantes e Folders da Exposição	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – População dos municípios da Serra Gaúcha – ano 1910	41
Quadro 02 – Taxa de analfabetismo – ano 1920	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	FRANCISCO SANCHES FILHO: TRAJETÓRIA DE VIDA NA ÉPOCA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL	36
2.1	BREVE BIOGRAFIA	36
2.2	CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E POLÍTICO	58
2.3	PACO E LAMPIÃO: UM OLHAR POSSÍVEL	65
3	PACO: REPRESENTAÇÕES ATRAVÉS DE FONTES E DOCUMENTOS	72
3.1	PACO NA LITERATURA	73
3.2	A IMPRENSA LOCAL E REGIONAL	79
3.3	PACO E A JUSTIÇA – PROCESSOS	87
4	INTERLOCUÇÕES ENTRE MEMÓRIAS NA HISTÓRIA ORAL SOBRE PACO	99
4.1	MEMÓRIA	100
4.2	HISTÓRIA ORAL	103
4.3	ENTREVISTAS	108
4.3.1	A oralidade narrando Paco	110
4.3.2	Ofícios de Paco através da História Oral	113
4.3.3	Religião na vivência de Paco – relatos orais	115
4.3.4	Relações de poder e favores	116
4.3.5	Respeito e valentia	118
4.3.6	A Política, a polícia e a perseguição	122
4.3.7	Famílias e casos extraconjugais	128
4.3.8	Emboscada e morte	133
5	EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA	138
5.1	CURADORIA/CURADOR	139

5.2	MUSEUS	140
5.3	MUSEU MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS	142
5.4	EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA: “PACO: ATUAÇÃO, REPRESENTAÇÃO & MEMÓRIA	145
	CONSIDERAÇÕES	163
	REFERÊNCIAS	169
	ANEXOS	181

1 INTRODUÇÃO

Se a História *é a ciência* que estuda as ações humanas ao longo do tempo, a de Francisco Sanches Filho, o Paco (*1889-+1931), um descendente de imigrantes espanhóis que teve sua existência centrada na região de colonização italiana do estado do Rio Grande do Sul, ainda não foi totalmente escrita – e nem será –, uma vez que sempre surgem fontes e olhares que conduzem à feitura de novas páginas a respeito de sua trajetória, que é contínua na memória coletiva regional.

O conhecimento histórico não é único nem incontestável; é formado de fatos – eventos ocorridos em determinados local e tempo –, que influenciaram o caminhar dos povos, e mitos – baseados em uma tradição, que são a manifestação do imaginário aproximando contradições – e, por trás dos fatos e mitos¹, houve personagens que os constituíram e perpetuaram. Dentre esses, pode-se inserir Francisco Sanches Filho, doravante denominado por Paco, alcunha pela qual ficou conhecido.

Sendo graduada em História e especialista em História do Rio Grande do Sul, além de se interessar pela história da imigração europeia no estado do Rio Grande do Sul, a colonização da região da Serra, seus desdobramentos e os personagens envolvidos, a motivação para procurar conhecer melhor a história de Francisco Sanches Filho², o Paco, surgiu por mero acaso, pelo fato de a autora ter residido na região em que ele também nasceu e viveu, e escutado as histórias sobre seus feitos – não tão comuns para a época.

A presente dissertação, por conseguinte, tem como objetivo principal buscar responder à seguinte questão: “Por que e de que forma a memória coletiva ainda preserva Paco?”, visto que, mesmo havendo um movimento de silenciamento/esquecimento de sua trajetória por parte de alguns grupos, e passados mais de noventa anos de sua morte, ele continua sendo muito lembrado, referenciado e polemizado.

O método qualitativo diz respeito à abordagem da pesquisa. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa “preocupa-se com aspectos da realidade que não

¹ “Poderíamos definir mito como uma história com significado simbólico (como o triunfo do bem sobre o mal), em que os personagens, quer sejam heróis ou vilões, ganham dimensões maiores que na vida. Cada história se situa no ponto de interseção entre o arquétipo e uma conjuntura, em outras palavras, entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais” (BURKE, 1994, p. 18).

² A grafia de alguns nomes próprios – Sanches, Sanchez, Bonacella, Bonakolla, Buenazella, Buenacella, Facchin, Facchini, entre outras – que aparecem de formas distintas nos textos será mantida do modo como aparecem originalmente. Nesse estudo, optou-se por utilizar, por exemplo, “Sanches” com S, por ser essa a forma como o sobrenome é grafado nos documentos, como na certidão de casamento de Paco e Maria, por exemplo.

podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Assim, a utilização do conceito de memória, neste trabalho, foi fundamentada utilizando-se dos pressupostos de alguns autores, como Jacques Le Goff (2013), Maurice Halbwachs (2003) e Joel Candau (2012). A memória individual está sempre interligada com a memória social – do grupo –, sendo que memória e história muitas vezes se confundem, mas, sem memória, não haveria história, como bem descreveu o historiador Jacques Le Goff (2013, p. 437): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

A permanência de Paco na memória das pessoas conduz a uma reflexão acerca da memória coletiva, sobre o que ficou guardado sobre o personagem, na memória dos que o conheceram, e como essas memórias foram repassadas às próximas gerações. Bosi (2004, p. 54) afirma que “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Assim, a memória coletiva em torno de Paco tem resistido e pontuado diversas interpretações sobre o período, o local e o personagem.

Como elemento constitutivo da memória e, portanto, da história, o termo representação é aqui entendido de acordo com as premissas de Roger Chartier, uma vez que indica a existência de múltiplas formas de interpretar e evidenciar o passado. Tal é sua importância que, de acordo com o autor, as representações podem ser entendidas como construções onde os indivíduos atuam no sentido de retratar a maneira como percebem o mundo social.

Chartier (2002, p. 84) também difere a representação histórica da ficção:

A história singulariza-se, porém, pelo facto de manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por as suas construções narrativas pretenderem ser a reconstituição de um passado que existiu. Esta referência a uma realidade situada fora e antes do texto histórico, e que este tem por função reconstituir à sua maneira, não foi dispensada por nenhuma das formas do conhecimento histórico, melhor ainda, ela é aquilo que constitui a história na sua diferença mantida com a fábula e a ficção.

Enquanto a História é a representação do que aconteceu, a Literatura, por sua vez, remete ao que aconteceu ou ao que pode ter acontecido; a primeira, ao contrário desta, que não precisa escrever com um método e rigor científico, não pode inventar um acontecimento, precisa ser baseada em verdades, ou o mais próximo possível dessas, porém, pode se valer da criação e da imaginação no momento da narrativa do ocorrido, ou seja, da escrita da história. Dessa forma, serão utilizados livros de cunho não histórico, escritos sobre Paco.

Dentro de um viés interdisciplinar, a abordagem de obras literárias no ensino de história pode proporcionar ao educando, além de uma ampliação das fontes de estudo, uma nova forma de visualizar questões até então solidificadas na historiografia, despertando o aluno para o conhecimento crítico, além de atuar de forma importante na formação de indivíduos conscientes de seu papel social.

No que se refere à Literatura fazer parte das fontes históricas, Ferreira (2021 apud PINSKY e DE LUCA, p. 61) descreve que:

Nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo.

Em complemento ao descrito supra, para Ferreira (2010),

os textos literários são fatos históricos – uma vez que quem os escreveu estava historicamente posicionado e influenciado pelo momento – e, ao mesmo tempo, muitas vezes são representações da História. Por isso, é praticamente impossível pensar em textos literários sem considerar o contexto histórico em que surgiram e a partir do qual ganham seu significado último.

De acordo com o exposto, Pesavento (2006, p. 55-56) descreve que “A escrita da história contém ingredientes próprios à ficção, resguardados alguns requisitos: o de que tudo tenha acontecido, inscrito em rastros ou fontes, e os rigores do método”.

Em outras palavras, ao tratar da escrita da História e do trabalho do historiador, sobre o fato de uma “invenção” histórica, é importante ressaltar que essa criação não é mera imaginação, ao contrário,

o historiador inventa o passado, não no sentido da fantasia, mas no sentido da descoberta arqueológica, ou seja, escavando as várias matérias e imagens dos tempos enterradas no visível. Inventa-o ao reconfigurá-lo, ao elaborar, a partir da visualidade do arquivo, imagens para descrevê-lo, para encená-lo, para demonstrá-lo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2021, p. 68).

A partir da diversidade de fontes acessadas para esse estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio da consulta dos diversos materiais já conhecidos, segundo o método qualitativo, de onde serão coletadas as informações aqui analisadas. Referindo-se à pesquisa bibliográfica, tem-se a conceituação da mesma conforme Gil (2010, p. 29):

Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude

da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Esse estudo está inserido no aporte teórico da Nova História Cultural, o qual ganhou mais espaço entre os historiadores e o meio acadêmico a partir das últimas décadas do século XX. Nessa concepção historiográfica, os historiadores se utilizam de novos métodos e perspectivas, se contrapondo à velha forma positivista – nacionalista – de fazer história, ou fazem uso, conforme Burke (2011, p. 9), de “novos problemas, novas abordagens, e novos objetos”.

A Nova História Cultural engloba todos os níveis da estrutura social, proporciona uma expansão do campo historiográfico e dá voz, visibilidade e importância aos indivíduos até então colocados à margem da historiografia. Ao utilizar-se de diálogos interdisciplinares, surge como “campo historiográfico aberto a novas conexões com outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem proporcionado aos historiadores um rico espaço para a formulação conceitual” (BARROS, 2011, p. 60).

No parecer da Nova História Cultural – ao contrário da concepção positivista, onde a história era “vista de cima”, uma história estadista –, a cronologia dos acontecimentos não é primordial, mas, sim, a compreensão dos acontecimentos relativos a uma certa cultura – ou sociedade –, em determinado espaço e tempo. É um modo mais inclusivo de fazer história, pois engloba os diversos segmentos sociais em sua escrita. Seria, então, a história “vista de baixo”.

Esse modo de ver a História possibilita que ela se torne mais globalizante, dando espaço a outros atores, outras vozes e outras metodologias. Conforme Silveira, (2007, p. 36), tratando-se da Nova História Cultural, “a ampliação do conceito de *fontes* nos estudos históricos passou a enfatizar e a utilizar em larga escala as *representações* na construção do conhecimento”.

Dentro desse panorama de estudo da História – Nova História Cultural – e suas fontes, ganhou relevância entre os estudiosos o termo *representação* e, entre os autores e historiadores que estudaram e escreveram sobre representação, é inegável a contribuição de Roger Chartier e Pierre Bourdieu nesse sentido.

Para compreender a permanência de Paco na memória coletiva, assim como sua ambiguidade conceitual, se faz uso do conceito de representação, pois se compreende que as representações históricas sobre ele o fazem assim permanecer.

Na concepção do historiador e pesquisador francês Roger Chartier (2017, p. 51-52), “as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria

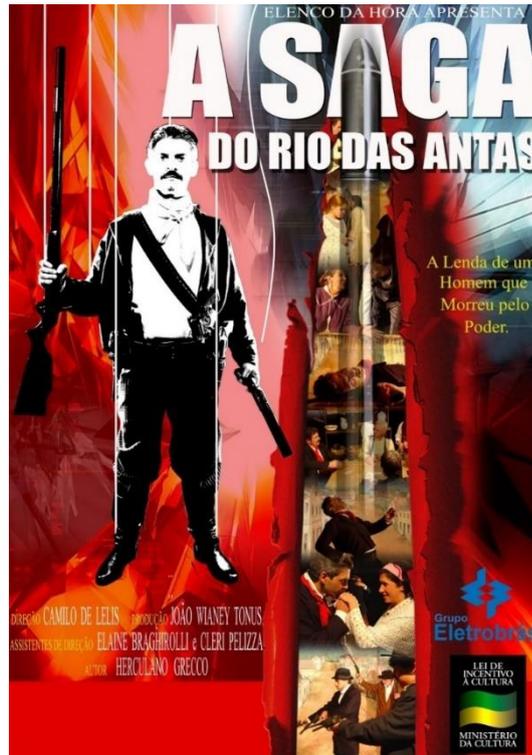
externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é”.

Já para outro francês, o sociólogo Pierre Bourdieu (1994, p. 123), as representações têm origem histórica e coletiva, são construções sociais da realidade, visto que “as categorias segundo as quais um grupo se pensa, e segundo as quais ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade desse mesmo grupo”, e o que “consideramos como a realidade social é em grande parte representação ou produto da representação, em todos os sentidos do termo” (BOURDIEU, 2004, p. 71).

O estudo se justifica pelo fato de o modo de vida de Paco fugir ao padrão determinado como normal de comportamento, para o período em estudo, pois muitas de suas atitudes foram contra as regras de conduta aceitas na época pela sociedade e pela igreja, seja no campo pessoal ou profissional, incluindo sua participação na esfera política, visto que atuou como cabo eleitoral do Partido Republicano Riograndense durante um período da Primeira República.

Pode-se ter como verdadeiro que suas atitudes ainda alimentam a memória de grande parte da população da região serrana, visto que há considerável quantidade de escritos a respeito. Muitos autores escreveram e ainda escrevem sobre Paco – sejam livros, capítulos, notas, reportagens ou dissertações –, o que denota sua relevância para a história local e seus moradores. Paco foi representado, também, por meio de uma peça teatral, onde alguns fatos de sua vida foram encenados – em diversas cidades da região – pelo grupo teatral da cidade de Caxias do Sul, Miseri Coloni, segundo o espetáculo intitulado “A Saga do Rio das Antas” (2006).

Figura 01 – Folder da Peça Teatral “A Saga do Rio das Antas”



Fonte: Acervo de Miguel Beltrami (2022).

No que tange aos materiais conhecidos acerca de Paco, são apresentados brevemente como parte da revisão e análise das fontes, pois, no desenvolver do texto, serão retomados e outros serão inseridos de forma complementar.

Além da peça teatral, dois Centros de Tradições apresentaram números de música e dança cujo tema foi Paco Sanches, visto, que na região Sul do Brasil, ocorre a existência de Centros de Tradições Gaúchas³ – conhecidos como CTGs – onde se procura manter vivas as tradições e o folclore gaúcho.

Em 2012, o *CTG Rincão da Roça Reúna*, fundado em 1957 no município de Veranópolis, participou da 1ª Inter-Regional do ENART⁴, com música e coreografia referentes a Paco. Essa exibição pode ser visualizada na plataforma do YouTube, no link <https://www.youtube.com/watch?v=kscgzS7MSqM>.

Já no ano de 2016, foi a vez do *CTG Herdeiros da Bombacha*, fundado no ano de 1994, na cidade de Bento Gonçalves, homenagear Paco Sanches. O vídeo dessa apresentação também

³ CTG – São entidades tradicionalistas que cultivam a cultura e os costumes do estado do Rio Grande do Sul no Brasil e no mundo por meio de atividades associativas e recreativas, guiadas pelos mesmos princípios e normas de ação, mas espalhadas em células que podem encontrar-se em qualquer território, mesmo fora do estado. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Tradi%C3%A7%C3%B5es_Ga%C3%BAchas. Acesso em: 08 ago. 2022.

⁴ ENART – Encontro de Artes e Tradição Gaúcha.

está disponível na plataforma do YouTube, no link <https://www.youtube.com/watch?v=Hb-paOvSrPU>.

Além de representações de Paco em teatro, músicas e danças, recentemente, no período de 03 de setembro a 17 de outubro de 2021, a mostra Decorare⁵, realizada no município de Bento Gonçalves, RS, teve Paco como tema de um de seus espaços – assinado pela arquiteta Caroline Boscaini –, denominado “Recuerdos de Paco”, denotando, mais uma vez, sua permanência na memória coletiva.

De acordo com a arquiteta, buscando harmonia entre os materiais, beleza e aconchego, o espaço foi concebido como uma forma de revisitar uma história de outra época, utilizando materiais, cores e texturas que remetessem ao modo de vida de Paco; compuseram o espaço um lenheiro, facas, armas, materiais em pedra, tons terrosos etc.

Figura 02 – Espaço Recuerdos de Paco, Mostra Decorare 2021



Fonte: Arquivo de Caroline Boscaini (2022).

⁵ “Com mais de duas décadas de fundação, a Decorare apresenta as tendências da arquitetura, decoração e paisagismo, além de destacar o potencial dos profissionais da área e se apresentar como grande vitrine de novos talentos. A mostra possui um papel importante para a difusão da cultura e da arte, valoriza e divulga artista e artesãos locais, num universo que se entrelaça com o da arquitetura. A Decorare também tem como objetivo despertar na sociedade o interesse por artes, cultura e arquitetura, não apenas do ponto de vista comercial, mas sim como uma manifestação cultural da sociedade”. Disponível em: <http://www.mostradecorare.com.br/a-decorare>. Acesso em: 07 jan. 2023.

Figura 03 – Espaço Recuerdos de Paco, Mostra Decorare 2021



Fonte: Arquivo de Caroline Boscaini (2022).

O ápice do ambiente está no quadro retangular afixado na parede, pois o mesmo é composto de 280 balas de revólver – que seriam a suposta quantidade de tiros que Paco teria recebido –, sendo que 279 estouradas, simbolizando os tiros, e uma não, representando vida, a permanência de Paco na memória coletiva.

Fazendo alusão aos escritos sobre Francisco Sanches Filho, no ano de 1976, o Pe. Agostino Nicchetti, ao escrever sobre a história do então distrito de Pinto Bandeira no livro *Entre o Burati e o Antas: Pinto Bandeira*, com o subtítulo de Um Fato Lamentável, narra, em duas páginas, que, no ano de 1930, por ocasião das eleições, Paco foi envolvido em uma briga de revólver e faca onde faleceu seu opositor, João Nunes.

Na década de 1980, o escritor – nascido em Pinto Bandeira – Darcy Loss Luzzatto, no seu livro bilíngue *L mio paese 'l È così!* (1987), dedica algumas páginas a Paco e também descreve o ocorrido por ocasião das eleições de 1º de março do ano de 1930, onde ele é envolvido numa briga com um rapaz chamado João Nunes, que teve como desfecho o óbito deste.

Em 05 de junho de 1988, foi publicada uma ampla reportagem no jornal Zero Hora, intitulada *Paco: o bandoleiro da serra gaúcha*, assinada pelo jornalista Carlos Wagner, que esteve na região e entrevistou diversas pessoas sobre o assunto, e conta a trajetória de vida de Paco, a família, a fama de valente, seus delitos, seu envolvimento com a política, a perseguição e sua morte.

Nesse mesmo ano de 1988, Remo R. Farina escreveu *Tato Gomes: o herói de palha*, livro que o autor afirma ser uma obra de ficção, mas que, se utilizando de personagens fictícios, dá a entender estar contando partes da vida de Paco, tamanha a semelhança com fatos narrados em outras obras sobre o personagem.

Em entrevista à Londero, no ano de 1990, Farina relatou que, dentre os trechos de seu livro que são verídicas, consta o episódio relatado nas páginas n^{os} 60 e 61, em que narra a tentativa frustrada de um agente da polícia em conduzi-lo [Paco] para uma conversa com o delegado. O fato, segundo a historiografia, teria realmente acontecido numa bodega na localidade de Monte Vêneto⁶, então distrito do município de Veranópolis.

Outra narrativa verídica, e que confere com o relatado por uma de suas filhas, também entrevistada por Londero em 1989, é a alegria com que Paco era recebido pela família quando retornava para casa após suas longas ausências, que na obra de Farina pode-se verificar na página n^o 53.

⁶ Antiga denominação do atual município de Cotiporã, RS.

Figura 04 – Capa do Livro *Tato Gomez: o herói de Palha*

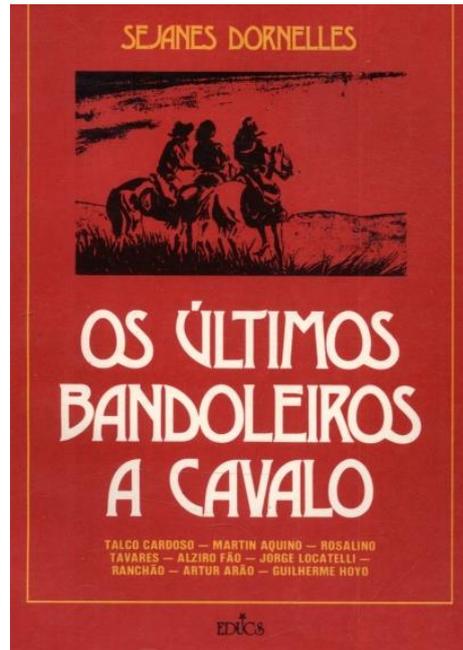


Fonte: Farina (1988).

Na década de 1990, surge o primeiro livro sobre Francisco Sanches Filho, escrito pelo cineasta e roteirista gaúcho Antônio Jesus Pfeil, com duas edições, de 1990 e 1995, e intitulado *O trágico fim do bandido Paco – subsídios para um roteiro cinematográfico*, ambos contendo ilustrações e com enfoque em reportagens publicadas antes da morte do personagem.

No ano seguinte, ao escrever sobre matreiros, bandoleiros e cangaceiros no livro *Os Últimos Bandoleiros a Cavallo*, Sejane Dornelles dedica uma página e meia a Paco, concluindo ter sido este “fruto de uma época”.

Figura 05 – Capa do Livro *Os Últimos Bandoleiros a Cavalho*



Fonte: Dornelles (1991).

Posteriormente, em 1992, o escritor Geraldo Farina escreve o livro sobre a história do município de Veranópolis, cidade que foi a última morada de Paco, e destina várias páginas para falar sobre ele. Com o título de “Paco: bandido ou vítima”, se pronuncia quanto à inexistência e à necessidade de estudos mais profundos sobre a vida e trajetória de Paco.

Na publicação de 15 de junho de 1995, em suas páginas centrais, a edição nº 301 do Jornal Popular da cidade de Nova Prata apresenta a publicação do conto *Paco Sanchez ... meu amigo*, da escritora Zaira Galeazzi, que se refere à vida de Paco, desde seu nascimento⁷, em Pinto Bandeira, suas façanhas, até sua morte por assassinato, em Veranópolis, no ano de 1931.

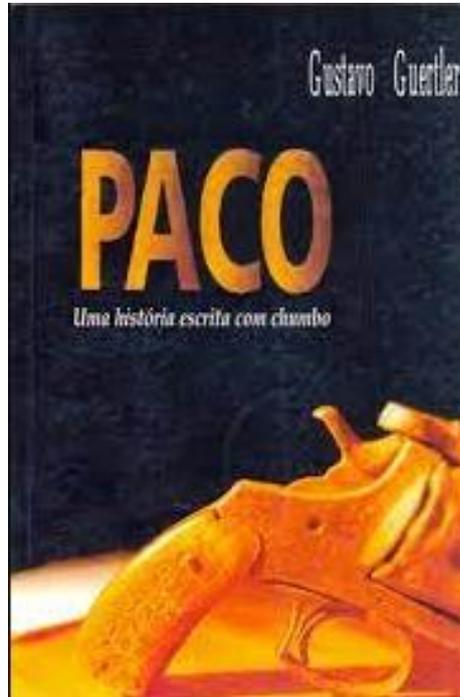
Foi nessa década, também, que surgiram os primeiros trabalhos acadêmicos sobre Paco. Em 1997, no Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a dissertação de autoria da socióloga Márcia Londero, intitulada *Paco: sociedade e simbolização no processo de construção de um bandido Social no Rio Grande do Sul*; e em 1998, de Néelson Carlos Sottili, no Programa de Mestrado em História da mesma universidade, a dissertação sob o título *Bandido? Herói? Dom Juan? Representações sobre o controvertido Francisco Sanchez Filho, vulgo Paco*.

Nos anos 2000 em diante, mais publicações em livros, jornais e meio acadêmico se dedicaram a escrever sobre Paco. Em 2001, o jornalista Gustavo Guertler escreveu o livro *Paco:*

⁷ Alguns fatos descritos pela autora divergem da documentação oficial existente, é o caso da idade e data de nascimento de Paco, cujo informado difere dos dados que constam na certidão de nascimento do mesmo.

uma história escrita com chumbo, que foi reeditado no ano de 2006, com o título de *Paco*, em edição compacta e sem imagens.

Figura 06 – Capa do Livro *Paco: uma história escrita com chumbo*



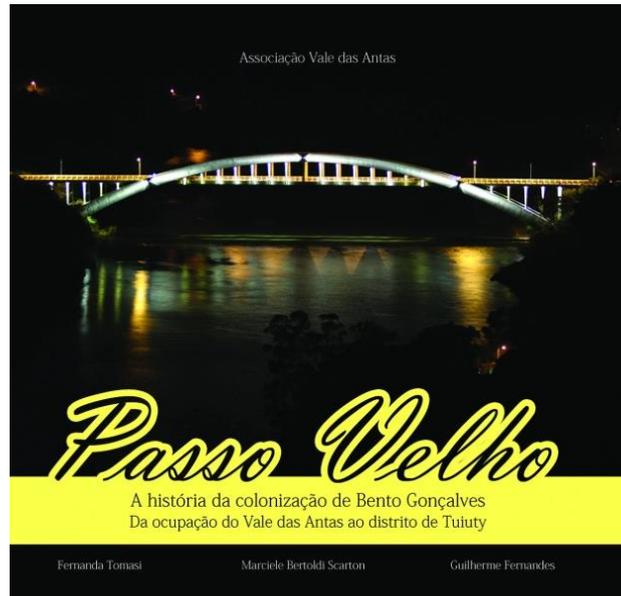
Fonte: Guertler (2001).

No mês de abril de 2001, o Jornal Pioneiro publicou a história de Paco em várias edições do jornal, denominadas *A Saga de Paco*, onde foram abordados vários aspectos da vida do personagem, como as conquistas amorosas, as fugas da polícia, os esconderijos, os duelos de Pinto Bandeira e Monte Bérico, o envolvimento com o Partido Republicano Riograndense, a morte, entre outros.

A obra – em forma de livro – mais recente que trata da trajetória de Paco foi escrita pelo jornalista e escritor Roberto Rossi Jung, em 2009, e é intitulada *Paco procurado vivo ou morto*, publicada pela Errejota Livros, contendo a ilustração de Paco e seu revólver na capa.

Há ainda outros trabalhos que dedicam algum espaço para tratar sobre Paco, como o livro *Memórias de Bento Gonçalves* (DE PARIS, 1999), *Passo Velho – a história da colonização de Bento Gonçalves: da ocupação do Vale das Antas ao Distrito de Tuiuty* (SCARTON *et al.*, 2010), *1886/2012: Mato Perso, uma história a ser preservada* (VAILATTI, 2017), *Janelas da Memória* (BACCA, 2020).

Figura 07 – Capa do Livro *Passo Velho – a história da colonização de Bento Gonçalves: da ocupação do Vale das Antas ao Distrito de Tuiuty*



Fonte: Amazecom (2011).

Paco também foi citado na obra de COSTA *et al.*, onde os autores asseveram que:

Mas o personagem mais famoso que passou pelo Buratti foi certamente Francisco Sanches, conhecido popularmente por Paco. Por mais de 20 anos, de 1915 a 1935⁸, ele se tornou uma figura lendária em toda a região de Bento Gonçalves, Veranópolis e Antônio Prado. A fama que o precedia e acompanhava – era conhecido como ladrão, jogador e assassino -, inspirava “respeito” e medo em todos, a começar das autoridades políticas e policiais. [...] passava seguidamente pelo Buratti, cujos moradores, por bem ou por mal, procuravam manter com ele laços de ‘amizade’”. (1997, p. 363-364).

No âmbito acadêmico, mais recentemente, novos trabalhos surgiram. Em 2018, a pós-graduanda da Faculdade Internacional Signorelli, Sandra Beatriz Rathke, escreveu o artigo *Representações Simbólicas de Personagens Históricos Silenciados: análise das memórias do bandoleiro Paco Sanchez*. No ano de 2019, o graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul, Luiz Fabris, escreveu o seu trabalho de conclusão de curso sobre Paco e intitulado *Um homem chamado Paco*.

Além desses, encontrou-se também o artigo de autoria da pós-doutoranda Marinilse Cândida Marina Busato, intitulado *Paco: herói ou bandido?*, publicado em 2020, onde ocorre uma outra tentativa de responder a essa questão que, por sua complexidade, ainda permanece sem consenso sobre um veredito definitivo.

⁸ Pode-se observar que os autores estenderam o período de atuação de Paco de 1915 a 1935, o que vai além da época em que viveu, pois sua morte se deu no ano de 1931.

No que concerne à utilização de vídeos, foi localizado um curta-metragem, realizado pela RBS TV, intitulado “O Bandoleiro Paco”, exibido do ano de 2003, com duração de 15 minutos e 30 segundos, com roteiro de Antônio Cândido e Saturnino Rocha. O vídeo apresenta falas de dois filhos de Paco – José e Angelina⁹ –, dos escritores Geraldo Farina e Gustavo Guertler, do jornalista Carlos Wagner, bem como de alguns moradores da localidade. O mesmo pode ser assistido por meio do acesso ao link <https://globoplay.globo.com/v/2857811/>.

Acrescenta-se às fontes já referenciadas a existência de sites, blogs e reportagens de jornais; entre estas, as mais recentes de que se tem conhecimento até a presente data é a do Jornal Zero Hora, nº 19995, de 14 de abril de 2021, de autoria do jornalista Ricardo Chaves, denominada “Paco, o bicho-papão da Serra”, e a do Jornal Integração da Serra, de Bento Gonçalves, de 21 de junho de 2022, intitulada Memória: Paco, o bandoleiro da Serra Gaúcha, de autoria de Ademir Antônio Bacca.

No município de Veranópolis, dentre diversos roteiros turísticos disponíveis, havia um em que eram visitados diversos pontos por onde Paco passou e viveu, incluindo uma antiga caverna indígena, na qual, segundo comentários na região, o personagem se refugiava durante os períodos em que era procurado pelas forças policiais.

Além da produção sobre sua vida, existem matérias divulgadas na imprensa da época, os processos-crime e testemunhos de pessoas que foram ligadas direta ou indiretamente a Paco e sua família, como filhos, vizinhos, negociantes.

Apesar da grande quantidade de fontes mencionadas, seu uso se justifica por serem fundamentais na tentativa de responder à pergunta-chave deste estudo, pois o entrecruzamento dessas pode trazer luz à questão proposta, com novos dados e discursos, visto serem as fontes a matéria-prima do historiador. Nesse sentido, Barros (2005, p. 63-64) explica:

A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma destas duas funções: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma ... é o próprio fato histórico.

Além da utilização da bibliografia existente sobre Paco, buscou-se apoio em outras fontes. Para tanto, empreendeu-se – presencialmente – visitas aos arquivos, entre eles o Arquivo

⁹ A filha de Paco, na verdade, chamava-se Angélica Sanches. No jazigo da família, na Linha Parreira Horta, município de Veranópolis, consta como Angélica Sanches Marini. Era comumente denominada por Angelina, forma utilizada também nos livros escritos até então, talvez por esse ser um nome mais conhecido e comum à época. Em contato com netos da Sra. Angélica, foi confirmado ser esse o nome correto desta filha de Paco.

Foi percorrido, também, o município de Nova Roma do Sul, onde Paco foi acusado de assaltar a loja Périco e Irmãos, além de ser local que costumava visitar, jogar cartas, pernoitar e fazer negócios. Já no município de Pinto Bandeira, buscou-se conhecer a Linha Brasil e a 5ª seção do Rio das Antas, e no município de Bento Gonçalves o mirante da Ferradura, a Linha Burati, a divisa com o município de Cotiporã (antigo distrito de Veranópolis com a denominação de Monte Vêneto), e a ponte que divisa os municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis, denominada oficialmente Ponte Ernesto Dorneles, mas popularmente conhecida como Ponte do Rio das Antas.

Figura 09 – Residência de Paco na 5ª Seção do Rio das Antas, em Pinto Bandeira, RS



Fonte: Gilmar De Toni (2021).

As visitas demonstraram, apesar das transformações ocorridas pelo passar do tempo e pela ação humana, a beleza e a rusticidade paisagística, onde foi possível reconhecer espaços descritos na historiografia – e imaginar-se àquela época naqueles locais –, testemunhos da história. De acordo com Nora (1993, p. 12-13),

os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.

Em colaboração às fontes escritas tradicionais, também se utiliza, neste estudo, da História Oral, tipo de investigação recomendada em se tratando de pesquisas qualitativas, dado que é uma metodologia que possibilita – por meio do acesso a depoimentos ou de entrevistas –, adentrar as memórias individuais e compreender as sociedades através das trajetórias de vida dos indivíduos nela inseridos. A História Oral pode ser utilizada nos mais diversos campos de investigação científica: na Comunicação, no Serviço Social, na História, Antropologia etc.

É muito amplo o campo de pesquisa da História Oral. Segundo Alberti (2004), ela abrange, entre outras, a história do cotidiano, de comunidades, instituições e experiências, biografias, registros de tradições culturais, padrões de socialização e de trajetórias, história política e história de memórias entre outras, e todos esses campos podem ser relacionados ao presente estudo.

O uso da História Oral no campo político, por exemplo, difere daquela de cunho positivista, objetiva, que vigorou muito tempo entre os historiadores, onde as fontes eram restritas, e a atenção estava voltada a grandes nomes, feitos e monumentos. De acordo com Alberti (2004, p. 25),

através de entrevistas de história oral, é possível reconstituir redes de relação, formas de socialização e canais de ingresso na carreira, bem como investigar estilos políticos específicos a indivíduos e grupos.

Memória e história se interligam e se complementam, visto ser a memória o combustível da história, e, que, sem memória, não há identidade. Pode-se obter, através da História Oral, o trabalho da memória, ou seja, por intermédio de sua evocação, trazer à tona aspectos importantes de vivências passadas.

A História Oral, como elemento que dá voz às lembranças, à memória, também faz parte da metodologia utilizada, visto a socióloga Márcia Londero ter disponibilizado 25 fitas cassete com entrevistas por ela realizadas na década de 1990 – ainda que, em algumas, a compreensão dos áudios esteja comprometida, as demais serão incluídas nas fontes utilizadas para o desenvolvimento da presente investigação.

Figura 10 – Fitas Cassete com entrevistas da década de 1990



Fonte: Acervo cedido à autora por Márcia Londero.

Embora essas entrevistas tenham sido feitas pela pesquisadora há quase três décadas, são revisitadas no intuito de encontrar indícios esclarecedores para a questão proposta no presente trabalho. Ademais, outras entrevistas constam no trabalho de Nelson Sottili (1998), já citado, além de terem sido realizadas, no período entre os anos de 2021 e 2022, algumas entrevistas com pessoas que, embora não sendo familiares, têm algum conhecimento sobre o protagonista deste estudo, visto que os descendentes do mesmo não têm demonstrado interesse em conceder entrevistas falando sobre o assunto, fato que será tratado posteriormente.

A entrevista é uma técnica que consiste numa conversa entre duas ou mais pessoas; é colher o depoimento de alguém visando obter informações sobre determinado assunto que interessa a ambos, tanto entrevistador quanto entrevistado. De acordo com Alberti (2004, p. 18-19), “o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo *compreender* as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação”.

No que se refere aos primórdios da História Oral, a professora Eliana Rezende (2017) afirma que “sua introdução no Brasil deu-se a partir dos anos 1970 e encontrou força nos anos 1990. Deste crescimento surgiu a criação em 1994 da Associação Brasileira de História Oral, e em 1996 foi criada a Associação Internacional de História Oral”.

O historiador e professor Leandro Seawright, em entrevista ao Café História (TAVARES, 2017), complementa Rezende ao afirmar que:

Desde o surgimento da “Moderna História Oral”, na Universidade de Columbia em 1948, em Nova York, quando Allan Nevins oficializou o termo, os pesquisadores dos

mais variados países têm adotado os seus procedimentos variados. No caso do Brasil, a História Oral chegou com atraso por causa do ambiente da ditadura militar instaurada em 31 de março de 1964 que – por meio do recrudescimento e das violações de Direitos Humanos – reprimiu a “palavra” com base não somente na violência da censura, do silenciamento.

Em posição clara e coerente à função da oralidade, Alberti (1996, p. 8) afirma que “a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram”, e memória é conceito essencial neste estudo.

Com base na pesquisa qualitativa, fundamentada teoricamente na Nova História Cultural, e utilizando como método a revisão bibliográfica e documental, foi possível uma melhor compreensão de Paco na memória coletiva. Dessa forma, a dissertação está dividida em cinco capítulos, considerando-se a introdução como o primeiro.

No capítulo seguinte, são evidenciados aspectos da vida de Paco na época da Primeira República, sua biografia, o contexto da época e uma possível aproximação entre este e Lampião. No terceiro capítulo, por sua vez, a literatura e os documentos escritos são acessados com vistas a demonstrar como esses representam o personagem em estudo.

No quarto capítulo, o debate é centrado na Memória e na História Oral, na importância dos relatos obtidos nas entrevistas, que fazem uso da memória, para demonstrar como Paco era/é visto pelos colaboradores entrevistados. O último capítulo, por sua vez, engloba a concepção e apresentação de uma exposição museal, expõe alguns conceitos pertinentes ao trabalho museológico, como museus e curadoria, informa sobre a história do Museu Municipal de Veranópolis, local sede da exposição, entre outros. A este último capítulo, seguem as considerações finais.

2 FRANCISCO SANCHES FILHO: TRAJETÓRIA DE VIDA NA ÉPOCA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

Este capítulo tem como propósito principal uma aproximação do personagem em estudo – Paco – com o leitor, ou seja, contextualizar historicamente o período em estudo e os locais de vivências do mesmo.

É também considerado importante para a compreensão da trajetória do personagem relacioná-lo com a época em que viveu, o panorama histórico, econômico e político, visto essa conjuntura ter sido decisiva nas escolhas e atitudes de Paco, influenciando sua trajetória de vida; uma vez que, apesar de poder representar um modo de resistência ao contexto conservador, também se utiliza e compactua com esse por meio de suas ações políticas e sociais.

Cada indivíduo possui uma trajetória de vida que é só sua, e mesmo que essa seja influenciada pelo meio no qual está inserido, nunca será igual à trajetória do grupo pois, apesar de que a origem possa ser a mesma, as escolhas que cada ser faz durante sua vida o conduzem a uma aproximação ou ao distanciamento de seu ponto de origem referencial.

Portanto, através do estudo das trajetórias individuais, como a de Paco, é possível, de acordo com Grynszpan (1990),

avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam.

2.1 BREVE BIOGRAFIA

Francisco Sanches Filho, mais conhecido como Paco, brasileiro de ascendência espanhola, nasceu na Serra Gaúcha¹⁰, região de colonização italiana, mais precisamente no distrito de Nova Pompéia, atual município de Pinto Bandeira¹¹, então distrito do município de

¹⁰ A Serra Gaúcha é uma região localizada no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, está subdividida em três microrregiões: Região das Hortênsias, Região da Uva e do Vinho e Região dos Campos de Cima da Serra. Sua população é formada por diversas etnias: italianos, poloneses, espanhóis, portugueses, alemães, entre outros (SEGUE VIAGEM, 2021; ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

¹¹ A primeira denominação do atual município de Pinto Bandeira foi Silva Pinto. Em 1902, passou a chamar-se Nova Pompéia e, em 1913, foi elevado à condição de distrito do município de Bento Gonçalves. Em 1938, passou a denominar-se Pinto Bandeira e, em 16 de abril de 1996, emancipou-se do município de Bento Gonçalves, tendo mantido no novo município a denominação anterior (PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA, s.d.).

Figura 12 – Progenitores de Paco: Francisco Sanches e Antonia Buenacella Foan



Fonte: Acervo particular de Giovanni Lazzarotto.

Seus pais e seus quatro irmãos nascidos na Espanha foram assentados nos lotes coloniais localizados na margem esquerda da 5ª Seção do Rio das Antas, pertencente ao atual município de Pinto Bandeira, na época distrito do município de Bento Gonçalves – onde o relevo era acidentado e distante da vila – mais próximo aos limites do município.

Segundo publicação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1995, p. 14-15), em 07 de fevereiro de 1889, chegaram ao Estado 21 famílias naturais da Espanha, sendo 3 de Oviedo, 3 de Zamora, 4 de Coruña, 7 de Málaga e 4 de Almeria, dentre essas, a de Francisco Sanches, como segue:

SANCHES COLODO, Francisco, 40, c. esp., Almeria. Antonia, mulher, 38; Maria de Jesus, filha, 16; José, 13; Ramon, 6; Dolores, 4, agric. Chegada: 7-2-1889. Estabelecimento: 7-2-1889. Linha: 5ª secção, M.E.R. das Antas, lote 11, fl. 34, n. 1291-1296 (1995, p. 15).

com 78 anos de idade, casado, hespanhol, agricultor, filho de Francisco Sanches e Maria Calhado. Deixou sobrevivente sua mulher Antonia Bonacella e oito filhos, sendo: Maria de Jesus, José, Ramão, Dolores, Francisco, Vergínia, Carmen e João. Foi sepultado na Linha Pareira Horta, tendo o atestado de óbito sido assinado pelo Dr. Emerico Lang. A esposa Antonia, faleceu em 1927.

A família de Francisco e Antonia permaneceu na localidade, onde ocupava o lote nº 11, até por volta de 1914, quando se mudou para a localidade da Linha Parreira Horta, do outro lado do Rio Das Antas, no município de Veranópolis. No tempo em que residiram em Pinto Bandeira, Francisco (pai) foi inspetor na localidade – no período de 1910 a 1914 – (ARQUIVO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES, 1895), função exercida pelas pessoas mais cultas – era alfabetizado – e de boa índole do local.

A região em que Paco viveu compreende uma parcela do que atualmente é conhecida como região da Serra Gaúcha, boa parte banhada pelo Rio das Antas¹⁵ que, juntamente com o Rio Burati, o Rio da Prata e o Rio Carrero, forma o seu espaço de circulação e vivência. Têm maior representatividade na vida do personagem os municípios de Pinto Bandeira, Bento Gonçalves, Nova Roma do Sul e Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul, em destaque no mapa abaixo, por terem sido área de circulação e das ações de Paco.

¹⁵ A bacia hidrográfica do sistema Taquari-Antas está situada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, e abrange uma área de 26.428 km² [...] O Rio Taquari-Antas tem suas nascentes localizadas no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais, e neste trecho recebe a denominação de rio das Antas, até a confluência com o rio Carreiro, nas adjacências do município de São Valentim do Sul, onde passa a ser denominado como Taquari, posteriormente desembocando no rio Jacuí, junto à cidade de Triunfo. (ANGHEBEN, 2019, p. 29-30, *apud* FEPAM, 2018).

Figura 13 – Mapa parcial da região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra – COREDE SERRA.

A base da vida pessoal e profissional de Paco eram os municípios de Bento Gonçalves, Veranópolis e suas adjacências, locais que ficavam distantes da capital do Estado cerca de 120 km e 170 km, respectivamente e, embora houvesse nessa região outros núcleos familiares de origem hispânica, os imigrantes oriundos da Itália constituíam – sem dúvida – número muito mais significativo. Além de italianos e espanhóis, na região havia também poloneses, lusos, alemães, suecos, entre outros.

No ano de 1910, conforme informam Caprara e Luchese (2005, p. 162), a população total do município de Bento Gonçalves era de 18.744, sendo 4.189 italianos, 44 espanhóis, e os demais de outras nacionalidades. Já em 1925, de acordo com dados do Cinquentenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (2000, p. 83), a população total constava de 21.465 indivíduos, sendo 4.593 italianos, 48 espanhóis, e o restante dividido entre todas as outras nacionalidades.

A população de Bento Gonçalves informada pelas autoras apresenta uma pequena diferença com a informação obtida no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – acessado em 2021. No mesmo site, verificou-se a população de outros municípios da região, conforme Quadro abaixo:

Quadro 1 – População dos municípios da Serra Gaúcha – ano 1910

Município	População
Alfredo Chaves	25.958
Antônio Prado	13.187
Bento Gonçalves	18.514
Garibaldi	13.939
Guaporé	28.990

Fonte: Elaborado a partir do Anuario Estatístico do Brazil (1908-1912). Territorio e População (IBGE).

Em relação ao Quadro 1, convém ressaltar que o município de Antônio Prado abrangia as áreas do atual município de Nova Roma do Sul; Bento Gonçalves, por sua vez, englobava as atuais cidades de Monte Belo do Sul, Pinto Bandeira e Santa Teresa; Garibaldi incluía as comunas de Carlos Barbosa, Coronel Pilar e Imigrante; já Guaporé era formada pelos atuais municípios de Casca, Dois Lajeados, Marau, Muçum, Serafina Corrêa, e Vila Maria. Veranópolis, por sua vez – então denominada de Alfredo Chaves –, era constituída pelos então municípios de Cotiporã, Fagundes Varela, Nova Bassano, Nova Prata e Vila Flores.

A região possui um relevo acidentado, o que sempre dificultou a locomoção dos moradores e o comércio com outras regiões. A professora e historiadora Loraine Slomp Giron chamou o Vale das Antas como o “Vale da Desilusão”, considerando que, ao invés de ser rota para o progresso, seria um pesadelo para os moradores, tamanhas eram as dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Segundo a mesma,

os imigrantes que escolheram seus lotes próximos do rio, viveram o fim de suas esperanças. O vale em garganta, mais do que um caminho, revelou-se *barreira intransponível*. O rio, com suas escarpas, torrentes e desfiladeiros, mais separava do que unia os colonos. Ao rio somava-se a floresta úmida e cerrada, o lodo tornava intransitáveis as picadas abertas. O vale das Antas foi cenário de desilusão, de morte e de fuga de muitos colonos (GIRON apud COSTA, 1998, p. 48).

As estradas eram precárias, lodosas – em alguns trechos, não passavam de picadas, muitas vezes inexistiam pontes, dependia-se do uso de balsas –, o que dificultava o escoamento da produção. No parecer do agente consular italiano em Bento Gonçalves, Luigi Petrocchi, em 1905 (COSTA *et al.*, 1992, p. 77), consta:

Até hoje, as colônias italianas deste Estado permanecem privadas de boas estradas, que as pudessem unir aos principais centros de comércio, e assim seus produtos foram quase sempre absorvidos pelas despesas de transporte, com grande prejuízo para a produção.

Da mesma forma, ao escrever sobre a comunidade de Mato Perso, em Flores da Cunha, RS – mas que era fato em toda a região –, Gissely L. Vailatti (2017, p. 305) assevera que

se os imigrantes tivessem tido vias de escoamento para o excedente de seus variados produtos, a compensação econômica teria chegado muitos anos antes. O comércio, porém, estava condicionado a fatores alheios ao trabalho e desejo dos colonizadores. Apenas alguns produtos eram vendidos, a maioria eram comercializados na base da troca.

Esses apontamentos demonstram não apenas as questões físicas de uma região onde faltavam as estruturas mínimas para o desenvolvimento da economia local, como, também, as dificuldades de locomoção enfrentadas pelos residentes, inclusive por Paco, que transitava diariamente por esses lugares.

A economia local era baseada na pequena propriedade rural e na produção de subsistência. Plantava-se, de acordo com Giron e Herédia (2007, p. 82), “milho, trigo, feijão, batata-doce e mandioca, e a uva foi a cultura permanente”. Em caso de haver excedente de produção, seu comércio não era tão fácil, razão pela qual muitas vezes os produtos eram trocados entre os próprios colonos; outros eram trocados no comércio da vila por outros produtos – com ágio – e era comum, também, utilizar os tropeiros para a venda da produção. De acordo com Tedesco (2010, p. 285),

as questões da determinação do preço, das relações assimétricas (autonomia, dependência, subordinação e barganha), da impossibilidade do colono de vender livremente a massa de excedentes agrícolas, do fornecimento dos bens e utensílios para a família etc., fizeram do comerciante, atacadista, varejista ou simples negociante intermediário uma categoria-chave no universo vivido dos colonos da região de colonização e de migração interna.

Além de todas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes nos finais do século XIX e início do século XX de produção – tanto para a manutenção familiar quanto para a atividade comercial –, transporte, distribuição e venda de mercadorias –, escassez de escolas e socorro médico, ainda era imprescindível aos colonos economizar e arrecadar fundos para efetuar o pagamento dos lotes onde residiam para o governo, uma vez que, fruto da imigração pós-Lei de Terras de 1850¹⁶ – que definia critérios para as terras devolutas do Império –, os imigrantes tiveram que pagar, de diversas formas, por suas propriedades.

¹⁶ “A lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, amplamente conhecida como Lei de Terras, foi o dispositivo legal que, pela primeira vez, buscou regulamentar a questão fundiária no Império do Brasil. Esse ato determinou que a única forma de acesso às terras devolutas da nação fosse através da compra ao Estado em hasta pública, garantindo, entretanto, a revalidação das antigas sesmarias, que era até então a forma de doação da terra por parte do Estado à iniciativa particular – prática existente desde os tempos coloniais – e das posses realizadas até aquele momento,

A ação da igreja católica – preponderante na época na região em estudo – talvez não tenha atuado de forma tão efetiva em relação aos imigrantes, auxiliando nas necessidades desses que nela depositavam sua confiança e esperança. Havia, inicialmente, poucos padres, e os colonos ficavam desassistidos, o que fazia com que se reunissem entre vizinhos para fazerem suas orações, entre elas, a reza do terço. Com o passar do tempo, em consequência dessa carência de padres, surgiram os padres-leigos – moradores de boa conduta e com alguma instrução –, que desempenhavam o papel dos padres, dando algum conforto às pessoas, e apesar de não haver consagração ou comunhão, alguns rezavam missas com orações em latim.

Quanto à atuação dos padres leigos, Merlotti (1979, p. 55) descreve que “... passaram a exercer quase todas as funções dos sacerdotes e, quando estes chegavam às comunidades, os padres leigos passavam a ser seus ajudantes em todas as cerimônias e atos que ocorriam na capela”.

Os imigrantes aqui chegados, portadores de uma forte crença religiosa, concebiam que Deus teria poder para agir sobre tudo e todos, trazendo a cura para os males e bênçãos para suas vidas, sendo que procuraram reproduzir nas colônias a mesma forma de religião que era professada em seus países de origem. Segundo Zanini (2006, p. 137), “a religião foi um dos elementos mais importantes no processo de enraizamento do imigrado em terras brasileiras”.

Não parece, porém, que a Igreja tenha atuado como agente de transformação da situação vigente, pois, na maioria dos casos, ao invés de encorajar uma mudança de atitude do povo, atuava como mantenedora da situação existente, de modo que os colonos/fiéis se acomodassem com a situação, pregando que, por meio do trabalho e da fé (*Ora et labora*), mudariam a situação de abandono e exploração em que se encontravam.

No que se refere a Sanches, mesmo sendo considerado controverso em suas atitudes, poder-se-ia dizer que foi um “bom” católico, visto que frequentava os atos religiosos, seguia alguns rituais, como o batismo, e fazia doações para a Igreja, como será visto adiante.

Enfim, essa situação – geográfica, econômica, social e cultural – colocava os colonos numa posição de abandono, relegados a segundo plano pelo governo central da província,

desde que estas tivessem sido feitas de forma mansa e pacífica. As terras localizadas nas fronteiras seriam exceção a essa regra, permitindo-se a cessão gratuita por parte do Estado em uma área até dez léguas da fronteira. Ficava ainda estabelecido um prazo para que os proprietários – posseiros ou sesmeiros – demarcassem e registrassem suas terras, de forma que garantissem, assim, os necessários títulos de suas propriedades, sem os quais não poderiam hipotecar, vender ou alienar de qualquer outra forma. A lei definiu também penas para aqueles que se apossassem indevidamente de terrenos públicos ou privados e neles pusessem fogo ou derrubassem mato, sendo estes casos sujeitos a expulsão, prisão de seis meses a dois anos, e multa de 100\$”. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras>. Acesso em: 09 jan. 2023.

dificultando, assim, seu progresso e melhoria de vida e trabalho. Essa conjuntura foi importante no modo como Paco conduziu suas ações e escolhas no decorrer dos anos.

Por suas atitudes, Paco denota não ter se conformado com a situação vivenciada por ele e sua família, pois assim como boa parte dos imigrantes da região, não contava com apoio do governo, a infraestrutura era precária, dificultando o transporte das colheitas, e a instrução escolar e o socorro médico eram raros ou nenhum.

Não havia escolas públicas onde Paco residia e não fica claro, na literatura, o modo como aprendeu, mas ele se defendia tanto na escrita quanto na leitura. Ao estudar sua trajetória, percebe-se que ele ora se declarava iletrado – caso de alguns processos-crimes –, ora não; fato que era eleitor e, para votar, não poderia ser analfabeto.

Mesmo sendo o analfabetismo um fator impeditivo para ser eleitor, de acordo com a legislação da época, é conhecida na historiografia a utilização, por parte de alguns partidos e indivíduos, de subterfúgios que fraudavam as urnas, de modo que, algumas vezes, não só os analfabetos votavam, como também os falecidos. Conforme Napolitano (2016, p. 28-29),

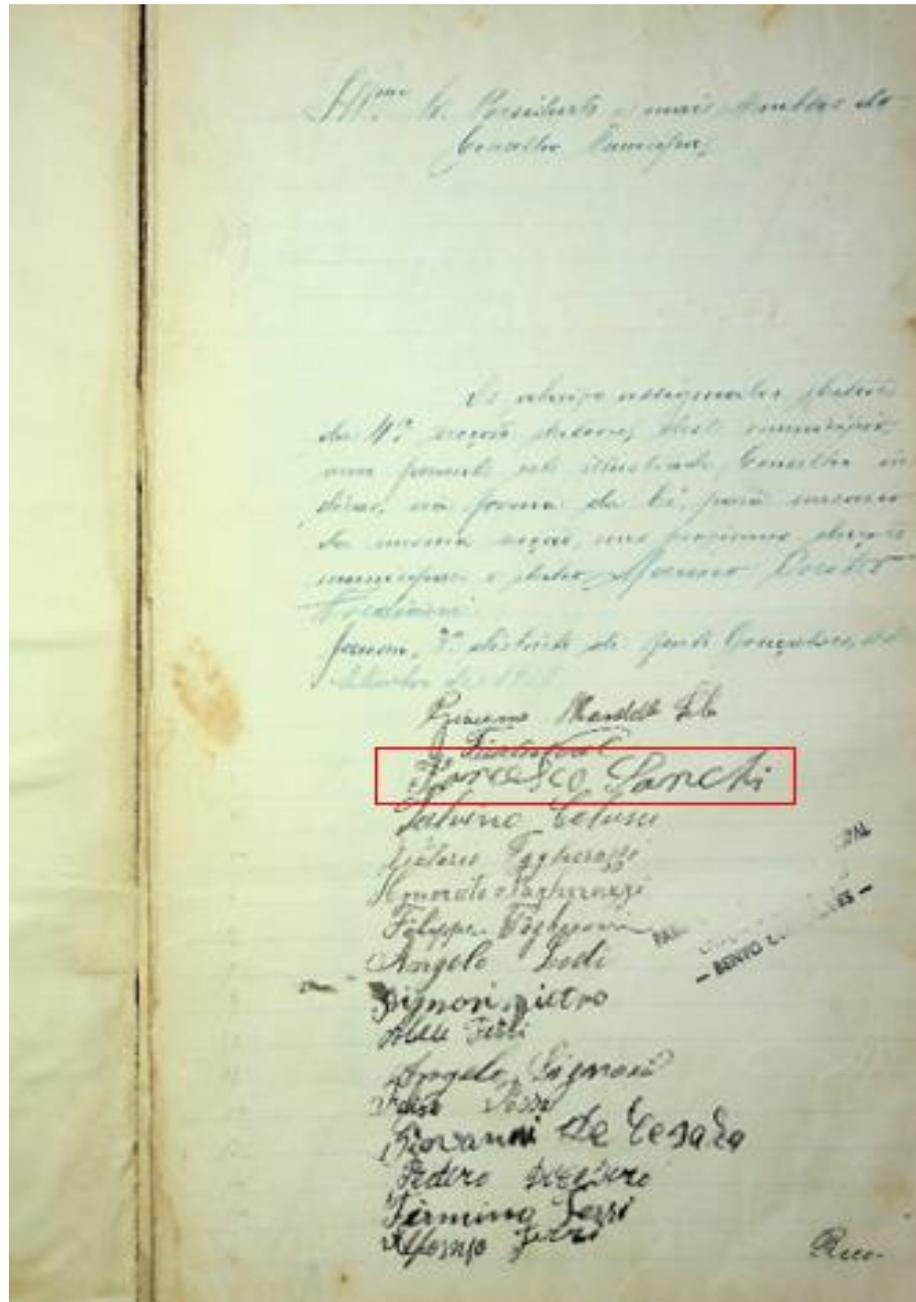
os mecanismos de fraude eleitoral eram muitos: instituição do “voto de cabresto”, pelo qual os eleitores eram coagidos a votar em determinado candidato, sob a vista dos coronéis e seus jagunços armados; utilização de nomes de cidadãos mortos para fraudar os votos; adulteração das “atas eleitorais”, que consolidavam legalmente o resultado das urnas nos municípios.

É possível visualizar a assinatura de Paco no livro de atas¹⁷ das eleições para intendente e vice – é o terceiro a assinar – do ano de 1928, em Bento Gonçalves, RS. De acordo com o texto inicial do mesmo, segue o teor e a imagem.

Illmo Sr. Presidente do Conselho Municipal,
Os abaixo assignados eleitores da 4ª secção eleitoral deste município, vem perante este ilustrado Conselho indicar, na forma da lei, para mesario da mesma secção, nas proximas eleições municipaes o eleitor ...
Jansen, 3º districto de Bento Gonçalves, 4 de setembro de 1928.
[Assinaturas dos eleitores] Giacomo Mandelli, Fidelis Noal, Francesco Sanchi, Talvino Colussi, Victorio Fagerazzi, etc.

¹⁷ Arquivo Histórico do Município de Bento Gonçalves, RS. Códice D-167. Livro de Acta das Eleições Municipaes do Intendente e Vice-Intendente, 4ª Secção Eleitoral, 1928.

Figura 14 – Assinatura de Paco, livro de Ata Eleitoral – ano 1928



Fonte: Arquivo Histórico de Bento Gonçalves, RS. Códice D-167 (1928, grifo da autora).

Em concordância com o disposto, ao analisar o processo-crime nº 337 do ano de 1928, em que Paco foi acusado de falso testemunho, Londero (2011, p. 156) comenta que: “... é este o único processo em que Paco assina seu nome nas declarações. Tanto nos anteriores como nos posteriores ele não o faz”.

O autor Roberto Rossi Jung (2009, p. 42) menciona que “sem frequentar escola, teve suficiente inteligência de entender e se expressar em três idiomas ...”. Aprendeu a falar, além do espanhol – língua da família –, o português e o dialeto italiano –, o que lhe colocava em

situação superior aos que falavam somente um idioma, pois facilitava os negócios, as tratativas com as autoridades brasileiras e a comunicação com os demais moradores da região.

Em 1943, Manoel Beltran, conhecido como Manolico, morador da 5ª seção do Rio das Antas, amigo, vizinho e contemporâneo de Paco, entrevistado por Sadi Rafael Saadi, declarou que: “... a educação das crianças, há meio século, não era coisa de primeira necessidade. O menino, como os demais, devia ser aproveitado, produzir e ajudar os pais ... Paco desenhava o nome” (CORREIO DO POVO, 14 nov. 1943, p. 3).

Na historiografia, não faltam registros comprobatórios da afirmação supra. Fernandes (2021, p. 317) narra parte de uma entrevista realizada no ano de 2019, com a professora Ernilda Maria Cavalli Turchetto (*14.01.1927 - +27.05.2022) – que lecionou e foi diretora no Grupo Escolar de Vila Jansen, município de Farroupilha, RS –, onde a mesma declara que, nas 4ª e 5ª séries, havia sempre poucos alunos, e justificava o fato devido à necessidade desses alunos em ajudar os pais nas lidas na colônia.

O jornalista Carlos Wagner, por sua vez, entrevistou, em 1988, o Professor Antônio Francisquini, que era vizinho e contemporâneo de Paco. De acordo com Francisquini, Paco “era semi-analfabeto, mas muito inteligente” (ZERO HORA, 05 jun. 1988, Caderno D). Esses depoimentos podem sugerir que atualmente Paco poderia ser considerado como um analfabeto funcional, ou seja, aquele que, mesmo reconhecendo letras e números, não consegue compreender textos ou realizar cálculos matemáticos mais complexos.

O Quadro a seguir apresenta dados da educação no Brasil e foi elaborado a partir do Recenseamento Geral realizado em 1º de setembro de 1920. Os números consideram a população com mais de seis anos de idade.

Quadro 2 – Taxa de analfabetismo – ano 1920

	Sabem ler e escrever	%	Não sabem ler e escrever	%	População Total	%
Brasil	7.454.698	30,88	16.684.601	69,12	24.139.299	100
Rio Grande do Sul	847.942	38,85	1.334.771	61,15	2.182.713	100
Alfredo Chaves	12.547	38,71	19.848	61,29	32.395	100
Bento Gonçalves	9.599	43,49	12.473	56,51	22.072	100

Fonte: Elaborado a partir do Recenseamento de 1920 (IBGE).

De acordo com o recenseamento de 1920, a taxa de pessoas que não sabiam ler e escrever no Brasil era de 69,12%, número que representa o descaso do Estado para com a educação da população, e maior do que muitos outros países; como no caso do Chile, onde, de acordo com o site https://es.wikipedia.org/wiki/Censo_chileno_de_1920, o censo foi realizado em 15 de dezembro de 1920 e havia 49,6% de analfabetos. No caso da Espanha, por sua vez, o índice de analfabetismo da população com 10 anos ou mais era, em 1920, de 42,88% (DI PIERRO, 2000, p. 251).

O panorama no Rio Grande do Sul era semelhante ao nacional, tendo o Estado uma taxa de analfabetismo de 61,15%. O mesmo aconteceu em âmbito municipal, sendo que se tomou por referência os municípios de Alfredo Chaves – que à época incluía também as localidades de Capoeiras, Monte Vêneto, Bella Vista, Nova Bassano e Vista Alegre –, com 61,29%, e Bento Gonçalves – formado por Monte Bello, Linha Jansen, Nova Pompéa e Santa Thereza – com uma leve melhora, e índice de analfabetos de 56,51%.

É nesse cenário que Paco cresceu; porém, talvez o fato de seu pai ser alfabetizado e ter exercido as funções de inspetor de quarteirão e fabriqueiro¹⁸ o tenha auxiliado no aprendizado das letras e números.

As dificuldades de época não se limitavam à escolarização; faltavam também oportunidades. Exemplo disso é que, nem adulto ainda, passou a residir junto com sua irmã mais velha, Maria de Jesus, que era casada com um italiano – Serafin Vanelli –, com o qual

¹⁸ Os fabriqueiros eram os imigrantes responsáveis pela construção das capelas nas comunidades coloniais e pelos cuidados com sua administração. Eram pessoas de destaque e prestígio entre a população. (VENDRAME, 2007, p. 53).

partilhava os cuidados de um comércio – boteco – em Nova Pompéia, onde Paco começou a trabalhar e descobriu os jogos trazidos pelos imigrantes e praticados na região: mora, carteadado, bochas¹⁹, e o famoso jogo das tampinhas²⁰, que futuramente lhe renderiam algum dinheiro, mas, também, muita confusão.

A imagem abaixo, que se encontra em poder de um trineto de Paco, até então inédita, é a mais antiga de que se tem conhecimento até o momento, razão pela qual representa a imagem de Paco jovem – à esquerda –, na companhia de um amigo, cuja identidade é desconhecida.

Figura 15 – Imagem de Paco com um amigo



Fonte: Acervo particular de Giovanni Lazzarotto.

¹⁹ Os jogos típicos dos descendentes italianos, aos domingos, eram a mora, a bocha e o baralho. A mora consistia na reunião de seus participantes em torno a uma mesa, os quais gritavam os números 2,2,2,3,3,3,6,6,6, ... batendo na mesa. Fazia ponto quem somasse o número certo proposto, somando seus dedos estendidos e os do adversário. No carteadado, os jogos mais conhecidos e praticados eram a bisca, o trissete, o quatrillo e a escova. O jogo de bochas era tão apreciado que alguns improvisavam canchas nos poteiros, servindo como bochas pedras arredondadas, ou rústicas bolas de madeira feitas à mão (DE BONI; COSTA, 1984, p. 164).

²⁰ O jogo das tampinhas consistia em três tampinhas de garrafas de aguardente, com cores diferenciadas. O jogador da casa colocava uma semente qualquer debaixo de uma delas, e em movimentos rápidos e disfarçados apresentava ao apostador para adivinhar onde estava a semente. Na maioria das vezes, o que jogava subtraía a semente da mesa, fazendo um jogo ganho, pois, desse modo, não haveria nenhuma possibilidade de alguém acertar a tampinha “premiada” (JUNG, 2009, p. 33).

Exemplo de conduta controversa aos hábitos do contexto, na juventude, raptou sua esposa da casa dos pais, visto que estes não aprovavam o relacionamento – aproveitou, igualmente, para roubar o dote da esposa, o que geraria sua primeira acusação na justiça. A jovem Maria era descendente de italianos, proveniente da família Facchini. Fugiu com ele e, posteriormente, se casaram e tiveram dez filhos.

Inicialmente, o motivo da desaprovação da família Facchini não fica claro na literatura, pois, até então, Paco não era citado em nenhum processo judicial; talvez, por sua desinibição e valentia, já atraísse o olhar das mulheres, e isso desagradasse a família de Maria, ou, então, por alguma razão, até mesmo por apreciar os jogos, sendo que já existia uma representação negativa sobre sua pessoa circulando na região.

Outro impeditivo poderia ser o fato de Sanches não ser descendente de imigrantes italianos, pois, no ethos local, herança do período de consolidação dos nacionalismos europeus, era costume que os casamentos se realizassem entre indivíduos da mesma etnia, salvo casos especiais, quando houvesse uma escassez de cônjuges da mesma raça ou quando a união interracial trouxesse algum tipo de vantagem, como a econômica, por exemplo. É importante salientar, também, que o modo de vida mais livre de Paco contrastava com a rigidez comportamental dos italianos.

Mas é através da oralidade que se pode encontrar uma explicação plausível para a família Facchin rejeitar Paco – além de todas as citadas nos parágrafos anteriores. Nos depoimentos obtidos oralmente, adveio a informação de que Paco já havia se envolvido com uma irmã de Maria, chamada Adélia (ou Adele) Facchin, com quem teria, inclusive, tido filhos. Segue a informação: “Ele tinha uma cunhada, ele tinha três, quatro menina com aquela cunhada, a Adele, que depois casô e foi lá prá ... Santa Catarina” (Tomaz T., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Dentro dos princípios morais vigentes no local à época, a ligação entre Paco e a cunhada era razão mais que suficiente para não ser aceito seu envolvimento com Maria – ao menos enquanto Adélia, a irmã, fosse viva. A esse respeito, constam outros depoimentos no penúltimo capítulo dessa dissertação.

Paco, porém, gostava de festas, jogos e bailes, e se envolveu com uma outra moça, chamada Olímpia, também descendente de italianos, com quem teve mais três filhos. De acordo com Pfeil (1990, p. 9), de uma “estrutura meã, fisionomia alegre e simpática, tinha ele [Paco], sempre, a bailar-lhe nos lábios, um sorriso tranquilo e cordial (...)”.

A esposa, Maria Facchin, era filha de José Facchin e Angela Marini, nascida em 1893, na então localidade de Alfredo Chaves, atual cidade de Veranópolis, e trabalhava na agricultura

com a família até contrair matrimônio²¹ com Francisco Sanches Filho, em 30 de janeiro de 1911, em Bento Gonçalves, RS.

Figura 16 – Paco e a esposa Maria Facchin



Fonte: Jornal Pioneiro (Caxias do Sul, RS, 2001).

A outra companheira – Olímpia Frattini²² –, por sua vez, teria sido raptada por Paco quando tinha quinze anos, era jovem e tinha idade para ser sua filha. Alguns autores dizem que era natural do ‘Prata’ ou ‘Capoeira’ – antigas designações do atual município de Nova Prata –; outros, que residia em Nova Bassano, ambos estando corretos, pois antes da emancipação, ocorrida em 1964, o município de Nova Bassano fazia parte do de Nova Prata.

De acordo com Guertler (2001, p. 71),

o relacionamento com uma jovem de quinze anos levou Francisco Sanches Filho a concretizar outro rapto. Numa noite de vento forte, aproveitou a ausência dos pais de Olímpia Frattini, uma moça que conhecera há dois meses em suas cavalgadas pela região para arrebanhar eleitores, para tirá-la de casa.

²¹ O casamento foi realizado no Cartório de Registro Civil do município de Bento Gonçalves, RS, sob assento nº 7, de 30 de janeiro de 1911, perante o Dr. Renato Costa, Juiz districtal desta Villa, e o escrivão dos casamentos, Júlio Lorenzoni. Consta que “Francisco Sanches Filho tinha 21 anos de idade, natural desse Estado, lavrador, solteiro, cathólico, residente na Linha Quinta secção margem esquerda do Rio das Antas, primeiro districto deste município; a nubente, Maria Facchin, com 18 anos de idade, natural deste Estado, lavradora, solteira, cathólica, residente no primeiro districto de Alfredo Chaves, neste Estado”. Consta ainda a filiação dos noivos e as testemunhas.

²² Faleceu em 30 de março de 1959, com 54 anos de idade, em Nova Prata. Era filha dos italianos Luiz Frattini e Angelina Anzilago. Deixou os filhos Luiz, Aquiles, Arlindo, Júlia, Jandira, Aristides e Teresinha. Foi declarante o filho Arlindo Sanches. Foi sepultada no Cemitério de Nova Prata, RS.

Figura 17 – Paco e Olímpia Frattini



Fonte: Acervo pessoal de Rosane M. S. Maronn.

Pode-se considerar Paco como um sedutor, sendo que teve também outros namoricos de menor importância, mas o fato de possuir concomitantemente duas famílias era algo que gerava estranhamento entre as pessoas e destoava totalmente da moral rígida da época. Tratava-se de uma afronta aos mandamentos da igreja e da convivência numa sociedade monogâmica e tradicional.

Paco, todavia, nunca escondeu seus romances. Maria e Olímpia se conheciam, e ambas sabiam dos seus casos extraconjugais, de forma que, entre as duas famílias, não havia desentendimentos. Se elas realmente aceitavam esses casos, ou se apenas se conformavam com eles, é difícil precisar, mas relata Guertler (2006, p. 73) que as esposas “aceitavam pacientemente dividir o companheiro com as outras”.

Em 1929, tentando outra fuga, Paco dessa vez levaria consigo uma outra moça – Amália Anderle, de 20 anos de idade, filha do seu amigo João Anderle –, com a qual se escondeu na casa de Antonio Ballastrin, localizada no distrito de Monte Bérico. Jung (2009, p. 67-68) escreve que “ali o casal passou escondido todo o dia 28, tendo Paco explicado que estava pretendendo passar com sua nova companheira algum tempo no Estado de Santa Catarina, até as ‘coisas’ acalmarem aqui pelas colônias”.

À época que viveram, Maria, Olímpia, Amália e tantas outras mulheres foram criadas numa sociedade onde cabia ao homem prover a família, e à mulher, procriar. As mulheres trabalhavam na roça e, no final do dia, ainda tinham que cozinhar, lavar, passar, costurar, alimentar os animais etc. Ademais, ainda tinham que cuidar dos filhos, e as famílias eram numerosas, sendo que sua única distração eram os ofícios religiosos – iam à missa, na reza do terço, e, esporadicamente, em algum filó²³.

As mulheres não eram vistas como sujeitos históricos, mas lhes exigiam a mesma energia dos homens, seus casamentos eram arranjados pelos pais, a elas não era possibilitado fazer escolhas, eram as invisibilizadas de uma sociedade patriarcal.

Jean Roche, ao escrever sobre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul –, mas que podem se relacionar também às demais etnias chegadas nos séculos XIX e início do XX –, assevera que era toda família que trabalhava, o que conduz a refletir sobre as condições de vida dessas pessoas; crianças sem estudar, mulheres com jornada tripla, isto é, na roça, nas tarefas da casa e nos cuidados com os filhos.

... os homens, as mulheres e muitas vezes as crianças, são absorvidos, de manhã a noite, no desbravamento da floresta. Se a derrubada e a queimada são tarefas masculinas, as mulheres semeiam, plantam, mondram, colhem, ordenham e devem ainda, fazer o pão, a manteiga, a lixívia, etc. (ROCHE, 1969, p. 559).

A imagem de destemido e conquistador aguça reflexões sobre a possibilidade de que, para algumas jovens do interior, participar da vida de Paco poderia ser um privilégio, visto que a elas o futuro reservava o casamento – o que nem sempre era sinônimo de realização e felicidade –, o ingresso em alguma ordem religiosa, ou a solidão e ao consequente estereótipo – pejorativo – de “solteironas”.

As atitudes das mulheres que se relacionavam com Paco, ao aceitarem a condição de que ele se envolvia com mais de uma ao mesmo tempo, o que não era normalidade na época, transparecem um comportamento discordante para com a sociedade, pois a vivência ao lado de um homem que, não preterido pela família – representava a oportunidade de uma vida diferente daquela em que transbordava o cerceamento de ideias, opiniões, hábitos e sentimentos –, era um desafio a que poucas tinham coragem de se submeter.

²³ “... o filó é uma forma de convivência entre pessoas (encontro) constituída através de visita/reunião, que acontece à noite no interior das residências, sobretudo nas cozinhas, congregando amigos, vizinhos e/ou familiares, com a finalidade de união, em que ocorre conversa com trocas de ideias e relatos de histórias, jogos de cartas, momentos de expressão de religiosidade e oferta de alimentos e bebidas, sendo que os convidados são recebidos pelos anfitriões e, posteriormente, estes retribuem a prática, dependendo ou não de convite prévio” (CAMILOTTO, 2018).

A falta de liberdade era fato na vida das mulheres. A decadência desse sistema patriarcal inicia-se somente no século XX, e pode-se afirmar que

as mulheres exerciam as mais diferentes atividades acompanhadas dos homens. O mesmo ocorria no mundo lúdico. As mulheres que infringiam as normas eram ‘faladas’, isto é, estigmatizadas. A mobilidade das mulheres era vigiada tanto no espaço do trabalho, nas atividades lúdicas, como no espaço doméstico. (SILVA apud DEL PRIORE, 2004, p. 568).

Mesmo não sendo escopo desse estudo analisar a situação das mulheres em relação a Paco, é importante ficar registrado que, talvez, elas não tenham sido “raptadas”²⁴ ou “sequestradas”, como consta nos livros, afinal, esses termos significam uma obrigação, uma imposição, mas simplesmente podem ter tentado viver de uma forma diversa da usual; do contrário, fica a pergunta da razão pela qual nenhuma delas tentou voltar para a casa de seus familiares, sendo que Paco ficava longos períodos fora – ou a trabalho ou se escondendo das autoridades – uma fuga não seria impossível.

Ao longo da vida, Paco teve várias ocupações, primeiramente na roça, auxiliando sua família. Depois, no botequim, onde passou a ajudar sua irmã e o cunhado. Mais tarde, trabalhou como balseiro²⁵, profissão muito perigosa, mas que desempenhava com maestria. Exerceu também a função de comerciante de mulas – ele comprava dos tropeiros as mulas magras e cansadas e, depois de tratá-las, revendia por um preço bem superior, conseguindo um bom lucro nessas transações –, e de transportador de cargas para os comerciantes da região.

²⁴ Na rede social do Facebook, em um compartilhamento realizado na postagem do Museu Municipal de Veranópolis, por ocasião da exposição Paco: atuação, representação & memória, foi encontrado um comentário em modo público feito por uma neta de Paco, onde a mesma comenta que: “A vó Olimphia fugiu com ele a cavalo. Porque ela quis, ele não roubou ou raptou ela”.

²⁵ Balseiro – aquele que dirige balsa ou jangada (DICIO, 2021).

Figura 18 – Balsa sobre o Rio das Antas – localidade conhecida como Passo Velho das Antas – entre os municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis, RS



Fonte: Olivo Ghiggi. Coleção Elígio Parise (Museu Municipal de Veranópolis, RS).

Desempenhando esses serviços – onde conheceu toda a circunvizinhança, seja por terra ou por água –, ficava muito tempo longe de casa; quando retornava, contudo, sempre ajudava a família – pais, esposa e filhos – nos trabalhos da colônia. Por sinal, suas companheiras nunca se queixavam da situação, ao contrário, sempre o resguardavam, dizendo ser Paco bom pai e bom esposo. Segundo relato de Pfeil (1990, p. 21), “todas o defendiam com extraordinário calor”.

Os filhos, por sua vez, tinham grande admiração pelo pai; sempre procuraram ajudá-lo, tanto na lida da terra, como o protegendo. No período em que esteve foragido da polícia, se escondendo na casa de conhecidos – que lhe davam guarida –, em poteiros, no meio do mato ou em grutas escondidas, seus filhos eram seus vigias: ao mínimo sinal da presença da polícia, procuravam sempre avisá-lo para que se antecipasse à chegada dos homens da lei.

Ademais, eram os filhos mais velhos que percorriam grandes distâncias a pé, para levar comida ao pai, enquanto este se escondia nas grutas existentes na região – que em épocas anteriores teriam servido de morada às tribos indígenas – e não foram poucas vezes que, neste trajeto, foram abordados e torturados por policiais, na tentativa de descobrirem o paradeiro de Paco.

Uma das filhas de Paco, entrevistada em 1989, relatou as torturas: “... pegaram um irmão meu, e botaram um arame na cabeça assim e arrojaram que expirava sangue pelo nariz, pela boca ...” (Sofia S., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 6).

Apesar das dores e do sofrimento causados pelas torturas impostas pelos perseguidores do pai, nunca delataram o progenitor, fato que pressupõe ter sido Francisco Sanchez um bom pai – do contrário, não teria sido tão protegido pelos filhos como foi.

Até esse ponto, percebe-se Paco representado de forma heroica, ou seja, apesar das dificuldades existentes na colônia e da falta de instrução escolar, o personagem demonstra ter lutado para conseguir melhores condições de vida para si e seus familiares. Por meio das informações a despeito de alguns conflitos, brigas e jogatinas, é vista sua representação de bom marido e bom pai.

É também retratado, na historiografia, o fato de ele ser uma pessoa de fé, que participava, sempre que possível, das atividades religiosas na paróquia da localidade onde residia. Ao descrever como a religiosidade do ser humano se apresenta, Geertz (1989, p. 144), afirma que:

A crença religiosa e o ritual confrontam e confirmam-se mutuamente; o ethos torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica.

Sobre a religiosidade de Paco, sabe-se que, além de ser de família católica, era devoto de Santo Antônio. Não há informações de que tenha alguma vez atacado ou depredado alguma igreja, nem tão pouco arranjado confusão durante alguma celebração religiosa. Seus filhos receberam o batismo, faziam orações e rezavam o terço em casa. Sempre que Paco adentrasse uma Igreja, mesmo que não se separasse de suas armas, o fazia com as calças arregaçadas até o joelho, em sinal de respeito, denotando sua fé de forma visual.

De acordo com Roberto Rossi Jung (2009, p. 80), em seu livro intitulado *Paco, Procurado Vivo ou Morto*, “apesar de irreverente, segundo contam, [Paco] ‘ia na missa com as calças arregaçadas, espingarda pendurada e dois revólveres’, era homem devotado a Santo Antônio e participava de alguns encontros naquela igreja”.

Em fins de 1918, a “influenza espanhola”, mais conhecida aqui como gripe espanhola, chegou ao Brasil, fazendo milhares de vítimas. Ao que se sabe, nenhum membro da família Sanches foi atacado por tal doença. De acordo com Jung (2009, p. 51), “em Alfredo Chaves muitos caíram doentes, alguns morreram, mas a família dos Sanchez saiu incólume. Disseram as más línguas que era por serem espanhóis, mas Paco creditou ao poder de Santo Antônio, de quem era devoto, a deferência recebida”.

No embate travado no ano de 1929 com o delegado Vaz e dois de seus ajudantes, em que Paco fugiu e, mesmo baleado, conseguiu chegar em casa, onde se despediu dos filhos, pensando que morreria devido às lesões, escondeu-se em uma gruta, onde ele próprio tratou seus ferimentos com ervas.

O fato de o próprio Paco ter se tratado com ervas demonstra que, além de sua condição de católico e devoto de Santo Antônio, ele também devia fazer uso de algo muito comum nas colônias – distantes das cidades maiores e onde havia pouco ou nenhum socorro médico: a existência de benzedadeiras e curandeiras, pessoas que faziam orações pedindo a cura das enfermidades. Além de orações, utilizavam, nos seus rituais, água benta, rosários, ervas etc. e, muitas vezes, receitavam chás, xaropes caseiros e cataplasmas.

Depois desse duelo, Paco, crente que era, fez uma promessa a Santo Antônio, que cumpriu assim que se recuperou dos ferimentos, sendo que ainda hoje se pode ver o candelabro (Figura 19) que ele ofertou ao santo na Igreja de Nossa Senhora da Pompéia, no distrito de Linha Parreira Horta, onde residia. “Depois desse embate em Monte Bérico, do qual saiu ferido, e com gravidade, contam que ele fez um voto a Santo Antônio, que se ficasse bom, ofertaria à capela um candelabro. Ficou bom e pagou a promessa” (JUNG, 2009, p. 80).

Figura 19 – Candelabro – Igreja Nossa Senhora da Pompéia – Veranópolis, RS



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Essas atitudes demonstram uma espécie de “ligação” entre o sagrado e o profano, entre o céu e a terra, uma vez que pedidos feitos “daqui” eram atendidos “de lá”, de forma que a divindade, seja qual for o santo invocado pela fé do pedinte, atendia às súplicas de seu impetrante. Este, em contrapartida, como forma de agradecimento, oferecia algo em troca, que poderia ser uma imagem, uma capela, um adorno para uma igreja, ou até o batismo de um(a) filho(a) com o nome do santo/santa de devoção e atendente do pedido.

Ações em defesa de pessoas mais humildes também estão atestadas na bibliografia sobre Paco, como escreveu Sejjane Dornelles (1991, p. 211) no livro *Os últimos bandoleiros a cavalo*, em que narra uma história acontecida nos arredores de Bento Gonçalves, onde Paco encontra, ao acaso, um casal que voltava da Igreja. A senhora, com uma criança no colo, chorava copiosamente. Indagando a razão do choro, lhe contaram que o padre do lugar havia se negado a batizar a criança, pois o colono não tinha dinheiro para pagar pela realização do sacramento. Paco reagiu, enfrentando o Padre, que fez o batismo, do qual ele foi o padrinho, e ainda deu um bom “susto de relho” no sacerdote. Paco, enfim, a despeito de ser considerado um ‘fora da lei’, ajudava as pessoas mais pobres e necessitadas.

No que refere a ajudar os menos favorecidos, Pfeil (1990, p. 60), descreve:

Paco praticava, seguidamente, ações meritórias. Diz-se, mesmo, que, em virtude dos seus múltiplos benefícios prestados à população colonial, era ele tido como um verdadeiro amigo e protetor dos fracos, contra a prepotência dos fortes. Com o produto dos seus roubos, tirados quase sempre dos mais abastados, ele socorria, os necessitados, amparando-os com a sua valia pessoal e a sua bolsa.

Em ampla reportagem publicada pelo Jornal Zero Hora em 05 de junho de 1988, o jornalista Carlos Wagner, ratificando Pfeil, relata um fato que, segundo os mais antigos da localidade, teria acontecido em Nova Roma do Sul, onde Paco costumava ficar no Hotel Campagnoni, e aproveitava para participar de jogos:

Por volta de janeiro ou fevereiro de 30, quando ele voltou para lá estava jogando e viu um jovem colono polonês triste em um canto. Reconheceu ser o filho de um amigo seu lá da Quinta Magra, interior de Veranópolis. Perguntou o que se passava, e o colono lhe relatou que havia jogado e perdido o dinheiro da venda de uma junta de bois. Paco meteu a mão no bolso e lhe deu a quantia que havia perdido e o aconselhou: ‘Não jogue mais. Só quem ganha é o dono da banca’.

Ademais, pode-se aferir que o espírito de solidariedade estava presente em algumas atitudes de Paco, principalmente no auxílio aos desafortunados; em outras, demonstra a fé da família, através da participação nos sacramentos e rituais religiosos, o que reflete ações ligadas à igreja católica, muito presente entre os imigrantes e seus descendentes na região. Enfim, Paco

tinha sua religiosidade, exercida de forma não tão usual – devido ao tipo de vida que levava –, mas nunca abandonada.

Nos anos 1920, surgiu um outro trabalho, que mudaria para sempre seu destino: o envolvimento com a política. Ao trabalhar como cabo eleitoral do Partido Republicano Riograndense, atividade que exercia muitas vezes fazendo uso de coerção e violência – como tantos outros nessa mesma posição –, ganhou dinheiro, conheceu pessoas e políticos influentes, começou a cometer furtos dos quais saía impune, iniciando, desse modo, a escrita de seu trágico fim.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E POLÍTICO

Iniciada ainda na época do Império, a imigração estrangeira para o Brasil se manteve após a Proclamação da República. Com o passar do tempo, além dos alemães e italianos, começaram a chegar ao Rio Grande do Sul imigrantes de outras nacionalidades – franceses, poloneses, suecos, espanhóis, belgas, suíços, russos etc.

A chegada desses imigrantes, que trabalhavam o cultivo da terra em minifúndios, gerou um incremento na produção agrícola, o que levou a uma considerável acumulação de capital, que além de ter favorecido o comércio, foi reinvestido tanto na área agrícola, como no desenvolvimento do artesanato e de pequenas indústrias no estado. De acordo com Pesavento (1985, p. 29),

os comerciantes do interior, mais isolados dos estímulos do mercado, possuíam um menor poder de acumulação, originado basicamente da diferença dos preços de compra e venda. Entretanto, tal poder foi suficiente para o estabelecimento de algumas empresas de pequeno porte disseminadas pelo interior, destinadas ao fabrico do vinho, da banha e de artigos de couro.

Corroboram o descrito supra Pereira e Arendt (2002, p. 4), ao afirmarem que

o comércio articulado pela zona colonial foi de vital importância para o processo de industrialização gaúcho, porque os capitais acumulados provindos das trocas realizadas dentro do próprio estado e também relacionadas ao mercado do centro do país eram investidos em indústrias dentro do território gaúcho.

Esse pequeno produtor, cujo trabalho vai gerar uma incipiente acumulação de capital, vai ser parte importante do processo de industrialização²⁶ do Estado, da fundação de indústrias

²⁶ Nos anos finais do século XIX e iniciais do XX, na região da serra gaúcha, surgiram várias empresas: Vinícola Salton, em Bento Gonçalves – 1910; Metalúrgica Abramo Eberle, em Caxias do Sul – 1896; Tramontina, em Carlos

e cooperativas, não somente como fornecedor de matéria-prima, mas como provedor de mão de obra e também como consumidor dos produtos manufaturados.

A época da Primeira República, no âmbito político, caracterizava-se pela alternância no poder central, de governantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais, ou outros, desde que apoiados por esses; e a política dos governadores, onde o governo federal apoiava a oligarquia estadual que tivesse mais poder e, em troca, essa deveria eleger deputados que apoiassem os projetos do executivo, perante o Legislativo. Outra forma de se manter no poder era a utilização de fraudes nas eleições, ato ilícito e comum durante todo o primeiro período republicano.

Não por outra razão o Palácio do Catete hospedará, até 1930, uma sucessão de paulistas e mineiros, com algum fluminense como para confirmar a regra: essas são as duas oligarquias mais poderosas da época, a primeira fundando seu poder na riqueza dos cafezais e da incipiente indústria cafeeira paulista, e a segunda encontrando seu prestígio no maior contingente eleitoral do país (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 39).

Durante todo o período da Primeira República, de Norte a Sul do país, os partidos utilizaram-se de várias estratégias para se manter no poder, como manipulação das atas das seções eleitorais, utilização do registro de pessoas falecidas, e o voto de cabresto, ou seja, intimidação – verbal ou física – dos eleitores.

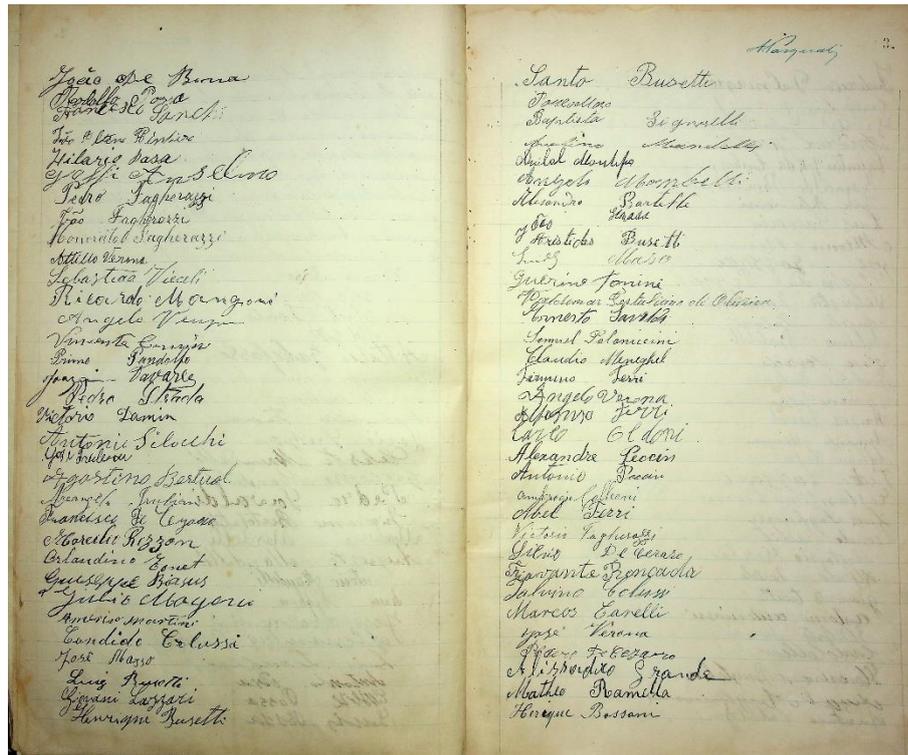
Love (1975, p. 126) corrobora a menção supra ao descrever que:

O coronel quase sempre aliciava os eleitores de seu distrito mediante favores pessoais, conseguindo-lhes emprego, arranjando-lhes empréstimos ou simplificando processos burocráticos. Caso o aliciamento não desse resultado, recorria à violência e à fraude para atingir suas cotas de votos, usando a força de homens armados e pessoalmente leais.

Nesse sentido, Paco foi atuante no convencimento dos eleitores em prol de seu partido, como demonstra o depoimento de Honorato João Venzon, na reportagem de Carlos Wagner, no jornal Zero Hora:

Para votar contra o governo naqueles tempos era preciso coragem, porque o voto era a descoberto. Dias antes das eleições, era espalhado pelas colônias o seguinte aviso: “Quem votar contra o governo vai ser perseguido”. Venzon recorda esse fato, lembrando que homens como Francisco Sanches, o Paco, um famoso bandoleiro da Serra do Nordeste, encarregavam-se de fazer cumprir as ameaças (ZERO HORA, p. 15, 08 nov. 1989).

Figura 20 – Livro de Registro – Eleições Municipais, Bento Gonçalves, 1928



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Bento Gonçalves, RS. Códice D-167, 1928.

Na imagem anterior de um livro de registro eleitoral, à página 2, contando inclusive com a rubrica do Presidente do Conselho, Augusto Pasquali – no alto da folha –, é possível observar que Paco, depois de encerrados os trabalhos – haviam votado somente cinco eleitores –, chegou com mais eleitores, cujos votos o mesário Fidelis Noal contabilizou como válidos, estratégia utilizada para aumentar os votos recebidos por um dos candidatos, no caso, como foram conduzidos por Paco, para o Partido Republicano. Nessa página, Paco também assinou seu nome – na terceira linha, folha 2, verso.

Pela constituição em vigor, estavam aptos a votar cidadãos que tivessem mais de 21 anos, soubessem ler e escrever, ficando excluídos os soldados, religiosos, mendigos e as mulheres – estas, cujo direito ao voto somente viria a ser reconhecido pelo código eleitoral de 1932 e ratificado pela Constituição de 1934. Mas, devido à analfabetização da grande maioria da população, uma pequena porcentagem da população realmente exercia o direito ao voto.

De acordo com Ferreira e Delgado (2003, p. 100-101),

no caso do direito de voto, considerado o mais importante dos direitos políticos, retira-se a exigência de propriedade, mas mantém-se a exclusão dos analfabetos. Também as mulheres estão ausentes, pois ainda prevalece a representação de que a mulher pertence ao domínio do privado, presa às atividades de reprodução da espécie, sendo,

portanto, inapta para a política – atividade que se processa nos domínios do espaço público.

Apesar de o título de eleitor²⁷ existir no país desde 1881, era desprovido de fotografia, o que seria condição essencial para a identificação do eleitor, e mais um facilitador na execução da fraude eleitoral, visto que:

A cédula poderia ser impressa ou manuscrita, dobrada em forma de sobrecarta ou colocada em envelope. Foi comum sua publicação em jornais, com o fim de colocá-la ao alcance do eleitor, que a recortava. Mas mais comum foi a sua entrega, já fechada, aos eleitores que, em caso de disputas acirradas com outra facção, eram reunidos em “currais”, na véspera ou no próprio dia, e acompanhados sob rígida vigilância por cabos eleitorais até a “boca da urna” (TELAROLLI, 1982, p. 40-41).

A situação, em âmbito estadual, não diferia muito da nacional. No Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, o Partido Liberal, representante da classe pecuarista, era quem predominava no cenário político gaúcho. O estado mantinha-se econômica e politicamente dependente do centro do país. Alicerçado em outros ideais, e como alternativa ao Partido Liberal, eis que então surgiu, em 1882, o Partido Republicano Riograndense, conhecido como PRR, com uma ideologia positivista e que abarcou uma parte dissidente dos liberais, grande parte do setor agrícola colonial e, ainda, o exército (PESAVENTO, 1994).

A Constituição Estadual, idealizada pelo republicano Júlio de Castilhos, delegava amplos poderes ao Presidente do Estado na medida em que, dentre outros itens, dispunha que:

- a) o mandato do Presidente do Estado seria de cinco anos, com possibilidade ilimitada de reeleição, contanto que obtivesse – no mínimo – três quartos dos votos nas eleições;
- b) a eleição deve se realizar sessenta dias antes do término do período presidencial.

A inserção do imigrante na política sul-rio-grandense não se deu imediatamente à sua instalação. O primeiro entrave foi a distância das colônias às sedes e capitais, agravada pela falta e péssimas condições das estradas. Paralelo a isso, havia o problema do idioma, visto os funcionários públicos utilizarem-se da língua oficial do estado – o português –, que era praticamente desconhecida dos moradores das colônias. Além do mais, segundo Love (1975, p. 139),

²⁷ A partir da Revolução de 1930, com o fim da Primeira República, o novo governo criou a Justiça Eleitoral, por meio do Decreto nº 21.076/1932, para organizar, administrar e fiscalizar as eleições brasileiras. O primeiro Código Eleitoral instituiu o voto secreto e obrigatório. O título de eleitor de 1932 veio com duas inovações importantes: foi o primeiro a trazer fotografia e a impressão digital do eleitor. Além das informações sobre o eleitor contidas no documento, tais dispositivos aumentaram a segurança da Justiça Eleitoral quanto a quem estava votando ser realmente o titular do voto (TSE, 2017).

a despeito do crescente e ativo papel da população colonial nas atividades econômicas do Estado, os colonos desempenhavam um papel menor na política. A tradicional economia de estancieiros tinha o seu equivalente na vida política. A grande maioria dos líderes oficiais e opositores do Rio Grande era membro da classe proprietária de terra.

Num tempo em que imperava a predominância dos latifundiários no cenário político, Paco, declarado republicano e Borgista, aliado aos detentores do poder da época, se presume, foi muito útil a esses em muitas ocasiões, principalmente em épocas de eleições, pois, como cabo eleitoral, ajudou a conseguir muitos votos a favor – e impedir muitos votos contra – dos republicanos.

De acordo com Dornelles (1991, p. 210), “Paco foi um eficiente cabo eleitoral de políticos de destaque no Estado. Embrenhava-se pelas serranias, aliciando eleitores. Homem temido e respeitado, sua palavra era lei”.

Na região da Serra, são registrados vários exemplos da utilização dos cabos eleitorais como forma de influência e intimidação por ocasião de eleições municipais ou estaduais. Na opinião do Sr. Honorato João Venzon²⁸, “as eleições mais acirradas eram as para intendentess – os prefeitos da época”.

No município de Bento Gonçalves, onde dizem que Paco transitava com desenvoltura na Intendência – nome pela qual era designada a prefeitura na época –, por exemplo, Paco atuou para a eleição do prefeito, o Coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, que, não por acaso, permaneceu por 32 anos no poder. Conforme Costa *et al.* (1992, p. 108): “o Cel. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, que, nomeado em 1892, foi eleito em 1896 e sucessivamente reeleito até o ano de 1924, governando, portanto, 32 anos”. Nesse município Paco também trabalhou nas eleições que levaram ao cargo máximo municipal os senhores João Baptista Pianca (1924-1928) e Olinto Fagundes de Oliveira Freitas (1928-1932).

Pfeil (1990, p. 16) reproduz parte de uma publicação do jornal Estado do Rio Grande, representante do Partido Libertador, sobre as eleições em Bento Gonçalves no ano de 1927:

Nas vésperas das últimas eleições municipais de Bento Gonçalves, sentindo-se o situacionismo bastante fraco para enfrentar o candidato do Partido Libertador, resolveram as altas autoridades daquela comuna, de então, chamar, em seu auxílio, o célebre Paco, pois, só este lhes, poderia garantir a vitória nas referidas eleições. De fato assim aconteceu.

Paco também fez parte do grupo que, por ocasião das eleições para intendente no município de Garibaldi, no ano de 1929, colaborou para que o partido da situação permanecesse

²⁸ Depoimento de Honorato João Venzon ao jornalista Carlos Wagner. Porto Alegre: Zero Hora, 08 nov. 1989.

no poder, impedindo a ascensão do representante do Partido Liberal daquele município, Armando Peterlongo.

Referente a essa eleição em particular, Pfeil (1990, p. 27) relata o envio de um telegrama às autoridades da capital, por parte do representante do Partido Liberal de Veranópolis, o Sr. Antonio Tagliari Filho, no qual informa que:

Seguiu daqui, esta noite, para Garibaldi, uma numerosa caravana de “fósforos” a fim de auxiliar o situacionismo a vencer pela violência as eleições municipais de amanhã. Dentre os “fósforos” salienta-se Francisco Sanchez Filho, por alcunha Paco, que se distinguiu na prática de violências nas últimas eleições de Bento Gonçalves. Chefia a caravana autoridades municipais e funcionários federais deste município. A ida dos “fósforos” a Garibaldi causou indignação à população sensata desta vila. Assinado: Antonio Tagliari Filho.

Da mesma forma sucedia no município de Veranópolis, onde Paco tinha ligações com os representantes do poder político, entre eles o Sr. Cezar Pestana, o Cel. Achylles Taurino de Rezende, Sigismundo Reschke e Octacílio Vaz.

O Cel. Achylles de Rezende, que foi intendente em Veranópolis no período de 1910 a 1924, em 1918, envia um recado chamando Paco para trabalhar como cabo eleitoral, mediante uma boa remuneração. De acordo com Guertler (2006, p. 61),

queria que Paco, como admirador do Partido Republicano, atuasse como cabo eleitoral, que conhecesse os agricultores e cooptasse eleitores. [...] O emissário terminou dizendo que o serviço seria muito bem remunerado e, de acordo com os resultados, as incumbências trariam lucros ainda maiores.

Foi positiva a atuação de Paco na eleição em 1918, tanto que atuou na eleição do sucessor de Rezende, em 1924, vencida por Sigismundo Reschke, mas devido à renúncia deste em 1926, foi chamado a prestar serviços para o próximo candidato do Partido Republicano a intendente, o Sr. Carlos Heitor de Azevedo. Conforme Comaru (2012, p. 594),

a renúncia de Reschke e a chamada para novas eleições resultaram em novos trabalhos políticos para Paco Sanches, encarregado de obter votos para a eleição do novo intendente escolhido pelo PRR, o Sr. Carlos Heitor de Azevedo que depois de eleito se tornou amigo de Paco.

Nessa nova fase, Paco, talvez por saber que não seria punido devido à proteção que recebia de algumas autoridades locais, cometeu diversos delitos que deram origem a diversos processos-crimes. Escreveu Comaru (2012, p. 594) que “o apoio do PRR garantia a Paco não

sofrer punições legais pelas brigas, desentendimentos, ameaças e outras atividades que porventura fossem necessariamente resolvidas pelo setor policial ou jurídico”.

Entre as causas desses processos, constam roubos, assassinatos, lesões corporais e falso testemunho. Ele não fazia parte de nenhum grupo fixo de assaltantes; costumava trabalhar sozinho ou com a ajuda de alguns conhecidos, com quem dividia os lucros do saque. Nesse sentido, Jung (2009, p. 64) escreveu:

Em 8 de agosto de 1929, Francisco Sanchez Filho, acompanhado desta vez por mais dois companheiros do crime, Victorio Sanchez – que compartilhava o mesmo sobrenome de Paco, mas segundo relatos, não tinha parentesco com o mesmo –, e José Abraham, assalta outra casa comercial, A Independência, da qual roubam diversas mercadorias.

No assalto à loja Independência, no município de Bento Gonçalves, também fica claro o envolvimento de autoridades nos furtos cometidos por Paco. Sobre isso, Guertler (2006, p. 82-84) relata:

Metade do valor seria dividida entre os bandoleiros contratados para a ação. A outra metade seria repartida apenas entre Paco e o delegado. [...] a quadrilha enterrou a bolsa com o dinheiro em um trecho da estrada [...] Vaz estava encarregado de apanhá-la e enviar a parte de cada um [...] A metade do valor do roubo foi separada e enviada para os que participaram do crime – inclusive Paco. O delegado ficou com a outra parte.

Essa situação, algum tempo depois, mais precisamente em 29 do mês de agosto de 1929, culminou com a morte do então delegado Octacílio Vaz²⁹, na localidade de Monte Bérico, situada a aproximadamente 10 quilômetros do centro da cidade de Veranópolis, e com a fuga de Paco, ferido, para não ser preso, pois, desde que o fato se dera com o delegado, não tinha mais respaldo das autoridades e a polícia partira definitivamente em seu encalço.

É ainda bem lembrado, pois está marcado na memória regional, um fato acontecido em Pinto Bandeira, quando Paco – depois de muito tempo foragido devido à morte do delegado Octacílio Vaz –, compareceu para votar nas eleições do ano de 1930. Após ter cumprido seu dever de eleitor, foi provocado por um rapaz, desafeto seu, chamado Nunes, e ambos partiram para a briga. Apesar de serem bons atiradores, nenhum acertou o outro, e, quando as balas terminaram, passaram para a luta corporal, onde Paco, por ser mais velho, levava desvantagem,

²⁹ De acordo com o assento de óbito nº 25, livro nº C-11, fl. 43v., do Cartório de Registro Civil do município de Veranópolis, em 01 de setembro de 1929, faleceu, na casa de saúde Dr. Herédia Filho, OCTACÍLIO VAZ, sendo esse do sexo masculino, cor branca, funcionário público, natural deste Estado, com 40 anos de idade, casado, filho de Antonio Vaz e Feliciano Ramos Vaz. O declarante do óbito foi o Sr. José Granella, e o atestado que declara como a causa da morte ‘peritonite aguda’ foi assinado pelo Dr. Herédia.

até ser avisado por um amigo para pegar a faca – que sempre portava junto à cinta –, com a qual matou o opositor. Sobre esse duelo, escreveram Nicchetti (1976, p. 45-46), Luzzatto (1987, p. 48-55), Pfeil (1990, p. 46), Guertler (2006, p. 108-110) e Jung (2009, p. 84).

O jornalista Carlos Wagner, em depoimento apresentado no curta-metragem apresentado pela RBS TV em 2013 (G1, 2013), “O Bandoleiro Paco”, bem comenta a questão: “Não é uma época romântica. É uma época que se fala pelo cano da arma. Qualquer homem, que naqueles anos mostrasse fraqueza, era uma vez só”, e fraqueza não era característica de Paco.

Diante dos fatos expostos, denota-se que Paco, por meio dos serviços prestados na cooptação de eleitores para o Partido Republicano, ganhou fama e poder, ao mesmo tempo que se envolveu em brigas, furtos e mortes. Dessa forma, a memória presente na coletividade social – desde relatos orais de conterrâneos até escritos posteriores –, atesta a presença do mesmo, envolvendo-o em imagens positivas e negativas no contexto da Primeira República.

2.3 PACO E LAMPIÃO: UM OLHAR POSSÍVEL

Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, brasileiro, nasceu em 07 de julho de 1897³⁰, na localidade de Vila Bela, no interior do município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco, em pleno sertão nordestino. Foi casado com Maria Gomes de Oliveira, mais conhecida como Maria Bonita, companheira no cangaço e com quem teve uma filha, chamada Expedita Ferreira Nunes, nascida em 1932. Ambos – Lampião e Maria Bonita – faleceram assassinados em 28 de julho de 1938, na fazenda Angicos, em Poço Redondo, no Estado de Sergipe.

Paco, por sua vez, nasceu no Rio Grande do Sul, em 1889³¹, era casado e tinha treze filhos, sendo que teve a mesma causa de morte de Lampião, no ano de 1931. Esses dados evidenciam que um e outro foram contemporâneos e suas trajetórias se fizeram presentes à época da Primeira República brasileira, bem como representam um capital político e humano de descontentamento com a República recém implantada no país, período marcado por desigualdades contra as quais lutavam.

³⁰ Há dúvidas quanto à data de nascimento de Lampião: Ana Paula M. Lucena, em seu estudo *Vida e Trajetória de Lampião: “O Rei do Cangaço” pelas Caatingas do Sertão Nordestino* (2019), assim como Alves e Lage, em *O Padre e o Cangaceiro: a história de Lampião e de Cícero Romão* (1982), utilizam a data de 07 de julho de 1897; Wesley Rodrigues Dutra, na obra *Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas representações (1922-1927)* (2011), considera a data de 04 de junho de 1898. Já o autor Carlos Alberto Dória, no livro *O Cangaço* (1982, p. 65), afirma que “nasceu por volta de 1900”.

³¹ Cópia da Certidão de Nascimento Original, ver Anexo XI.

Os dois personagens tinham gosto pelos versos. Paco até fez uma cantiga numa ocasião em que venceu uma luta, matando seu oponente. Lampião, por sua vez, apreciava a literatura de cordel, tão popular na região Nordeste, de música. Ele também fazia versos, conforme mostra Mello (2019):

Eu me chamo Virgulino
Ferreira, Lampião:
Manso como um cordeiro,
Brabo como um leão,
Trago o mundo em reboição,
Minha vida é um trovão!

Tanto Paco quanto Lampião possibilitaram, através de fotografias, a visualização sobre si; sendo que esse, foi fotografado várias vezes, sozinho ou com seu bando. Paco, no entanto, não tem tantos retratos divulgados; porém, há um que pode ser considerado “sua marca”, e estampa várias matérias a seu respeito; está na capa do livro de Antônio Jesus Pfeil (1990; 1995), na primeira página da reportagem de Zero Hora intitulada “Paco, o bandoleiro da Serra Gaúcha” (1988), na reportagem “A Saga de Paco”, do Jornal Pioneiro (2001), na primeira edição do livro de Gustavo Guertler (2001), e em várias outras publicações, seja em jornais, blogs, sites etc.

Naqueles tempos, era comum as pessoas andarem armadas, e não era essa uma característica somente da região Sul, era algo corriqueiro em todo o país. Na região Nordeste, por exemplo, era hábito o porte de armas e não era difícil a obtenção nem de dessas, nem de munição, veja-se, por exemplo, o bando de cangaceiros chefiados por Lampião, que andavam sempre fortemente armados.

A referida fotografia – onde aparece bem armado –, foi feita espontaneamente por Paco, que procurou o fotógrafo Aurélio Cavalli, em Fagundes Varela, localidade próxima a Veranópolis, para tal produção. Na execução dessa imagem, pediu emprestados quatro revólveres aos amigos. Em concordância com Guertler (2001, p. 17-18), “apenas o Colt 44 e o mosquetão lhe pertenciam”. Orientado por Cavalli, permaneceu imóvel até a ordem do fotógrafo de que estava feita.

Nos recentes estudos relacionados à Nova História Cultural, a fotografia passou a ser considerada como fonte histórica e tem desempenhado papel importante na descrição da imagem e seu processo construtivo, assim como na relação com outras fontes, num processo colaborativo, auxiliar nas pesquisas históricas e científicas. De acordo com Sousa (2013, p. 37),

“a utilização da fotografia como fonte histórica é recente por ser usada antes como mera ilustração, prova ou forma de reforçar uma interpretação textual”.

A fotografia, além de ser uma janela para o passado, ou congelar determinado momento, segundo Sônego (2010, p. 114), “deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais”.

Toda fotografia tem o poder de eternizar, ou seja, capturar um determinado momento de uma imagem – aquele em que ela foi produzida – e possibilitar sua posterior visualização; em outras palavras, rememorar o momento passado, trazendo-o para o presente, e dessa forma, visualizar sinais dos tempos idos, possibilitando estudá-los em seus aspectos mais amplos.

No caso de Paco, o produto final deve ter-lhe agradado, visto que, na região, muitas pessoas ainda têm uma cópia dessa foto e, de acordo com a socióloga Márcia Londero, diversas pessoas entrevistadas na década de 1980/1990 declararam possuir uma cópia desse retrato de Paco.

Conforme Londero (1997, p. 145), “o fato de Paco ter distribuído sua foto para alguns amigos demonstra a consciência que ele tinha da importância de sua imagem e a tentativa em preservá-la”, e mais que isso, era dessa forma que provavelmente gostaria de ser lembrado.

Figura 21 – Paco – Francisco Sanches Filho



Fonte: Guertler (2001, p. 19).

Figura 22 – Lampião – Virgulino Ferreira da Silva



Fonte: Museu Histórico de Fortaleza (In CHANDLER, 1980).

Ambos, embora vivessem em regiões distintas e distantes, mas que, por ficarem afastadas dos centros urbanos, careciam de infraestrutura que os proporcionasse uma vida digna. Mas, se na região Sul, onde Paco morava, o clima era favorável à agricultura e prevalecia a pequena propriedade, no sertão nordestino, habitat de Lampião, o clima extremamente seco não beneficiava as plantações, e predominavam os grandes latifúndios.

Discorrem sobre a questão do abandono estatal Alves e Lage (1982, p. 29), relatando uma observação do paulista Francisco de Assis Barbosa de que

os cangaceiros são expressões típicas da plebe rural, desassistida e sobretudo desamparada pela Justiça, vivendo sob regime feudal imposto pelos coronéis, que estimulavam, como ainda estimulam, o banditismo, com objetivos pessoais e políticos.

Faz-se conhecida na historiografia tanto de Lampião quanto de Paco a religiosidade. Os dois eram detentores de um forte sentimento religioso, sendo Paco – como referido anteriormente – devoto de Santo Antônio, e, Lampião, devoto de Nossa Senhora e Santo Expedito. Ambos respeitavam os feriados religiosos – como o Natal e a Páscoa –, rezavam o terço e a ladainha, assistiam a missas.

Quanto a Lampião, o fato de sempre se livrar das garras da polícia e de sair a salvo de todos os combates de que participava fazia com que tivesse a fama de ter o corpo fechado. Havia todo um misticismo em torno da sua figura, de poderes sobrenaturais, de pressentimentos e adivinhações. Conforme Clemente (2018, p. 10),

escapar diante de soldados e oficiais pasmos, quando estes avançavam convictos da captura; livrar-se das balas, das facas e dos punhais; sobreviver nos casos em que o corpo fora alcançado com graves ferimentos constituiu-se para segmentos da força repressiva uma espécie de mistério.

Paco também parecia possuir o “corpo fechado”. Pfeil (1990, p. 5) relata parte de uma reportagem do Diário de Notícias de 28 de fevereiro de 1931, onde foi publicado que:

Corre uma lenda que prestigia sua figura de caudilho e bandoleiro, intangível pelas balas dos que se defendem de seus assaltos e pelas autoridades policiais que o procuram prender. A superstição popular o colocou em confabulações diabólicas e lhe deu o dom da intangibilidade, mercê da qual escapa das armadilhas que lhe são armadas.

O cangaceiro nordestino vivia em bando, do qual era o chefe. Era considerado pessoa fria e calculista, não tinha morada fixa, vagava pelo sertão, roubava e assassinava –

seguidamente –, com requintes de crueldade, como quando degolava seus inimigos, ou como as vezes em que, além de matar homens, mulheres e crianças, incendiava as casas e matava até os animais, deixando um rastro de destruição por onde passava com seus companheiros. De acordo com Dória (1982, p. 13),

Lampião, quando castrava o filho de um coronel que havia deflorado uma moça, ou quando incendiava uma fazenda, era profundamente admirado pela coragem de pegar em armas e realizar “com as próprias mãos” a justiça que o Estado negava ao homem pobre do sertão nordestino.

O mesmo autor relata um depoimento de Dadá, companheira de Corisco, membros do bando de Lampião, onde discorre sobre a crueldade dos ataques sofridos pelos nordestinos que não queriam ou não sabiam informar sobre o paradeiro de Lampião e seu bando aos policiais que os procuravam – o exemplo é do acontecido com sua família:

Segundo ela, [Dadá], as volantes acabaram com tudo: “bateram nos meus irmãos, cortaram a orelha de meu pai, queimaram a casa, os meninos de 8 anos, de 7, de 6, arrancaram as unhas de ponta de faca, prenderam minha mãe com as crianças todas, as meninas ... minha mãe, passaram cinco dias presas sem água, sem pão ...” (DÓRIA, 1982, p. 85).

Se Lampião levava uma vida errante, Paco, por sua vez, tinha residência conhecida, era casado e pai de família, cometeu alguns furtos, muitas vezes até em combinação e com o respaldo de alguma autoridade. Na maioria das vezes, trabalhava sozinho; esporadicamente, algum amigo ou conhecido o ajudava.

Quanto ao relacionamento com os detentores do poder, pode-se afirmar que ambos foram utilizados pelos políticos da época. Quanto à Lampião, que era também conhecido como “Capitão”, Dornelles (1991, p. 53-54) relata:

Lampião tornou-se forte em armas, munição e homens, ... Nessa altura tornou-se um guerrilheiro, ao ponto de ter sido contratado pelo próprio governo para combater a Coluna Prestes, ... Tornou-se assim, Lampião, aliado da oligarquia rural que era, inicialmente, sua inimiga e se propusera combater. [...] Com esta promoção do governo o “Capitão Virgulino” tornou-se perigoso e os próprios governantes que lhe deram força começaram a ter preocupações e armaram um novo esquema para eliminá-lo a todo custo.

Paco, também, depois de ter sido utilizado como cabo eleitoral e ajudado a eleger os representantes do partido, com a criação da Aliança Liberal, passou à categoria de descartável e perseguido pelas tropas policiais.

Na literatura sobre Paco, é recorrente a pergunta: herói ou bandido? A essa questão, ainda não foi encontrada uma resposta de consenso e satisfatória. Alguns autores o comparam a Robin Hood³², considerando-o como um bandido social, mas as opiniões não são unânimes. A socióloga Márcia Londero (1997, p. 173), em sua dissertação, afirma que:

Importa ainda perceber a relevância da imagem de Paco, enquanto elemento constitutivo do bandido social. Para tanto, o material analisado, tanto documental, quanto da história oral, traz exemplos significativos. A sobrevivência heróica no mato; as explicações de sua fama; a foto de Paco, que a maioria dos entrevistados possuía; os versos e cantigas, que ainda sabem cantar; as comparações com Lampião, e a morte trágica de Paco, compõem este universo mitológico da construção do bandido social.

Já o historiador Néelson Carlos Sottili (1998, p. 26-27), também em sua dissertação, diferentemente de Márcia Londero, conclui que:

Pensamos, entretanto, com base na pesquisa que realizamos nas fontes sobre o personagem Francisco Sanchez Filho, Paco, que este não pode ser enquadrado enquanto um bandido social como nos propõe a teoria formulada por Hobsbawn, visto que não encontramos indícios que sustentassem tal proposição na realidade.

Na incerteza de uma definição quanto a ser ou não ser um bandido social, o escritor Roberto Rossi Jung (2009, p. 38) elucida que, no caso de Paco, pode-se concluir que “tanto como *bandido social* ou *bandido profissional*, sua inclusão no banditismo teve um forte aporte no relacionamento que manteve com os detentores do poder político da região”, o que leva ao entendimento de que, os três assassinatos documentados e de sua autoria aconteceram em situações-limite, onde era matar ou morrer, e Paco saiu vencedor, o mesmo não acontecendo quando foi crivado de balas e morto numa emboscada, próximo de sua casa, no ano de 1931.

Outras vezes, no entanto, foi comparado a Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, o mais famoso cangaço que viveu no Brasil, conhecido popularmente como o rei do cangaço.

A essa comparação, faz-se necessário verificar que, entre os dois personagens, há semelhanças e diferenças relevantes, mas é incontestável que, para além das questões estruturais regionais, existem as representações sobre os dois, visto que ambos fazem parte das memórias coletivas de um período histórico marcado por políticas republicanas que atingiam uma parte seleta da população, ou seja, a república não era tão pública como preconizada e isso suscitava ações individuais e coletivas em busca de resposta para as ausências do Estado, ações como as de Paco e Lampião.

³² “O mais famoso bandido medieval, que ‘roubava dos ricos para dar aos pobres’, foi o inglês Robin Hood. [...] Bandido para as classes dominantes; herói para as classes dominadas” (FEIJÓ, 1984, p. 30-31).

3 PACO: REPRESENTAÇÕES ATRAVÉS DE FONTES E DOCUMENTOS

As sociedades são complexas, cada uma é portadora de uma realidade, tem suas especificidades e, para estudá-las, faz-se necessária a tentativa de conhecê-las em todos os seus aspectos – sociais, religiosos, econômicos, geográficos, políticos. Elas representam o somatório dos interesses individuais e coletivos dos indivíduos que a compõem.

Pode-se concluir que representação, em História, é partir do diálogo com as fontes para dar uma nova forma a um acontecimento, e existem várias maneiras de representar o passado. Ao escrever a História, os historiadores não têm o conhecimento exato de como se processou um determinado evento, então eles agem no sentido de esmiuçar os indícios e, por meio da interpretação desses, tentam reproduzir – da forma mais fiel possível – o acontecido.

Ao representar um indivíduo ou uma sociedade, o historiador busca captar a essência desses ou o que deixam transparecer do modo como construíram seu mundo. O desafio das representações, de acordo com Chartier (2002, p. 17), seria “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”.

As representações que são feitas de uma determinada sociedade e assimiladas por seus componentes estão envoltas – como denomina Bourdieu (1989, p. 7) – num “poder simbólico”, visto que, segundo esse autor, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

No cenário desse estudo, as representações têm importância na medida em que percorrem toda a história de vida do personagem, sendo este representado de diferentes maneiras: como homem de negócios, filho, pai, esposo, vizinho, bandido, herói, valente, astuto, político; a ele também foram creditados poderes simbólicos, como de intangível, de protegido, de possuir o corpo fechado. E por permearem a vida do personagem e seu contexto, constroem a memória coletiva a respeito.

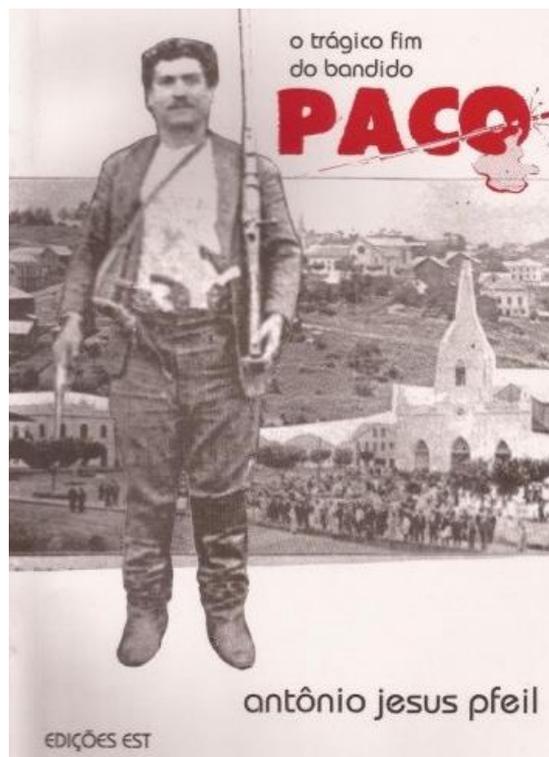
Enfim, utilizar-se-ão as diversas fontes disponíveis sobre Paco e sua trajetória, no intuito de verificar como e quais representações lhe são feitas, e como essas representações atuam como mantenedoras do referido na memória coletiva da região, tendo-se como referência que toda trajetória sofre influências e, ao mesmo tempo, influencia o meio em que se vive.

3.1 PACO NA LITERATURA

Objetivando a verificação da representação de Paco nas fontes, foi feita a opção de iniciar com os três livros escritos exclusivamente sobre Paco, dois deles em duas edições, já introduzidos anteriormente e apresentados a seguir.

São obras que obedecem a necessidades pontuais, como as do livro do cineasta e roteirista gaúcho Antônio Jesus Pfeil, que foi o pioneiro, tendo duas edições, a primeira no ano de 1990, com 76 páginas, da Bortolini Editora, de Canoas, RS, e a segunda em 1995, com 54 páginas, da Edições EST, de Porto Alegre, ambas com o título *O trágico fim do bandido Paco – subsídios para um roteiro cinematográfico* e contendo ilustrações.

Figura 23 – Capa do livro *O trágico fim do bandido Paco: subsídios para um roteiro cinematográfico*



Fonte: Pfeil (1990).

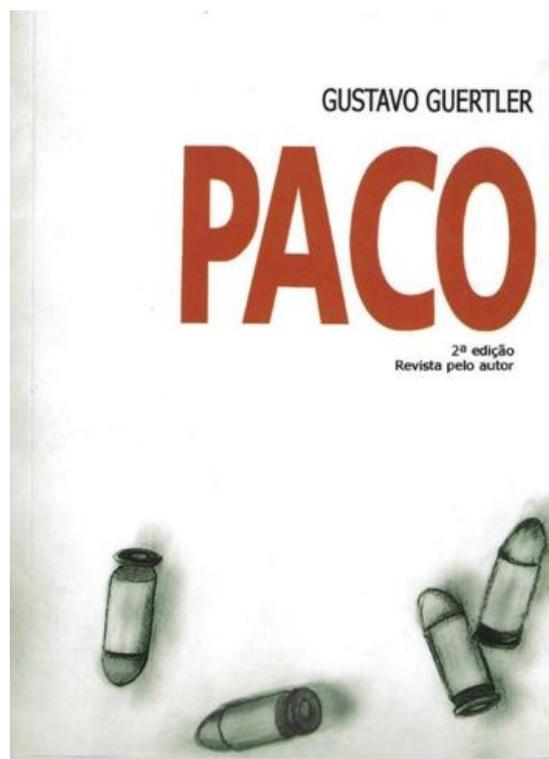
Na obra de Antônio Jesus Pfeil, a escrita é focada nas publicações da imprensa da época, mais precisamente entre os anos de 1920 e 1932, o que foi publicado nos jornais sobre a vida e as “façanhas” de Paco, sua relação com os dirigentes dos municípios da região e sua atuação política.

Esse livro teve boa aceitação entre o público leitor – tanto que foi reeditado em 1995 –, mas o mesmo não aconteceu perante os familiares de Paco, que não receberam de muito grau a forma como o patriarca foi retratado nessa obra, sendo que o próprio título do livro – *O trágico fim do bandido Paco* – já demonstra a posição do autor em relação ao personagem central.

No entanto, foi a partir dessa primeira publicação que outros escritos surgiram e contribuíram para as diversas representações sobre Paco, sendo que atuou de forma a reacender o interesse pela sua história, até então, apesar de presente na memória coletiva, não publicizada.

Posteriormente, o jornalista Gustavo Guertler escreveu *Paco: uma história escrita com chumbo*, em 2001, livro publicado pela Editora Maneco, com 132 páginas e diversas ilustrações, reeditado pelo autor em 2006, sob o título *Paco*, com 127 páginas, contendo uma única ilustração do personagem.

Figura 24 – Capa do livro *Paco*

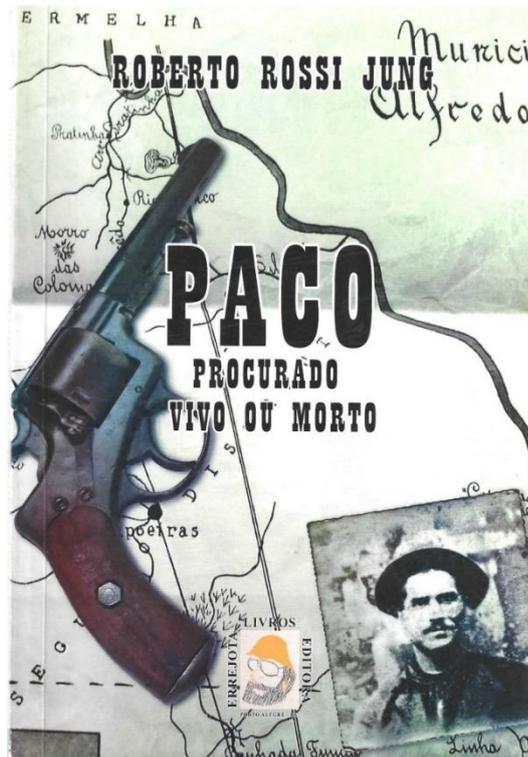


Fonte: Guertler (2006).

Nessas obras de Gustavo Guertler, por sua vez, fica perceptível, além dos fatos jornalísticos e políticos, uma narrativa mais romanceada e intimista, que trata acerca da vida particular do estudado; uma reconstrução do personagem que envolve também o seu entorno, e como chegou ao status de quase um mito na região de imigração italiana na Serra Gaúcha.

A obra mais recente de que se tem conhecimento e que trata da trajetória do personagem Paco foi escrita pelo jornalista e escritor Roberto Rossi Jung, em 2009, e é intitulada *Paco procurado morto ou vivo*, publicada pela Errejota Livros Editora, com 104 páginas, contendo ilustração de Paco e seu revólver na capa, e mais uma e única fotografia no início do livro.

Figura 25 – Capa do livro *Paco, procurado vivo ou morto*



Fonte: Jung (2009).

No texto de Roberto Rossi Jung, o autor escreve com maior amplitude de temas, versa sobre a imigração, passando para as origens, onde Paco viveu, sua família e assentamento e, além dos escritos da imprensa, trabalha com os processos-crime nos quais Paco se envolveu durante sua vida, as acusações que sofreu por assassinato, roubo e até falso testemunho.

Pfeil (1990; 1995), Guertler (2001; 2006), Jung (2009) e Dornelles (1991) concordam quanto ao fato de Paco ter sido fruto do sistema político vigente à época da República Velha brasileira, utilizado pelos políticos para atingirem seus fins, e, depois, devido à mudança no cenário político, ter se tornado um incômodo para esses mesmos políticos por “saber demais” sobre os mandos e desmandos da época em que viveu.

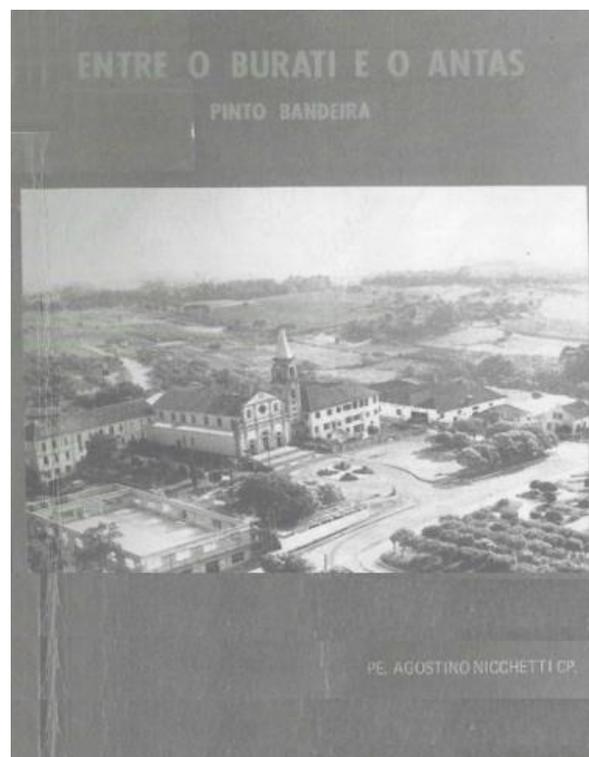
Outros autores reservaram parte de seus livros para escreverem um pouco sobre Paco. O Pe. Agostino Nicchetti – que é nascido em Pinto Bandeira – cita-o por duas vezes. Na obra que escreveu em 1976, *Entre o Burati e o Antas – Pinto Bandeira*, descreve que, em 1º de março

de 1930, por ocasião das eleições municipais, houve um duelo entre João Nunes e Paco Sanches. De acordo com o autor (NICCHETTI, 1976, p. 45), “Paco entrou num bar, para tomar uma cerveja. Em outro local, um grupinho planejava eliminá-lo”. E continua a narrativa escrevendo que “para fazer o papel de mocinho, foi escolhido o Sr. João Nunes. Os conjurados haviam prometido que estariam com ele. Da ideia, passa-se aos fatos. Começam as provocações” (1976, p. 46).

Prossegue, discorrendo que “dos considerados amigos do mocinho, uns são impedidos de agir e a maioria foge covardemente” (NICCHETTI, 1976, p. 46). E no final, com a morte de João Nunes, Paco vence o duelo.

No que concerne à figura de João Nunes ser “o mocinho” da história, o que não está em apreciação nesse momento, é importante ressaltar quais seriam as motivações que o levaram a desafiar Sanches. O que há de concreto é que havia sido estipulada uma recompensa para quem pusesse fim a vida de Paco, o que poderia tê-lo conduzido ao confronto, pois, de acordo com Comaru, ele havia sido “jurado de morte pelo delegado que, apoiado por alguns políticos, anunciava uma recompensa de quinhentos mil réis sobre informações que levassem a Paco, o antes cabo eleitoral agora passava a ser procurado vivo ou morto” (2012, p. 595).

Figura 26 – Capa do livro *Entre o Burati e o Antas: Pinto Bandeira*



Fonte: Nicchetti (1976).

No livro *Epopéia de Minha Terra: Pinto Bandeira* (1978), onde relata a história do município de Pinto Bandeira, faz uma breve menção, em que fica subentendido que havia um complô para “acabar” com Paco. Nicchetti (1978, p. 10) menciona que

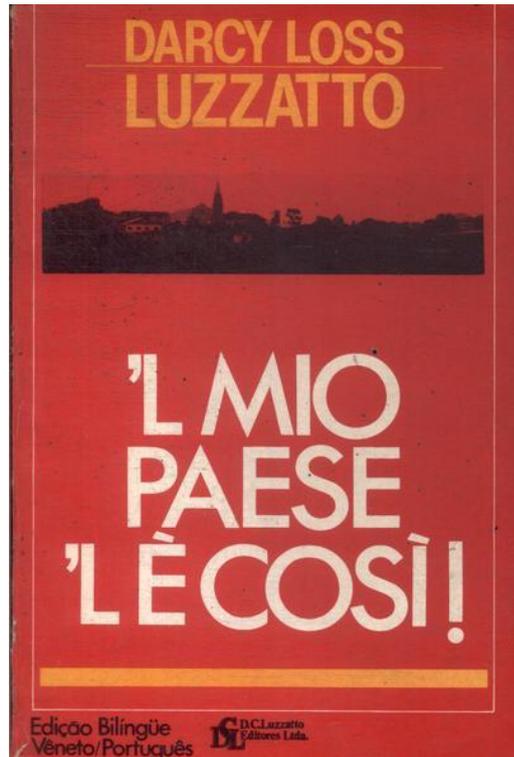
a morte do Nunes, dos crimes impunes foi o mais cruel. Esfaqueado pelo famigerado Paco, no dia 1º de março de 1930. Os amigos que lhe tinham prometido ajuda, simplesmente o abandonaram à própria sorte. Ninguém respondeu pelo crime!

Outro autor, também natural de Pinto Bandeira, Darcy Loss Luzzatto (1987), em seu livro bilíngue *‘L mio paese ‘l è così!*, tece comentários sobre o duelo em Pinto Bandeira, e sua descrição – se comparada à feita pelo Pe. Agostino Nicchetti –, é mais rica em detalhes. Sobre as razões que levariam ao duelo fatal, Luzzatto informa que era dia da eleição municipal, em 1930, e

tanto os Périco – que tinham interesse na eliminação de Paco, porque ele assaltava as tropas deles nas barrancas do rio das Antas quando intercambiavam mercadorias de Nova Pompéia a Nova Roma e vice-versa – como Nunes, que teria sido por eles contratado, sabiam que Paco apareceria para votar (LUZZATTO, 1987, p. 50).

Quanto à briga entre Nunes e Paco, todos os autores têm narrativas semelhantes: iniciou com um tiroteio, sem que nenhum dos dois tenha sido atingido. Ao findarem as munições, partiram para a luta corporal – onde Nunes levava vantagem –, até que um conhecido lembrou Paco de usar uma faca que levava na cintura, que esse utilizou para o golpe mortal naquele.

Figura 27 – Capa do livro ‘L Mio Paesi ‘L È Così!



Fonte: Luzzatto (1987).

Em todos os escritos sobre Paco, fica evidente que era valente e não fugia de uma briga. No caso que levou a óbito o rapaz João Nunes, pode-se verificar que a iniciativa do combate partiu deste – que, uma vez contratado por comerciantes, provavelmente receberia alguma recompensa pelo serviço –, e não de Paco, que somente fez defender-se, uma vez que era evidente a intenção que tinham de eliminá-lo.

Se Paco, nesse confronto, mesmo em vantagem devido ao porte de uma faca, se apiedasse de Nunes, era inevitável que este, em alguma outra ocasião, iria à desforra e, talvez, nessa outra conjuntura, Paco não tivesse tanta sorte. Criou-se uma situação em que somente um poderia sair com vida.

Luzzatto (1987, p. 48, 50) assevera que:

Paco era uma lenda viva: dele dizia-se de tudo. Era um conquistador inveterado: não podia ver rabo-de-saia! Era assaltante e ladrão, mas à maneira de um Robin Hood caboclo, distribuía o resultado de suas rapinas entre os amigos, especialmente os patrícios e por isso era por eles amado. Muito ele fez e muito a ele foi atribuído. E como diz o adágio popular – *faz a fama e deita na cama* – a ele foram imputadas muitas tropelias das quais nem sequer tinha conhecimento.

Na mesma linha de Luzzatto – onde, quiçá, devido à fama, sua representação social se acentuou e atribuíram-lhe feitos que não eram seus –, o escritor Geraldo Farina, ao escrever, no

ano de 1992, o livro sobre a história do município de Veranópolis, inicia seu relato sobre Paco com a seguinte indagação: “Paco, bandido ou vítima?”, sugerindo que mais estudos deveriam ser realizados, pois ainda não era possível, à época e à luz do que se conhecia de sua história, responder a tal pergunta.

Sejane Dornelles, por sua vez, ao tratar do tema banditismo em seu livro *Os últimos bandoleiros a cavalo*, do ano de 1991, publicado pela editora da Universidade de Caxias do Sul, lembra de Paco não como um bandido, mas, talvez, como um justiceiro, e narra um fato onde Paco faz com que um padre realize um batismo, embora não fosse receber pagamento da família pelo mesmo, e conclui que “o que não se pode negar é que Paco Sanchez foi um valente e que ajudava os pobres. Ninguém poderá julgá-lo, pois foi fruto de uma época” (DORNELLES, 1991, p. 211).

Quanto às conquistas amorosas, não foi somente Luzzatto (1987, p. 48) que descreveu Paco como um sedutor: “era um conquistador inveterado: não podia ver rabo-de-saia!”, os demais autores citados também relatam a relação de Paco, na qual vivia com duas mulheres – tendo filhos com ambas –, e outros tantos casos esporádicos, do que resulta que, ao viver nessa situação, rompe com a moral social e religiosa da época.

De acordo com Pfeil (1990), em publicação no jornal *Correio do Povo*, de 21 de fevereiro de 1931 – portanto, logo após a morte de Paco –, uma ampla reportagem sobre a vida do falecido informava que: “quando desejava uma mulher, fosse ela casada ou solteira, bastava-lhe entrar na casa que ia conspurcar e ordenar ao chefe que fosse para a roça” (PFEIL, 1990, p. 13).

Mesmo que o escrito jornalístico tenha o poder de reforçar a imagem de Paco como autoritário e sedutor, afirmativas como essa, publicada no impresso jornalístico, acentuam curiosidades e estimulam o imaginário social.

3.2 A IMPRENSA LOCAL E REGIONAL

Na busca por mais informações sobre a trajetória de Paco, foram encontradas várias reportagens em jornais³³, tanto nos mais antigos – da época em que viveu –, quanto nos mais

³³ Cabe esclarecer que, devido à pandemia da Covid 19, que assolou o planeta desde meados de 2020, alguns periódicos importantes das décadas de 1920 e 1930 não puderam ser acessados, razão pela qual são utilizados neste estudo a partir de autores que os consultaram em período anterior. Outros, já disponibilizados digitalmente – como o caso do *Jornal Pioneiro*, da cidade de Caxias do Sul –, foram verificados eletronicamente.

atuais, pois, como já dito, o interesse por sua história se mantém, apesar dos anos passados e de algumas forças contrárias à sua perpetuação e divulgação.

Assim sendo, a memória coletiva se afirma e se reconstrói. Segundo Candau (2012, p. 9), “a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”.

A memória se estabelece de diversas formas, e um dos recursos utilizados para conhecer e refletir sobre fatos históricos tem sido a utilização da imprensa. Dessa forma, é importante mencionar que

os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel (MARTINS; DE LUCA, 2008, p. 8).

Os primeiros jornais do Brasil foram publicados no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1808 – a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense* –, após a chegada da família real portuguesa ao país. O primeiro jornal gaúcho, porém, surgiu alguns anos depois, tendo sua primeira impressão ocorrido há 195 anos, mais precisamente no dia 1º de junho de 1827, quando foi publicada a primeira edição do então jornal *Diário de Porto Alegre*, que seria o primeiro jornal da Província de São Pedro.

Aline Strelow (2016, p. 21), ao escrever sobre os primórdios da imprensa literária no estado do Rio Grande do Sul, afirma que

as condições de civilização começavam a progredir e surgia um público letrado que precisava ser levado em consideração. O primeiro jornal do Rio Grande do Sul foi, assim, um veículo de comunicação oficial, que servia à publicidade governamental e à publicação de atos da administração – para abastecer esse público letrado emergente com informações “confiáveis”. Seu redator, o português Lourenço Júnior de Castro, tinha como função dar forma e fazer o jogo político-administrativo. De qualquer modo, a partir daí, estava aberto o caminho para o surgimento de novos periódicos.

Os jornais podem ser utilizados tanto como fonte como objeto de pesquisa e, em ambos os casos, disponibilizam fartos materiais para os historiadores, visto retratarem os acontecimentos passados da maneira como eram vistos na época de sua ocorrência. De acordo com Xerri (2019, p. 154-155),

os impressos possibilitam a inserção do pesquisador em diferentes contextos: históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais ... Como fonte ou objeto, o

impresso se articula com o conhecimento histórico de forma a possibilitar diálogos com a produção acadêmica e a sociedade.

A imprensa não deve ser vista como simples reprodutora de notícias, pois possui abrangência e influência muito maiores no cenário social, considerando que tem o poder de induzir a forma de pensar e agir dos leitores, atuando, assim, em todas as esferas, como agente transformador de atitudes e promotora de mudanças sociais.

Se for realizado um retrospecto da História do Brasil, ficará nítida a importância da imprensa escrita no modo como o país se desenvolveu, visto ter acompanhado esse processo desde o período imperial até os dias atuais, sendo parte atuante e, ao mesmo tempo, testemunha de todo esse percurso histórico.

Para Leite (2015, p. 5), a intervenção da imprensa vai muito além da esfera política, pois atua “em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir, em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo”.

Houve um tempo em que os impressos jornalísticos – como fonte histórica – eram considerados parcial e suspeitos, pois representariam os interesses de apenas uma parte da população. Atualmente, considerando os novos métodos de análise da história, essa suspeição não mais se justifica; independentemente de seu cunho partidário, ela traz informações pertinentes a todas as áreas, bastando apenas buscar interpretá-las.

Segundo Cruz e Peixoto (2007, p. 254),

nos diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa. [...] Também na área da História, no ensino e na investigação sobre os mais variados temas e problemáticas, a utilização de materiais da Imprensa hoje está cada vez mais generalizada. E, sem dúvida, tais usos nos distanciam de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade. Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar.

Da mesma forma que o historiador seleciona suas fontes, a imprensa seleciona suas notícias e publicações, sendo que nem tudo que acontece em determinada época/local é impresso. De acordo com a linha editorial à que pertence, o periódico pode dar mais ou menos ênfase a um acontecimento, pois “a imprensa transforma a informação em notícia, através de mecanismos como a construção do temário através da seleção de informações e de abordagens

capazes de persuadir o leitor de que aquela, agora notícia, possui maior ou menor relevância” (XERRI, 2019, p. 155).

Entre os jornais gaúchos da época que noticiaram a trajetória de Paco, pode-se citar: Diário de Notícias (15 jan. 1929; 20 fev. 1931; 28 fev. 1931), Correio do Povo (12 nov. 1927; 10 jan. 1929; 15 jan. 1929; 28 set. 1929; 21 fev. 1931), Estado do Rio Grande (05 mar. 1930; 06 mar. 1930; 07 mar. 1930; 24 fev. 1931; 27 fev. 1931), Jornal da Manhã (24 fev. 1931), Jornal Caxias (05 mar. 1931), e A Federação (11 jan. 1929; 14 jan. 1929).

Cada um desses tinha uma concepção própria; havia os que se declaravam republicanos, os de linha liberal e os que se intitulavam neutros, porém, “o jornalismo preponderante no RS durante o período da República Velha pode ser concebido como o jornalismo do tipo político-partidário” (SOTTILI, 1998, p. 77).

O jornal Diário de Notícias foi fundado em 1º de março de 1925, tendo sido comprado por Assis Chateaubriand em 1930. Do tipo noticioso e literário, não deixava claras as suas opiniões políticas. O *Diário*, como era chamado informalmente, foi impulsionador do movimento literário modernista no sul do país, divulgador da Revolução de 1930, inovador em soluções gráficas e um dos principais formadores de jornalistas de sua época em sua área de abrangência. Teve seu último exemplar circulado no dia 30 de dezembro de 1979 (WIKIPEDIA, Diário de Notícias (Porto Alegre)).

A primeira reportagem sobre Paco data de 15 de janeiro de 1929, e relata sua chegada – juntamente com autoridades de Veranópolis – em Garibaldi no dia 12 de janeiro de 1929, por ocasião das eleições para intendente do município. A segunda refere-se a uma breve nota sobre boatos referentes à morte de Paco. A última reportagem, de 28 de fevereiro de 1931, traz a notícia do passamento nas seguintes palavras: “Confirmada a notícia da morte do célebre facínora ‘Paco’ por policiais, após hábil emboscada. Com mais alguns companheiros, resolvi dirigir-me à sua antiga residência onde estava, agora, sendo velado o corpo” (SOTTILI, 1998, p. 98).

O jornal Correio do Povo, por sua vez, fundado em 1º de outubro de 1895 pelo jornalista Francisco Antônio Vieira Caldas Junior, circulou ininterruptamente entre 1895 e 1984, reiniciando suas publicações em 31 de agosto de 1986 até a atualidade. Declarava-se independente partidariamente, embora de fundo conservador, e era muito prestigiado na imprensa sulina.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (LEAL; DILLENBURG, 2009),

O Correio do Povo surgiu dois meses após o término da Revolução Federalista, que durante três anos opôs republicanos e federalistas no Rio Grande do Sul. Procurando firmar uma posição de alheamento partidário, em seu primeiro número o jornal declarava-se “independente, nobre e forte”, e prometia não se deixar escravizar, por “cogitações de ordem subalterna”.

Em janeiro de 1929, por ocasião de eleições para intendente no município de Garibaldi, o jornal *O Correio do Povo* publica uma troca de mensagens telegráficas entre partidários do Partido Libertador alertando para a movimentação de indivíduos, denominados capangas, que, oriundos de Alfredo Chaves e Bento Gonçalves, se dirigiam a Garibaldi, a fim de influenciar, com a captação de votos, o pleito em favor do Partido Republicano.

No dia 21 de agosto de 1929, em matéria intitulada “Em Bento Gonçalves, os gatunos assaltaram uma casa comercial ...”, relata o assalto acontecido no dia 09 de agosto, onde, segundo o jornal, “... audaciosos gatunos chefiados por Francisco Sanchez, vulgo Paco ... assaltaram a casa comercial do Sr. José Miguel ...” (SOTTILI, 1998, p. 104-105). Não há isenção por parte do jornal, uma vez que, ao afirmar que são “gatunos”, já está fazendo juízo de valor.

Em outra matéria, intitulada “Novamente em cena o bandido Paco”, de 28 de setembro de 1929, o jornal demonstra mais uma vez sua falta de imparcialidade, uma vez que novamente informa ser Paco um delinquente e criminoso ao relatar sua fuga de um cerco policial, ocasião em que fugiu da casa de sua companheira – Olímpia Frattini –, onde estava escondido. Esta, em virtude dos tiros efetuados pelos policiais, foi ferida e conduzida ao hospital.

Em 21 de fevereiro de 1931, outra reportagem do jornal *Correio do Povo* relata a morte de Paco, e os termos utilizados e a comparação com Lampião demonstram bem qual era a posição do jornal referente a Paco. Eis um trecho da matéria (SOTTILI, 1998, p. 108):

Afinal, depois de vários anos, tendo-se tornado o terror das populações laboriosas, que só vivem para o trabalho da terra, com acontece em Alfredo Chaves, caiu varado de balas mortíferas o Lampeão destas plagas, Francisco Sanchez Filho, mais conhecido e temido pelo nome terrível de Paco.

Na história de Paco, é recorrente o embate acontecido em 1930, em Pinto Bandeira, em que João Nunes foi morto. Não faltam menções a esse fato, porém, é interessante observar que o jornal *Correio do Povo* foi o único a publicar uma imagem do falecido, que mesmo sem uma boa resolução, está reproduzida abaixo.

Figura 28 – João Nunes



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Jornal CORREIO DO POVO. 20 nov. 1943, ano 49, nº 43).

O jornal gaúcho O Estado do Rio Grande foi fundado em Porto Alegre, no ano de 1929 – e dirigido por Raul Pilla –, portanto, logo após a criação do Partido Libertador (PL), em 1928, e circulou até 1937, sempre na defesa das posições desse partido – PL. Como órgão de oposição ao Partido Republicano Riograndense, publicou várias matérias sobre Paco, sempre retratando-o de forma a caracterizá-lo como bandido, visto este ser partidário do Partido Republicano Riograndense e Borgista assumido.

Em suas reportagens sobre Paco, nunca houve imparcialidade. O jornal começava as acusações nos próprios títulos de suas reportagens, utilizava as matérias com a finalidade de pressionar a justiça a encontrar e condenar Paco, assim como a tentar convencer os seus leitores da má fama do personagem, sendo que a menção a ele denotava que sua notoriedade havia se alastrado pela região da serra gaúcha.

Na edição de 7 de março de 1930 – mais uma vez chamando Paco de ‘célebre’ com sentido pejorativo –, esse jornal descreve que, em 25 de novembro de 1927, Paco agiu nas eleições para intendente no município de Bento Gonçalves impedindo a vitória do representante do Partido Libertador:

Nas vésperas das últimas eleições municipais de Bento Gonçalves, sentindo-se o situacionismo bastante fraco para enfrentar o candidato do partido Libertador, resolveram as altas autoridades daquela comuna, de então, chamar, em seu auxílio, o

célebre Paco, pois, só este lhes poderia garantir a vitória nas referidas eleições (LONDERO, 2011, p. 155).

No ano de 1931, após a morte de Paco, o jornal ainda publicou duas matérias sobre ele, uma no dia 24 de fevereiro, sob o título de “O trágico fim do bandido Paco”, e outra em 27 de fevereiro, “A vida e a morte de Paco” – sensacional reportagem sobre as aventuras desse “rocambolésco êmulo de Lampeão”, sendo que, nesta última, consta uma imagem de Paco em seu leito de morte.

O Jornal da Manhã, fundado em 1930, pouco antes do assassinato de Francisco Sanches Filho, teve uma única publicação referente a ele, a da sua morte, ocorrida em 1931, deixando transparecer que era um bandido e comparando-o ao famoso cangaceiro Lampeão. A matéria, veiculada no dia 24 de fevereiro de 1931, tinha como título “O epílogo da vida de um célebre bandido” e, de acordo com Sottili (1998, p. 91), “destaca a possibilidade do assassinato de Paco ter sido resultado de um plano em virtude de o mesmo possuir muitas informações comprometedoras”.

O Jornal Caxias, fundado em 1927, na cidade de Caxias do Sul, de circulação semanal e que se declarava órgão independente, publicou uma matéria à página 4, no dia 05 de março de 1931, intitulada “Era uma vez um Paco ..., e o mesmo foi fuzilado, é esta a sorte dos Lampeões” (JORNAL CAXIAS, 1931). No decorrer do texto, Paco foi denominado de “fascínora”, “burghez”, sanguinário, e pessoa que considerava “Lampeão” o seu Deus.

Na matéria citada, constam duas fotografias, uma de Paco – que não se parece com suas demais imagens conhecidas – e outra, de uma mulher, a quem o jornal denomina como Beatriz Sanchez, e que seria “uma das sete esposas do infeliz Paco”, sendo que, até o momento, em nenhuma outra publicação sobre Paco há qualquer referência a essa mulher de nome Beatriz.

Outro jornal de muita importância na época da República Velha, e que se intitulava “Orgam do Partido Republicano”, *A Federação*, fundado em 1º de janeiro de 1884, circulou por 53 anos. Contrário à monarquia, visava à difusão dos ideais republicanos e foi certamente o maior representante do Partido Republicano Riograndense, tendo sua última edição em 17 de novembro de 1937, quando do início da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Esse jornal, como porta-voz do Partido republicano no estado, utilizava-se de termos não tão incisivos em relação a Paco, por ser ele ligado ao partido. Num sábado, dia 13 de março de 1915, em uma nota, encontra-se que “Em Liberdade – Tendo concluído, hontem, a pena de 3 mezes de prisão cellular a que fora condenado por acordão do Superior Tribunal do Estado, foi posto em liberdade o réo Francisco Sanches Filho, que se achava recolhido à Casa de Correção” (A FEDERAÇÃO, 1915).

Referente à referida prisão, diz respeito a um processo sofrido por Paco em Veranópolis. Segundo Sottili (1998, p. 44), “... o processo de acusação onde Paco havia sido condenado naquele município à prisão de sete meses por ferimentos leves praticados em 1914, tendo o réu recorrido e cumprido pena de três meses”.

Observa-se que a notícia foi escrita de maneira diferente da utilizada em outros jornais, ainda que, no ano de 1915, Paco, com 26 anos de idade, ainda não fosse tão atuante politicamente – apesar de, como seu pai, também ser do partido republicano, não foi realizado nenhum julgamento, nem utilizados termos como ladrão, facínora, assassino.

Na já referida eleição de 1929 para intendente no município de Garibaldi, em que outros jornais denunciavam as fraudes eleitorais que elegeram o candidato da situação, o jornal A Federação de 14 de janeiro de 1929 assim comentou o pleito:

As eleições para renovação do governo municipal correram em perfeita ordem. Foram eleitos o candidato à intendência, Dr. Manoel Parreira, republicano, candidato à Vice-Intendência e quatro conselheiros. É enorme o regozijo entre os republicanos deste município. Já regressou para Porto Alegre, o sub-chefe de polícia Dr. Valentim Aragon, cuja atuação foi muito elogiada (apud PFEIL, 1990, p. 31).

Fica evidente que a oposição, mesmo alardeando a tentativa de fraude por meio de telegramas e reportagens, foi derrotada naquela eleição, não alterando o resultado no qual os republicanos foram vitoriosos no intento de nomear o intendente do município.

Passados 13 anos da morte de Paco, em 1943, o jornal Correio do Povo publicou diversas reportagens intituladas O Brigante das Furnas do Rio das Antas, de autoria do repórter Sadi Rafael Saadi, que esteve na região de Pinto Bandeira, entrevistou vizinhos, amigos e até um dos filhos de Paco. O autor traz um panorama geral da região, da vida de Paco, seus delitos e fugas da polícia, bem como o envolvimento político.

Em uma dessas reportagens, referindo-se à ação policial por ocasião das buscas a Paco, o filho João – na reportagem citado como Juanito – relata que “sua casa era visitada pela polícia e, nessas ocasiões, sempre levavam alguém para o mato ‘para ser interrogado’” (CORREIO DO POVO, 24 nov. 1943, p. 5).

Mais recentemente, outras reportagens trouxeram Paco de volta à mídia. Duas grandes reportagens foram publicadas na imprensa, além de pequenas notas e lembranças esporádicas. A primeira, no Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, em 05 de junho de 1988, teve o mérito de “ressuscitar” o interesse pela vida do personagem. Trata-se de matéria assinada pelo jornalista Carlos Wagner e intitulada “Paco: o bandoleiro da Serra Gaúcha”. A segunda, uma série de reportagens chamada “A Saga de Paco”, no Jornal Pioneiro, de Caxias do Sul, no ano de 2001.

O jornal O Florense, criado em 1986 no município de Flores da Cunha e que circula às sextas-feiras nesse município e em Nova Pádua, em sua edição do dia 23 de fevereiro de 2021, publicou, na seção geral, uma matéria intitulada “Especial Mato Perso³⁴: uma briga entre os Pandolfi e um bandoleiro” – no caso, o bandoleiro era Paco.

A reportagem mais recente de que se tem conhecimento abordando a história de Paco foi publicada na página 40 do Jornal Zero Hora, de 14 de abril de 2021, escrita por Ricardo Chaves – que edita a página diária Almanaque Gaúcho sobre história e memória regional –, e intitulada “Paco, o ‘bicho-papão’ da Serra”, onde descreve alguns fatos já conhecidos da história do personagem, sem, porém, trazer nenhuma informação inédita a respeito.

Mediante a incursão a algumas matérias jornalísticas sobre as vivências e morte de Paco, é possível concluir que a imprensa estadual, em diversos municípios, incentivou a criação de imagens, ora positivas, ora negativas sobre Paco. Assim sendo, a representação, que está em permanente formação e que segundo Chartier (2002) conduz à presentificação pública de algo ou alguém, não permite que a memória sobre Paco se ausente do coletivo.

3.3 PACO E A JUSTIÇA – PROCESSOS

Não menos importante que a utilização de livros, artigos e da imprensa para compreender a trajetória de Francisco Sanches Filho é a análise dos processos-crime³⁵ em que esteve arrolado, pois ali se obtém informações relevantes acerca dos problemas tidos com a justiça. No caso dos processos criminais, é importante, também, de acordo com Grinberg (apud PINSKY, DE LUCA, 2021, p. 122), “ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário”.

A utilização dos arquivos judiciários como fonte para estudos históricos não é recente³⁶; por meio deste, é possível identificar quais os delitos cometidos, quando e onde aconteceram, quem foram os envolvidos e as motivações, quem foram os depoentes de acusação e de defesa,

³⁴ Mato Perso é distrito do município de Flores da Cunha, e localiza-se no lado oeste, no limite entre os municípios de Farroupilha, Caxias do Sul, Nova Pádua e Nova Roma do Sul. Fontes: <https://www.floresdacunha.rs.gov.br> e <https://viciadosestrada.blogspot.com/2017/08/interior-de-flores-da-cunha-mato-perso.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

³⁵ Todos os processos-crime utilizados nesse estudo encontram-se disponíveis para pesquisa no APERS –Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS.

³⁶ “Se for possível delimitar no tempo o início do uso de processos criminais como fonte em análises históricas e antropológicas, o marco provavelmente recairá na década de 1980. Não que processos judiciais não tenham sido usados anteriormente, [...] Mas foi nesse período que o seu uso se generalizou em diversas abordagens históricas e antropológicas” (GRINBERG apud PINSKY; DE LUCA, p. 125).

qual o veredito final etc. Enfim, é fundamental o conhecimento desses processos no intuito da verificação das redes de interesses ali representadas.

A forma como os crimes são investigados é definida pelo direito processual penal, sendo que eles estão distribuídos em diversas etapas. De acordo com informações do site do senado federal³⁷, a primeira é a instauração do inquérito policial, seguida do indiciamento do autor, denúncia e pronúncia. Após, parte-se para a fase do julgamento, que se subdivide em compromisso, interrogatório do réu, leitura do processo, inquirição das testemunhas de acusação, depoimento das testemunhas de defesa, decisão e leitura da sentença.

O primeiro processo em que Paco foi envolvido, no ano de 1912, de número 322, da cidade de Alfredo Chaves – atual município de Veranópolis –, resultou da denúncia dos próprios sogros, José Fachini e Angela Marini, tendo sido esta que deu pela falta do dinheiro que guardavam em uma caixa-cofre em sua residência. Após perícia³⁸ autorizada pelo delegado, foi constatado que a caixa tinha realmente sido violada.

A suspeita recaiu sobre Paco, pois, segundo Angela Marini, o genro já havia cometido alguns furtos; sendo que, ao raptar sua filha de casa – com quem, após o rapto, contraiu matrimônio, talvez como uma forma de reparação da honra familiar –, também teria furtado a quantia de 400\$000, e que, ao revistar o cavalo do genro, teria encontrado parte do valor em níquel desaparecido de sua caixa, ao que Paco negou, alegando que a sogra não tinha o direito de retirar seus pertences, que estavam junto de seu animal.

Nesse caso, o promotor interrogou o réu, e mais as testemunhas Nicola Marini e Angela Marini. O acusado declarou que sempre residiu na Quinta Secção do Rio das Antas, em Bento Gonçalves, tinha 23 anos e não sabia nem ler, nem escrever, e que seus sogros sempre procuravam fazer-lhe mal. Após acatada a denúncia pelo promotor, foi solicitada a prisão de Paco, cumprida no dia 04 de dezembro de 1912. Dois dias após a prisão – em 06 de dezembro –, Paco foi julgado e, como foi absolvido, foi liberado da prisão.

No ano de 1914, conforme o processo nº 334 da comarca de Bento Gonçalves, RS, Sanches é acusado de agressão contra Benjamin Rossatto – ferimentos leves –, devido à desentendimentos no jogo de cartas, na venda de Pedro Rossatto, irmão da vítima. Paco foi condenado a sete meses de detenção a ser cumprida na Casa de Correção de Porto Alegre.

³⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/as-fases-do-processo-penal>. Acesso em: 13 jan. 2023.

³⁸ Perícia criminal, prevista no Código de Processo Penal, “visa analisar vestígios, sendo indispensável para a elucidação de crimes”. Disponível em: <https://apcf.org.br/periciacriminal>. Acesso em: 13 jan. 2023.

O advogado de defesa faz apelação ao Tribunal Estadual, que reduziu a pena para três meses de detenção. Não fica claro como aconteceu, mas Paco não foi levado à Casa de Correção, cumprindo a pena na delegacia local. Outra incógnita é de que maneira Paco conseguiu fugir da prisão, pois, segundo perícia realizada, não havia sinais de arrombamento na cela que ocupava na delegacia.

Esse fato possibilita interpretações sobre sua relação com as autoridades, visto que, de acordo com Jung, (2009, p. 49-50),

Paco, o réu, alegando problemas de saúde, conseguiu cumprir sua pena na própria delegacia de Alfredo Chaves, contrariando a norma usual de serem os criminosos condenados a cumprir pena em Porto Alegre. Além disso, pelo mesmo motivo de doença, Paco conseguiu não ficar trancado na cela, podendo caminhar livre pela cadeia, fato este que proporcionou praticar a fuga, ocorrida em 7 de dezembro de 1914.

Alguns anos mais tarde, respondendo a uma solicitação do delegado de Alfredo Chaves – em outro processo em que Sanches foi arrolado –, em correspondência datada de 09 de maio de 1921, o delegado de polícia de Bento Gonçalves descreve, sem dar maiores esclarecimentos, que

em resposta ao vosso phonograma de hontem, informo do seguinte: Francisco Sanches Filho, em 04 de abril de 1914, foi pronunciado pelo juiz da Comarca no art. 303 do Código Penal da Republica por Crime que praticou em 14 de fevereiro; sendo preso a 7 de abril, julgado a 14 de maio foi condemnado a 7 mezes e 15 dias, tendo recorrido para o Superior Tribunal foi reformada a sentença para 3 mezes. É o que consta do ról de culpados nesta delegacia. Saude e fraternidade, Angelo Alves de Souza Marques, Delegado de Policia (PROCESSO-CRIME nº 334, 1921).

Passaram-se os anos até que Paco se envolvesse em outro processo-crime, nº 334, da Comarca de Alfredo Chaves, com a acusação de “motivos frívolos”, resultado de uma briga ocorrida em 28 de fevereiro de 1921, na casa de negócios de propriedade de Carlos Mezzomo, no interior de Veranópolis, onde este teria atirado um copo em Angelo João Grigoletto, causando ferimentos em seu rosto. A razão do desentendimento foi a recusa de Grigoletto em participar de um jogo com Paco e, além disso, incitar outros a não participarem do jogo também.

Ao ser arrolado como testemunha, o comerciante Carlos Mezzomo, de 45 anos de idade, casado e natural da Itália, afirmou que

depois deste ferido (Grigoletto), Sanchez sacou de um revólver que se não fosse a intervenção da esposa do depoente, Sanchez teria morto Grigoletto. Continuando Sanchez na provocação disse que não tinha medo das autoridades e se estas fossem prendê-lo, não se entregaria; acrescentando mais, que se alguns dos presentes quisesse

tomar as dores por Grigoletto que se apresentasse (PROCESSO-CRIME nº 334, 1921).

Assim como no processo anterior, o promotor público acatou a denúncia contra Paco em 18 de abril de 1921, tendo sido ouvidas as testemunhas, mas não o acusado, visto o Oficial de Justiça não ter conseguido realizar a entrega da intimação. Nova data foi marcada pelo promotor Olinto de Freitas, momento em que Paco, em 04 de maio, contratou o advogado Antônio Tagliari Filho para ser seu defensor – formado na Itália e considerado o melhor da região –, tendo então prestado seu depoimento no dia 06 de maio.

Em 09 de maio, a fim de verificar quais as consequências do ato praticado pelo réu, foi realizada uma perícia no rosto de Antonio João Grigoletto, cujo resultado afirmava que a cicatriz existente estava completamente fechada, não tendo resultado em mutilação ou amputação, e nem em enfermidade incurável que privasse o ofendido de exercer suas atividades.

Esse resultado pericial difere em muito do informado pelo delegado de Alfredo Chaves que, baseado no exame de corpo delito realizado na vítima, afirmava que os

ferimentos podiam produzir uma alteração harmoniosa do rosto, nas suas diversas expressões Tendo sido o mesmo perito que realizou as duas perícias, foi-lhe perguntado a razão dos laudos serem divergentes, ao que o perito respondeu que, no primeiro, havia sofrido “pressão” do delegado de polícia que promovia as investigações (PROCESSO-CRIME nº 334, 1921).

O advogado de Paco, Antônio Tagliari Filho, em seu trabalho de defesa, acusou o delegado de parcialidade, uma vez que estaria tomando partido como acusador. Conforme Londero (2011, p. 155):

Parece que o delegado de Polícia deste município assumiu, neste processo, o compromisso de acusador particular. Pinta a cores negras o acusado, como sendo o terror de uma população. Adultera o depoimento das testemunhas que arrolou, allega que a quatro de maio do anno p. findo, o delegado de polícia de Bento Gonçalves requisitara-lhe a captura do acusado e 15 dias após, encarrega-se, aponte sua, de desmentir a si próprio, pedindo a juntada do phonograma de fl. 17, no qual o ex-delegado de polícia de Bento Gonçalves não lhe requisita captura alguma, mas pede-lhe, somente que aplique um corretivo ao acusado, o que não é a mesma cosa.

Devido ao Ministério Público ter solicitado a condenação do réu, no dia 14 de dezembro de 1921, foi realizada a sessão do júri, que resolveu que, mesmo sendo o acusado responsável pelos ferimentos em Antonio Grigoletto, o fez em legítima defesa, após ter sido agredido. Após

sua absolvição, o promotor público da Comarca, Olinto Fagundes de Oliveira Freitas³⁹, se pronunciou inconformado com a decisão do júri e que apelaria ao Superior Tribunal do Estado. Este, por sua vez, em 15 de setembro de 1922, confirmou a decisão de absolvição do réu.

Cabe apontar que o então promotor que contestou a absolvição de Paco no processo, Dr. Olinto Freitas, em 15 de setembro de 1927, foi eleito prefeito do município de Bento Gonçalves – cargo que exerceu no período de 1928 a 1932 –, com a ajuda do hábil cabo eleitoral Francisco Sanches Filho, o Paco, o que destaca a mudança de relações e interesses existentes entre os dois indivíduos, membros do mesmo partido – Partido Republicano Riograndense.

O fato de o Supremo Tribunal do Estado ter confirmado a absolvição do réu pode significar que a crescente fama de valente e destemido deste tenha alertado o partido de sua provável serventia. Nesse ponto, Sottili (1998, p. 53-54) afirma que:

Olinto de Freitas, como membro do PRR, percebeu que Paco transformara-se em um personagem de grande utilidade aos propósitos do Partido Republicano na região pela notoriedade que vinha obtendo. Essa vinculação com o PRR fez com que Paco auxiliasse Olinto de Freitas a se eleger Intendente municipal em Bento Gonçalves, fato denunciado pela oposição.

No ano de 1928, Paco foi testemunha em um processo – nº 337 – em Bento Gonçalves, envolvendo o polonês Martim Mikolaysck (réu) e Pedro Tic, porém, segundo o acusado e sua esposa – Estanislava Kaczawa –, o conflito teria acontecido em sua casa, e Paco não se fazia presente na hora do desentendimento.

O desenrolar desse processo traz alguns fatos novos que devem ser observados na relação de Paco com as autoridades. O primeiro é que o promotor público, Antônio Tagliari Filho – que tinha sido advogado de defesa de Paco em processo anterior às eleições municipais de 1927 – passa a acusador e faz perguntas utilizando palavras dúbias para induzir as testemunhas contra Paco, a quem ele chama de ‘célebre’ e ‘terror’ e, segundo o advogado de defesa João Justino Reschke, o advogado de Martim Mikolaysck “estava menos preocupado no arrolamento das testemunhas no sentido de livrar da culpa o seu cliente, do que anular o depoimento de uma das testemunhas, no caso Paco, tornando-o um réu” (SOTTILI, 1998, p. 57).

³⁹ Olinto Fagundes de Oliveira Freitas, filho de João José de Oliveira Freitas e Ecilda Fagundes Escobar, nascido em 26 de setembro de 1895, exerceu as funções de promotor público, prefeito do município de Bento Gonçalves-RS (1928-1932) e prefeito do município de Garibaldi-RS (1942-1945 e por 5 meses no ano de 1946) (MOUSQUER; PUFAL, 2018).

Paco, que à época era inspetor de quartelão⁴⁰, foi quem conduziu o acusado Martin Mikolaysck ao delegado, mesmo assim, o Ministério Público indiciou aquele, visto seu depoimento ter influência na condenação ou não de Mikolaysck. Outro fato em destaque nesse processo é o depoimento a favor de Paco, por Octacílio Vaz, então delegado e subintendente de Alfredo Chaves, cujo intendente, na época, era César Pestana.

Ao afirmar, em seu depoimento, que o casal de poloneses não era inimigo de Paco, e que estavam embriagados por ocasião da briga com Pedro Tic, o delegado Vaz foi fundamental para que o juiz declarasse improcedente a denúncia de falso testemunho contra Paco. Essa mesma autoridade, agora cúmplice de Paco, no ano seguinte, seria morta por ele ao tentar capturá-lo numa emboscada.

O próximo processo em que Paco é arrolado – nº 450 da Comarca de Antônio Prado se deve à acusação de roubo à Casa Comercial de Périco e Irmãos, localizada em Nova Roma, então 2º distrito de Antônio Prado, hoje município de Nova Roma do Sul. Apesar de ter ocorrido na noite do dia 19 para o dia 20 de março de 1929, Paco só foi denunciado pelo promotor em 15 de abril de 1930. O presente processo foi concluído sem uma decisão final, visto ter sido encerrado por conta da morte do acusado, no ano de 1931.

No ano de 1929, mais uma acusação pesa sobre Paco, desta vez, por roubo à Casa Comercial Independência – cujo proprietário era José Miguel –, ocorrido em 08 de agosto de 1929, em Bento Gonçalves, portanto, cinco meses após o delito anterior em Nova Roma do Sul, RS.

Nesse assalto, diferentemente dos demais, verifica-se a ação conjunta com outras pessoas, ou seja, Paco não age sozinho, tem a colaboração de Victório Sanchez que, apesar do sobrenome, não tinha parentesco com Paco, e José Abraham – ou Abrahão, pois, nos documentos, constam as duas grafias – e ainda seu compadre João Tieppo, na fase de ocultação dos produtos furtados.

Sobre esses companheiros de Paco, Jung (2009, p. 65-66) comenta que

este Victório era mascate e negociava com mercadorias contrabandeadas, e supõe-se que tenha participado de outros roubos, ou no mínimo servido de receptor e revendedor das mercadorias roubadas. O outro, José Abraham, um agricultor sírio que vivia em Bento Gonçalves, devia ser conhecido de Paco há algum tempo, pois morava próximo à casa de sua amante Olympia.

⁴⁰ “Os inspetores de quartelão eram imigrantes que assumiam o papel de representantes das autoridades nas diversas localidades que compunham a região colonial. A eles cabia comunicar os subdelegados sobre delitos e eventos que perturbavam a tranquilidade dos locais afastados das sedes das Colônias” (VENDRAME, 2013, p. 16).

Em depoimento, Victório Sanches, 48 anos de idade, casado, natural de Espanha, comerciante que sabia ler e escrever, declarou que o roubo foi combinado entre ele, José Abrahão e Paco – não faz menção a João Tieppo. Segundo o depoente, “o roubo foi alvitado por Paco, que há seis ou sete meses, vinha insistindo para que o auxiliasse” (SOTTILI, 1998, p. 59).

José Abrahão, ao ser inquirido, relata ter 38 anos de idade, saber ler e escrever, ser natural da Síria e compadre e vizinho de Paco, quem, conforme Abrahão, “insistira com o interrogado para que o auxiliasse num assalto” (SOTTILI, 1998, p. 59).

O terceiro envolvido, João Tieppo, casado, 44 anos de idade, natural da Itália, analfabeto, mantinha estreitas ligações com os Sanches, mais precisamente com Paco, de quem, além de ser vizinho de lote colonial, era compadre, conforme demonstram consultas realizadas na Paróquia de Pinto Bandeira e no Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

De acordo com pesquisa realizada no Arquivo Histórico de Bento Gonçalves, na Coleção: Impostos e Contribuintes do 4º distrito – Pinto Bandeira –, código A 20, verificou-se que, no ano de 1912, as famílias Tieppo e Sanches ocupavam lotes vizinhos, ou seja, os primeiros nos lotes nºs 09 e 10, e os Sanches nos lotes nºs 11 e 12.

No intuito de ampliação no campo descrito nesse registro, buscou-se consultar os registros paroquiais, uma vez que esses, de acordo com Bassanezi (apud PINSKY; DE LUCA, 2021, p. 143), “formam o corpo de dados mais importante existente para fundamentar os estudos da dinâmica e também do estado das populações modernas de tradição cristã”.

Dessa forma, ao consultar o livro nº 2 de batismos da Paróquia Nossa Senhora de Pompéia, em Pinto Bandeira, RS, verificou-se que, além da vizinhança, entre João Tieppo e Paco havia a relação de compadrio, pois, segundo o assento nº 104, página 73 v, em 18 de outubro de 1911, foi batizado Antônio Tieppo, filho de João Tieppo e Clementina Ferrari, tendo sido padrinhos Francisco Sanchez e Maria Facchin.

Na mesma ocasião, o então Padre Luis Segale, titular da Paróquia, de acordo com o assento nº 105, página 73 v, do livro nº 2, realizou o batismo de Ramon Sanchez, filho primogênito de Francisco Sanchez e Maria Facchin, e desta vez foram padrinhos o casal João Tieppo e Clementina Ferrari.

O então acusado João Tieppo, mesmo não tendo participado do roubo à loja de comércio, foi denunciado e sentenciado por ter ocultado o resultado do furto porque, no local por ele indicado à polícia, foram encontrados materiais das ações contra a Loja Independência de Bento Gonçalves e, também, da Casa Périgo e Irmãos, de Nova Roma.

Victório Sanches declarou ter participado da ação devido à insistência de Paco; José Abrahão⁴¹, ao relatar suas motivações, narrou que, além da insistência, era vizinho e compadre de Paco; João Tieppo, por sua vez, declarou que ajudou somente a trocar de esconderijo as mercadorias roubadas, por insistência de Paco e por medo da reação deste diante de uma provável recusa sua.

Por fim, Paco foi considerado o mentor e mandante do assalto, porém, como estava foragido, apesar de ter sua prisão preventiva decretada, não chegou a ser preso. Os outros três foram condenados a dois anos de prisão em 1º de fevereiro de 1930, mais o pagamento de multa. Esse processo contra Paco também foi encerrado em virtude de sua morte, em 1931.

Analisando esse processo – nº 828 –, pode-se verificar que a culpa foi toda atribuída a Paco, já que os demais envolvidos – Victório Sanches, José Abrahão e João Tieppo – afirmaram que participaram do assalto por insistência de Paco, por serem vizinhos ou por medo dele. Esta é uma situação muito cômoda, pois diminui a responsabilidade, repassando-a a outra pessoa que, por já ter outras imputações em outros processos-crime, assume a total responsabilidade pelo delito. Por outro lado, não consta que algum dos participantes do furto tenha se recusado a receber a sua parte.

Aos poucos, o cerco foi se fechando para Paco; estando foragido desde o assalto à Loja Independência e tido desavenças com o então delegado Octacílio Vaz devido à repartição do saque efetuado neste roubo, Vaz passou a não dispensar mais àquele a proteção costumeira, encobrando seus delitos. Dessa forma, as buscas ao seu paradeiro se acentuaram, havendo até promessas de pagamento de recompensa para quem o encontrasse.

No final do mês de agosto, no dia 29, Paco, vendo a situação se agravar, tentou uma fuga. Partiria para outra cidade, talvez a região de Erechim ou Sananduva. Levava discretamente consigo uma jovem de vinte anos chamada Amália, e para tal contratou um serviço de táxi. Essa informação chegou aos ouvidos do delegado de Veranópolis, Octacílio Vaz – que já estava à procura de Paco –, que resolveu ir ao seu encontro. Para isso, solicitou a companhia de um soldado e do comandante da polícia local.

Ao interceptarem o veículo que conduzia Paco e a acompanhante, iniciou-se o tiroteio no qual Paco e a moça Amália saíram feridos, tendo o delegado e mais o comandante da Guarda Municipal – Waldemar de Oliveira Chaves – vindo a óbito. Paco, mesmo ferido, conseguiu

⁴¹ Em consulta à Coleção Impostos e Contribuintes, Impostos de Estradas da Intendência de Bento Gonçalves, referente ao 4º Distrito, ano de 1928, código A 57, consta que Francisco Sanches Filho era proprietário parcial do Lote nº 09, e proprietário total do Lote nº 10, sendo que, nesse último, consta a seguinte observação: “este gado e estradas pertence a José Abrahão” (ARQUIVO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES, 1928).

fugir enquanto o praça⁴² Crispim Alves da Luz socorreu a moça e refugiou-se na casa da família Zanetti. Esse foi um duelo onde, certamente, somente um sobreviveria; o delegado não demonstrava intenção de prender, mas de matar e, de outro lado, o fugitivo sabia que Vaz não desistiria de encontrá-lo; desta vez, porém, quem teve mais um tempo de vida foi Sanches.

Com a morte de duas autoridades na sua conta – processos nº 335 e 338 –, as perseguições se acentuaram, e ele obrigou-se a adentrar na mata, esconder-se em cavernas, muitas vezes dormir em cima de árvores e ao relento para não ser descoberto. Enquanto se escondia, seus filhos é que se revezavam para levar-lhe comida, razão pela qual foram muitas vezes torturados pelas forças policiais no intuito de descobrirem o paradeiro do patriarca – mesmo sofrendo muito, nunca entregaram o local onde ele se escondia.

Além da tortura aos filhos, também parentes e vizinhos eram perseguidos. Qualquer pessoa que tivesse vínculo com Paco poderia ser abordada e forçada a dar informações, porém, em algumas ocasiões, não havia colaboração para evitar sua captura, outras, porque realmente o inquirido não sabia onde Paco estava escondido, uma vez que ele trocava constantemente de esconderijo.

Essas atitudes arbitrárias da polícia são encontradas nas falas das pessoas entrevistadas, como será visto no capítulo seguinte. Também, na imprensa da época, há exemplos dessas arbitrariedades policiais, uma das quais veiculada no jornal Estado do Rio Grande em 22 de março de 1930, cujo título é: As façanhas cometidas pelos policiaes encarregados da perseguição do bandido Paco:

Vivem de sobresalto os habitantes das circumvisinhanças onde se acha refugiado o perseguido: o destacamento da Brigada Militar e policiaes de Bento Gonçalves que estão em perseguição do bandido Paco, estão cometendo toda sorte de barbaridades. Sabe-se que chegaram a prender uma mulher em estado interessante, violentando-a. Vários colonos foram espancados e atados pelo pescoço, chegando a quasi ser estrangulado um delles. A população das circumvisinhanças onde Paco está refugiado, vive em contínuo sobresalto, pois as barbaridades commettidas pelos perseguidores de Francisco Sanches, vulgo Paco, são maiores do que as commettidas por este (1930, p. 12).

Ficou algum tempo escondido, até que reapareceu publicamente em 1º de março de 1930, no distrito de Nova Pompéia – mesmo ciente de estar sendo procurado –, por ocasião das eleições, onde novamente se envolveu em uma briga que teve como desfecho mais uma morte, a do jovem João Nunes, que será o conteúdo do processo-crime de nº 385, do ano de 1930, da Comarca de Bento Gonçalves.

⁴² Praça: Militar sem graduação ou patente; de posição hierárquica inferior à de segundo-tenente.

Segundo informações, João Nunes incitou o confronto, certo de que seus amigos lhe ajudariam a vencer Paco, porém, na hora do duelo, se acovardaram e este se deu somente entre os dois. Quanto ao fato de ter lutado sozinho, na súmula do supra referido processo consta que “dezenas de colonos assistiam necia e cobardemente, em redor, o desenrolar do conflito”.

Esse confronto é um dos que teve maior repercussão entre os publicados e comentados na historiografia de Paco. Foi também matéria nos jornais da época, e ainda se mantém vivo na memória de boa parte dos moradores da região, principalmente em Pinto Bandeira, onde tudo aconteceu.

O promotor público, ao aceitar a denúncia contra Paco, assim escreve em seu relatório:

... No dia 1º de março de 1930, apesar da ordem de prisão contra si existente, por seus contínuos delitos, até hoje impunes, Paco surge destemidamente, na sede do município de Nova Pompéia, neste município, indo seu arrojo e confiança na destreza e valentia, da força municipal, ao ponto de entrar na bodega de Antônio Luzatto, ali bebendo descançadamente (PROCESSO-CRIME nº 385, 1930).

A primeira testemunha ouvida pelo delegado foi justamente o dono da bodega, Antônio Luzatto, a quem o delegado perguntou:

Quem provocou o conflito? Ele respondeu que foi João Nunes Valentini. Se ele sabe sobre os antecedentes de Paco? Disse saber de vários crimes cometidos pelo réu. ... Se a vítima era dada a desordem? Respondeu que era um rapaz pacato e bom (SOTTILI, 1998, p. 73).

Ao ser interrogado, o agricultor Giácomo Fabrisio declarou que “João Nunes sempre foi rapaz pacato, honesto e trabalhador e que Paco era dado a arruaças ...” (SOTTILI, 1998, p. 74). Outro inquirido, Amandio Perico – que tinha relação com a Loja Périco Irmãos que Paco fora acusado de assaltar – informou “não ter visto a provocação de João Nunes, mas disse ter sido Paco o primeiro a atirar” (SOTTILI, 1998, p. 74).

Nesses depoimentos, pode-se presenciar diferentes versões e visões sobre o acontecido e sobre os envolvidos também. Não há um consenso sobre quem iniciou o confronto, nem sobre a reputação dos mesmos. Fica perceptível que alguns se esforçam em condenar Paco, visto já ter tido outros problemas com a justiça, enquanto outros entendem que esse foi provocado por “Nunes”, não havendo unanimidade nas declarações a respeito.

Da mesma forma, as autoridades, que a essa hora já não lhe davam o respaldo anterior, apertaram o cerco, fazendo várias investidas para capturar Paco, como demonstra, por exemplo, a Carta Precatória enviada do Juízo de Comarca de Bento Gonçalves ao Juízo de Comarca de Lagoa Vermelha, datada de 05 de novembro de 1930, que inicia da seguinte maneira: “O M.P.

por seu representante, adeante assignado, vem apresentar a V. Si a denuncia contra o conhecido e perigoso delinquente Francisco Sanchez, vulgo Paco pelo facto criminoso que passa a expor: ...”.

Segue o relato informando de uma tentativa frustrada de capturar Paco, que estava escondido na casa⁴³ de Olímpia Frattini, onde os disparos da escolta policial causaram-lhe ferimentos. O acusado conseguiu evadir-se do local, apesar do referido grupamento ser composto de, pelo menos, nove indivíduos citados na referida Carta Precatória, conforme reproduz-se a seguir:

No dia 25 de setembro do anno findo, uma escolta policial composta do sargento Pedro dos Santos e praças Ramão Barreto, João Gonçalves Gomes, Ramão Ensina, Juvencio Nunes da Luz, e, Antonio Moyses e Waldomiro Pinheiro Nogueira, e, em cuja companhia estavam os Snrs. Helio de Freitas Lima e Antonio Caetano de Sousa.

Figura 29 – Casa onde residiam Olímpia Frattini e os filhos



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (CORREIO DO POVO, 17 nov. 1943, ano 49, nº 40).

⁴³ Sobre o informado na Carta precatória de 05 de novembro de 1930, a imagem da figura, de acordo com a reportagem jornalística, era a casa da qual Paco conseguiu fugir de uma escolta policial composta de nove indivíduos. Na ocasião, Olímpia ficou ferida devido aos tiros dos policiais contra sua residência, que localizava-se próxima ao Rio das Antas, na Linha Burati, em Bento Gonçalves, RS.

No breve excerto da Carta Precatória acima, percebe-se um vocabulário acusador, afirmando ser o réu “perigoso delinquente” e “devéras perigoso”, assim como durante todo o processo também foram utilizadas expressões como “célebre criminoso”, “famigerado bandido Paco”, entre outros, isso tudo antes mesmo da conclusão judicial.

Os termos utilizados para descrever Paco no processo parecem ser indevidos, visto que um indivíduo só pode ser condenado após julgamento e, até aquele momento, este não havia sido efetivado. As palavras demonstram ter sido feito um prévio julgamento de valor, o que não retrata o modo formal a que todo indivíduo deve ser submetido perante a lei, além de poder significar parcialidade e intenção de influenciar conduta ou julgamento sobre o acusado.

Esses termos acusatórios dão sinais de que a situação de Paco começava a tomar outras proporções, já não tinha mais o respaldo dos políticos que ajudara a eleger, fora utilizado e agora ter o nome ligado ao seu, representava um incômodo aos que tencionavam manter-se no poder. Corroborar o comentário Loraine Slomp Giron, na apresentação do livro Paco, uma história escrita com chumbo, onde destaca que

Francisco Sanches Filho, o Paco, faz parte de um grupo de homens usados pelos políticos para a garantia do poder dirigente nas mãos de quem se encontra na máquina burocrática do Estado. Constitui figura exemplar do tratamento que os políticos dão aos seus sequazes, quando deixam de ter valor de uso (GUERTLER, 2011, p. 10-11).

Por fim, as fontes disponíveis apresentam várias versões do mesmo Paco e são importantes na reconstituição de sua trajetória e indispensáveis no esforço de tentar compreender as relações sociais e de poder da época, e como influenciaram a história de vida do personagem, cuja definição sempre se apresenta de forma ambígua. Por uns, era considerado bandido, ladrão; para outros, destemido, herói. Enfim, era amado por uns e odiado por outros, e essa constatação será demonstrada no próximo capítulo, onde serão abordados os testemunhos obtidos sobre Paco, inclusos na História Oral, e também a questão da Memória e as razões pelas quais Francisco Sanches Filho permanece forte nas lembranças da população regional.

4 INTERLOCUÇÕES ENTRE MEMÓRIAS NA HISTÓRIA ORAL SOBRE PACO

A memória, por sua complexidade e seu caráter interdisciplinar, é objeto de estudo de várias ciências, dependendo do enfoque que lhe é dado, e se relaciona tanto com a História, quanto com a Psicologia, Medicina, Sociologia, Antropologia, Comunicação, Linguística, Biologia, entre outras.

A memória também está intimamente ligada com a identidade, pois um indivíduo não consegue se identificar sem fazer uso de sua memória. Candau (2012, p. 19), nessa perspectiva, assevera que:

memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.

Em concordância ao exposto, Amado (1995, p. 132) escreve que

Memória e história conjugam-se também para conferir identidade a quem recorda. Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias; embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa. Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações e sentimentos, e de conferir-lhes significados; por isso, sua ausência, a amnésia, necessariamente conduz à perda de identidade.

Na construção histórica, ganham relevância a *memória individual* e a *memória coletiva*, de interesse neste trabalho, uma vez que a história de Paco se mantém tanto na memória do grupo ao qual ele pertencia e do povo no seu entorno, quanto na memória pessoal desses indivíduos. Por meio das entrevistas e das conversas, é possível recriar, mesmo que parcialmente, o espírito da época, a trajetória de Paco e o impacto de suas atitudes na região e nas pessoas.

Relatos de lembranças individuais sobre acontecimentos da vida de Francisco Sanches Filho constituem o centro de análise do presente capítulo. Para tanto, utiliza-se de pressupostos teóricos que dizem respeito à memória e à História Oral. A finalidade dessa abordagem consiste em compreender como, mesmo com ações contrárias à divulgação da trajetória de Paco, ela não cai no esquecimento.

Essas tentativas constituem um paradoxo, pois, na medida em que intencionam sepultar o personagem na memória da história local, o mantêm vivo, fazendo com que sua trajetória seja

motivo de constantes estudos e publicações, bem como de curiosidade, fatores que podem conduzi-lo, com o passar do tempo, à condição de mito.

Num primeiro momento, são abordados alguns conceitos com a finalidade de auxiliar no entendimento do que vem a ser a memória, assim como suas funções. Após, são observadas informações referentes à História Oral, sua importância e especificidades. Por fim, serão utilizados os depoimentos orais – as entrevistas –, com o propósito de responder à questão basilar desse estudo, voltada à observação da possibilidade de Francisco Sanches Filho realmente permanecer vivo na memória local, num processo de construção mitológica do homem-personagem.

4.1 MEMÓRIA

Estudos científicos afirmam que toda vida humana é provida de memória, o que muda é a forma como ela é utilizada, comunicada. Somente o homem teria consciência dessa faculdade – o que o torna seu depositário –, e dela se utilizaria consciente e continuamente. Essas percepções remetem ao ato de recordar, de trazer para o presente impressões do que foi vivido e sentido em um determinado tempo passado.

Os indivíduos, “seres mnemônicos por excelência” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 14), possuem a capacidade de, além de guardar suas memórias, poder evocá-las posteriormente. Mesmo que o resultado não seja exatamente fiel ao evento primeiro, obtém uma representação satisfatória do que aconteceu. De acordo com Le Goff (2013, p. 485),

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

A memória individual é aquela que somente o indivíduo pode acessar. “Por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 2004, p. 411), o que não implica que ela não seja influenciada pelo social. De acordo com Catroga, (2015, p. 11),

na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das representações do pretérito.

A memória coletiva, por sua vez, é uma forma de *arquivo coletivo*, muitas vezes denominado como *repositório abstrato*, onde ficam guardadas as memórias de um grupo, de uma comunidade, de uma sociedade. Maurice Halbwachs (2003, p. 106), um dos expoentes nos estudos referentes à memória coletiva, descreve que “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço”.

Quando Halbwachs relaciona tempo e espaço com a memória, é porque, a seu ver, “memória coletiva é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana” (HALBWACHS, 2003, p. 109), o que pressupõe que o processo de transmissão da memória se daria, para não se perder, devido ao contato habitual entre as diversas gerações.

Os estudos sobre memória coletiva de Halbwachs, de forte cunho sociológico, reconhecem que as memórias individuais são um ponto de vista sobre a memória coletiva, mas enfatizam que sua importância é oriunda da junção das lembranças do grupo, dos quadros sociais da memória.

De acordo com Weber e Pereira (2010, apud Rousso, 2005, p. 94), a memória é caracterizada como “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.

Predicados como mutável, conflituosa e seletiva são propriedades da memória. Desse modo, ao adentrar a seara da memorização, ligada ao ato de recordar, a memória vincula-se, igualmente, ao exercício de esquecer, de silenciar. De acordo com Candau (2012, p. 72), pois,

na relação que mantém com o passado, a memória humana é sempre conflitiva, dividida entre um lado sombrio e outro ensolarado: é feita de adesões e rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, luz e sombra ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos.

O ato de esquecer pode ser voluntário ou não, na mesma medida em que pode, também, ser condicionado a eventos traumáticos sofridos. De acordo com Le Goff (2013, p. 422), no entanto, podem influenciar a forma como a memória é mantida, pois “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

No presente estudo, o silenciamento se faz presente na tentativa de uma parte do grupo familiar atuar para que a trajetória de Paco seja esquecida. Não há, porém, intenção de entrar no mérito de tal, por haver o conhecimento de que alguns membros do grupo familiar – como

os filhos – realmente foram traumatizados física e psicologicamente com a repercussão das escolhas e ações de Paco por parte da sociedade local da época.

Na reportagem de 05 de junho de 1988, o jornalista Carlos Wagner também relata sobre o fato da família não se pronunciar sobre o antepassado: “atualmente, da parte dos descendentes de Paco, há uma espécie de trato a respeito da história dele: querem esquecer. Victório Sanchez, um dos seus filhos, falou que não interessa remexer no passado” (ZERO HORA, 05 jun. 1988, Caderno D, p. 1).

De acordo com Candau (2012, p. 72), “existe, de fato, um passado ‘onde há boas razões para não se mover’, e cada pessoa dispõe de múltiplos recursos memoriais quando tenta criar ‘um passado útil’, utilidade sempre apreciada em função da situação presente”.

Da mesma forma que há os que não incentivam a divulgação da trajetória de Paco, há os que entendem que ela não deva cair no esquecimento. Com vistas a compreender esse interesse, que perpassa a comunidade local, tamanha projeção da trajetória de Paco, foram organizadas algumas questões e solicitou-se – via e-mail –, o parecer a respeito de seis autores que escreveram sobre Paco, obtendo retorno de quatro deles: os escritores Geraldo Farina e Roberto Rossi Young, a socióloga Márcia Londero e o historiador Nelson C. Sottili. A íntegra dessas comunicações faz parte dos anexos I, II, III e IV deste trabalho.

Há divergências entre os pareceres, todavia, todas elas citam a memória sobre o pesquisado. O Sr. Geraldo Farina, nascido na região, registrou: “Pesquisei e escrevi sobre Paco pois o mesmo era mito. ... a permanência da memória viva do Paco deve-se, acredito, por ter sido um personagem característico daqueles anos ... a família carrega muita mágoa ...”, e finda observando que “a personagem Paco merece aprofundados e descompromissados estudos” (02 jul. 2021).

Roberto Rossi Yung, autor de vários títulos que envolvem personagens da história gaúcha, também nascido na região, justifica seu interesse devido à sua “sina em tentar resgatar a memória de vultos, que com o passar do tempo foram caindo no esquecimento”; em sua opinião, “o interesse pela vida e morte do biografado permanece”. Ainda acerca da perpetuação da história de Paco Sanches, o autor comenta que “houve lançamento [do livro] com autógrafos na Feira do Livro de Porto Alegre e Feira do Livro de Gramado” (26 jun. 2021).

O historiador Nelson C. Sottili também viveu na região, e isso, segundo o autor, o “possibilitou [a] ter contato com algumas narrativas presentes no imaginário social sobre o personagem”. Acrescenta que utilizou, em seu estudo, “os processos criminais, as notícias encontradas nos jornais e alguns depoimentos”, e sobre o não pronunciamento da família, ponderou: “talvez, essas memórias mexam com sensibilidades familiares” (08 jul. 2021).

Por fim, a doutora em Sociologia Márcia Londero, que não é nascida nem viveu na região, comenta que escreveu por indicação de seu orientador de Mestrado, mas sua motivação pessoal foi entender por que “uma figura se popularizou tanto, e persistiu durante tantos anos gerando um fascínio na população local e representando a rebeldia e valentia que o cidadão comum gostaria de ter com as autoridades brasileiras que tinham praticamente os abandonado”.

Londero entrevistou, inclusive, filhos de Paco, vivos à época de elaboração de sua dissertação, e sobre a permanência de Paco como memória, afirmou que o mesmo “representa a importância social de suas façanhas” ... “representava uma manifestação social de insatisfação e rebeldia”. Quanto à posição da família e o não consentimento para a realização de um filme em torno da história de Paco, relata que “os filhos tinham adoração pelo pai e o respeito pela memória dele era maior do que o interesse financeiro” (28 jun. 2021).

A notícia sobre o referido filme, em que um personagem conhecido como Elias Figueroa que na época era um famoso jogador de futebol do Sport Clube Internacional de Porto Alegre, faria o papel principal interpretando Paco, se espalhou rápido pela região. Um dos relatos da conta de que “agora no jornal diz que o Figueroa queria fazer um filme do Paco. Mas ele falou com o filho, o José, lá em Bento e ele disse: ‘Olha, do meu pai não se faz filme, porque do meu pai o que foi, foi. Tá terminado’”. (Júlio B., *In LONDERO*, Nova Roma do Sul, 1990, fita 3).

A partir do exposto, é possível perceber a importância creditada a Paco e à sua trajetória, e se não houvesse uma espécie de pacto pelo silêncio quanto à mesma, acredita-se que a manifestação familiar poderia trazer à tona novos e diversos elementos, os quais poderiam transformar julgamentos e opiniões já solidificadas na memória coletiva e no imaginário popular referente ao personagem.

Para verificar as memórias persistentes na região, assim como o que não é dito e lembrado, e como fonte histórica reconhecida e de suma importância, é que essa pesquisa faz uso da História Oral, uma vez que, das falas dos depoentes, pode-se permear a manutenção ou não de certos fatos ocorridos no tempo passado com Francisco Sanches Filho.

4.2 HISTÓRIA ORAL

A materialização da memória pode se dar por diversas formas autônomas, pela escrita, pela pintura, pela oralidade. A História Oral – que consiste na arte de escutar o outro – vem ganhando cada vez mais espaço na academia, e isso se deve, em grande parte, pelo crescente número de trabalhos e historiadores dedicados a estudos que envolvem a oralidade. De acordo com Meihy (2006, p. 191), é possível dizer que a História oral “atingiu sua maioridade”.

É passado o tempo em que as únicas fontes históricas reconhecidas eram as escritas e os testemunhos orais eram vistos com desconfiança; ao contrário, quando esses são utilizados eticamente e analisados com rigor e método, podem suplantar aqueles, transformando a forma de fazer história. Corroborar a afirmação Gandon (2001, p. 151), ao lembrar que “as referências escritas nem sempre são mais confiáveis que as fontes orais”.

No âmbito da História Oral, além de ser possível contar com pesquisadores consolidados na historiografia, também existem muitos nomes emergentes, e ambos trabalham de forma competente e criteriosa na feitura, desenvolvimento e difusão da oralidade como forma de construção histórica. Dentre esses, mas não somente, pode-se elencar Alessandro Portelli, Verena Alberti, Ricardo Santhiago, Marta G. de O. Rovai, Juniele R. de Almeida, José Carlos S. B. Meihy, Roger Camacho.

De acordo com Portelli (1997, p. 26), a “História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a História Oral *trata* da subjetividade, memória, discurso e diálogo”, razão pela qual não pode ser considerada como uma simples técnica de realizar entrevistas.

A História Oral deve ser vista como uma metodologia que segue os rigores da cientificidade, detentora de importante função social, pois, além de escutar os silenciados, oprimidos, excluídos, utiliza as informações recebidas para transformar e melhorar a sociedade, além de ser ferramenta de relevância para a instituição de políticas públicas e para o saber histórico.

Seria então matéria da história oral captar as vozes ocultas pelo saber oficializado, construído por meio de documentos convencionais, principalmente escritos. De igual importância seriam os aspectos insondáveis e principalmente o registro e a reparação de situações traumáticas (MEIHY, 2006, p. 197).

A historiadora Carla Simone Rodeghero (2022), em artigo publicado na Revista História, Ciências, Saúde, compara o tratamento dado à História Oral no Brasil, Canadá e Itália. A sua leitura possibilita observar o comprometimento e a seriedade com que o assunto está sendo tratado no Brasil, onde importantes avanços foram conquistados.

De acordo com a autora, o CNS (Conselho Nacional de Saúde), órgão federal que regulamenta os projetos de História Oral no Brasil, por meio da resolução CNS 510/2016, em seu artigo 9º, trata dos direitos dos/as participantes em trabalhos de História Oral, destacados a seguir:

I – ser informado sobre a pesquisa; II – desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III – ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, entre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa (Brasil, 24 maio 2016) (RODEGHERO, 2022, p. 486).

Algumas instituições nacionais foram além e também criaram seus Comitês de Ética, que têm a função de analisar os projetos e verificar o cumprimento da legislação. Trata-se de mais uma maneira de assegurar a lisura nos processos e garantir o cumprimento das disposições legais.

Meihy e Seawright (2020, p. 20) elucidam que a História Oral, por meio de seus projetos, tem como função “oferecer oportunidade explicativa para fenômenos que implicam pessoas ou experiências coletivas chamadas à participação no tempo das gravações”.

É fato e consenso entre historiadores que trabalhar com História Oral não é simplesmente gravar entrevistas; sem um planejamento, um estudo prévio, pouco acrescentam ao trabalho do historiador.

Os trabalhos em História Oral possibilitam que o colaborador oral informe sobre o passado e/ou presente. No primeiro caso, pode ser o passado vivido, experimentado; ou aquele que se ouviu contar, que chegou até ele por terceiros, pessoas que vivenciaram esse acontecimento no passado, os “mais velhos”, como escreveu Bosi (2004).

As expressões “antigamente” e “naquele tempo” pontuam e demarcam o discurso sobre o passado; tanto daquele passado que se ouviu contar, quanto do passado mais próximo, aquele vivido pelos próprios narradores (GANDON, 2001, p. 141).

As informações recebidas através da oralidade nem sempre são o retrato exato do acontecido. Sarlo (2007, p. 93) afirma que “toda narração do passado é uma representação, algo dito no lugar de um fato”. Emerge, então, nesse processo, essa capacidade da memória de reelaboração, produzindo uma representação do acontecimento, e não o próprio em si.

Thomson (1997, p. 57) corrobora o sentido representativo das narrativas de rememoração do passado, ao descrever que “as histórias que lembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”.

Cabe ao historiador a análise das informações obtidas oralmente, dirigindo seu olhar para o que foi dito e, também, para o que não foi. O que ficou oculto não é menos importante nesse processo, uma vez que a ocultação pode ser uma forma proposital do entrevistado não se

referir a determinado assunto, que possa deixá-lo desconfortável, desprotegido, exposto, inseguro, por diversas razões, por ser um tema sensível, traumático, infame etc.

Sobre a “ocultação” de informações, Khoury (2001, p. 84) relata que “cada narrador oferece uma interpretação da realidade”, todo testemunho é único e é função do historiador/entrevistador estar atento aos detalhes. Alistair Thomson, que também se dedica aos estudos da oralidade, por sua vez, escreveu que

às vezes os historiadores orais ouvem as narrativas, mas descuidam-se desses significados. Assim como as histórias baseadas em reminiscências revelam a maneira específica como uma pessoa compôs seu passado, esses significados ocultos podem revelar experiências e sentimentos que foram silenciados porque não se ajustavam às normas usuais ou à própria identidade da pessoa (1997, p. 58).

Os entrevistados, no momento em que dedicam uma parte de seu tempo a atender os entrevistadores, a eles cedem também parte de suas memórias e suas vivências. Portelli (1997, p. 21), porém, foi adiante, ao afirmar que para além desse tempo “... quando fazemos uma entrevista, invadimos a privacidade de outra pessoa ...”.

Uma outra forma de denominar as pessoas que são entrevistadas, além de entrevistado, depoente, declarante, testemunha, que caberia muito bem no contexto da História Oral, poderia ser *colaborador*, uma vez que elas estão colaborando com um trabalho de pesquisa, na medida em que, através dos relatos oferecidos, se tornam parte integrante e fundamental do referido estudo.

O colaborador poderia ser visto também como um coautor, visto que os depoimentos não deixam de ser criações que se utilizam da memória, são repassados oralmente para, depois da transcrição, passarem à forma escrita e serem parte de um texto histórico.

Entre o entrevistador e o colaborador, inclusive, pode igualmente haver uma responsabilidade compartilhada, uma vez que, da mesma forma que o entrevistador é responsável pela ética e pelo cumprimento do acordado com seu colaborador – como cumprimento à solicitação de anonimato, por exemplo –, este se responsabilizaria pela veracidade do relato, de modo que ambos se tornariam responsáveis pelo produto final da entrevista.

Uma outra operação essencial no trabalho em História Oral é a transcrição – ou transcrição – das entrevistas, que pode ser feita pela pessoa que realizou as entrevistas, ou ser delegada a uma outra, auxiliar nesse processo de passar um relato oral para o formato escrito, mantendo a fidelidade ao que foi relatado; é a reprodução escrita de uma fala.

A diferença entre transcrição e transcrição de uma entrevista está atrelada a um fator operacional, à escolha de qual procedimento utilizar, sendo inseridas no plano da linguagem – a primeira, a forma literal, e a segunda, a forma criativa de produção do texto.

De acordo com Meihy e Seawright (2020, p. 131), “transcrever é o exercício de correspondência da estrutura dos enunciados verbais transpostos para a solução escrita em equivalência imediata e imitativa”. Alguns historiadores orais, porém, já não concordam com a transcrição, justificando que ela não informa as sensibilidades, as reações ocorridas durante a entrevista, e que esses dados seriam primordiais, uma vez que poderiam ser indícios de fatos ocultos ou modificados.

Nesse sentido, a transcrição se revela como estanque, oposta à modernização linguística e narrativa. Conforme Meihy e Seawright (2020, p. 132), “a transcrição tem por referência a forma de expressão usada no plano coloquial e, assim acata variações da fala, repetições, equívocos que na norma culta não tem cabimento...”.

A outra opção à transcrição, cuja utilização vem crescendo no meio acadêmico, é a transcrição, que consiste numa proposta de tradução mais livre e criativa do oral para o escrito. Nesse caso, é priorizado, muitas vezes, o efeito estético do texto final, mantendo não as mesmas palavras utilizadas pelo colaborador, mas o mesmo sentido, tornando a leitura mais atraente.

Ao explicitar as vantagens da utilização da transcrição, Meihy e Seawright (2020, p. 139) descrevem que “teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, almeja-se transmitir ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra”.

A escolha entre utilizar a transcrição ou a transcrição depende do que foi planejado pelo autor e demais integrantes do projeto de trabalho. Ambas devem ser coerentes com a narrativa, porém, a favor da transcrição, emerge o fato de proporcionar um texto mais livre e criativo, que seria mais atrativo e mais bem recebido pelos leitores, atuando como forma de promoção e democratização do conhecimento histórico. Corrobora a afirmação Evangelhista (2013), ao descrever que um “texto com tais características tem um maior potencial de divulgação para diferentes públicos. Sua leitura é facilitada pelo fluxo narrativo diferente do característico da transcrição”.

As entrevistas orais realizadas constituem a seção a seguir. São fundamentais no intuito de responder a questão central desta dissertação. Deve-se salientar que serão utilizadas as entrevistas que constam nas dissertações de Márcia Londero e Nelson C. Sottili; duas que fazem parte de bancos de memórias, sendo uma do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul, RS, e outra do Museu Municipal de Veranópolis, no município de

Veranópolis, RS; e 12 das entrevistas gravadas, cujas fitas foram disponibilizadas por Londero, estas realizadas na década de 1990. Complementam o acervo utilizado cinco entrevistas realizadas pela autora, no período de 2021 e 2022.

4.3 ENTREVISTAS

Entrevistar não é um ato isolado, requer no mínimo duas pessoas – aquele que indaga e o que responde – e um assunto predeterminado, que seja do conhecimento e interesse de ambos. Existem vários tipos e métodos de entrevistas, que variam conforme o assunto, o objetivo, o entrevistado, o local, os materiais disponíveis etc.

Ao entrevistador é requerido que saiba ouvir, que utilize as informações conforme com o acordado com o colaborador; é preciso que entre os dois – ou mais – haja respeito, empatia, pois “entrevista é trânsito no mundo do outro: oportunidade de incursão em campo diverso, plural, experiencial” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 113).

Devido à importância das entrevistas no desenvolvimento da temática proposta, as quais foram realizadas por meio do diálogo – “conversas” –, convém acrescentar que alguns teóricos já defendem as conversas como lócus principal de desenvolvimento das pesquisas. As conversas remetem a um processo de entrevistas não estanque, permeáveis pelo estabelecimento de relações de troca. Garrett (1981), por exemplo, quando propõe um deslocamento do aspecto técnico da entrevista para o seu caráter artístico, é taxativa ao afirmar que a entrevista consiste em um ato de ouvir, perguntar e *conversar* (grifo da autora da dissertação).

Para Sússekind e Lontra (2016), por exemplo, as conversas, também chamadas pelas autoras de narrativas, são metodologias de pesquisa. Ribeiro, Souza e Sampaio (2018) não só acreditam no potencial da conversa como metodologia de pesquisa, como escreveram um livro intitulado *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?*. Nele, os autores afirmam que “ao apostar na conversa buscamos, na relação de pesquisa, abrir-nos ao acontecimento e aos possíveis que ele conjura, mesmo que isso, por vezes, possa significar a necessidade de desconstrução/reconstrução da própria investigação” (SAMPAIO; RIBEIRO; SOUZA, 2018, p. 33). Ribeiro e Souza (2016) justificam a conversa/narrativa como método investigativo porque “nos possibilita pensar e indagar conceitos, concepções, ideias e práticas dos sujeitos com os quais pesquisamos”.

Ainda sobre a importância das conversas nesse contexto, Larrosa (2003, p. 212) afirma:

Nunca se sabe aonde uma conversa pode levar... Uma conversa não é algo que se faça, mas algo no que se entra... e, ao entrar nela, pode-se ir aonde não havia sido previsto... e essa é a maravilha da conversa... que, nela, pode-se chegar a dizer o que não queria dizer, o que não sabia dizer, o que não podia dizer... E, mais ainda, o valor de uma conversa não está no fato de que ao final se chegue ou não a um acordo... pelo contrário, uma conversa está cheia de diferenças e a arte da conversa consiste em sustentar a tensão entre as diferenças.

As entrevistas realizadas, também chamadas, portanto, de conversas e narrativas, são os instrumentos disponíveis na visualização de Paco na memória coletiva e em suas mais diversas versões: familiar, política, religiosa, de trabalho, de amizade e relação com a comunidade. São importantes porque foram realizadas com diversas pessoas, em diferentes locais e períodos, e representam diversos olhares sobre a trajetória do personagem, abarcando, por conseguinte, a memória individual também.

Cada autor realiza sua coleta de depoimentos da forma que lhe é mais conveniente. Sottili (1998, p. 115) descreve que realizou as entrevistas – 12 no total – nos verões dos anos de 1996 a 1998, e que “procurava deixar que os depoentes se manifestassem livremente e no transcorrer perguntávamos os pontos que não haviam sido contemplados na exposição e que achamos serem relevantes” (SOTTILI, 1998, p. 116). O autor também esclarece que, em sua dissertação, “para preservarmos a identidade dos depoentes, todos os sobrenomes e nomes neste capítulo são, evidentemente, fictícios” (Idem, p. 116)

Londero (1997, p. 5), por sua vez, traz que “o trabalho de campo foi realizado entre os anos de 1990 a 1991”, e as entrevistas foram realizadas nos municípios de “Veranópolis, Bento Gonçalves e Nova Roma do Sul” (LONDERO, 1997, p. 7). O processo de coleta dos depoimentos foi realizado em dois níveis, sendo que primeiramente realizou-se a

entrevista Temática, onde foi proposta a questão: “Fale sobre o Paco”, deixando que o entrevistado discorresse sobre tudo o que lembrasse a respeito. A partir daí, foi elaborado um roteiro de entrevistas com o qual retornamos a campo para realizar o segundo nível de coleta de informações com entrevistas semi-dirigidas (LONDERO, 1997, p. 5).

Para este trabalho, além das entrevistas supramencionadas, também serão utilizadas mais cinco que foram realizadas pela autora, entre os anos de 2021 e 2022, conforme já mencionado. As mesmas foram feitas de forma livre, questionando esporadicamente algum tema não mencionado pelo depoente. Ademais, seguindo o padrão das anteriores e a pedido dos entrevistados, também será mantido o sigilo quanto à identificação da fonte, de forma que essa será feita por nomes totalmente fictícios.

Outra fonte utilizada nesta parte do estudo é o curta-metragem realizado pela RBS TV Porto Alegre, de direção de Saturnino Rocha (2003), intitulado “O Bandoleiro Paco”, exibido do ano de 2003, visto que apresenta falas de dois filhos de Paco – José e Angelina –, dos escritores Geraldo Farina e Gustavo Guertler, do jornalista Carlos Wagner, bem como de moradores de localidades por onde Paco transitou.

Ao término das audições e transcrições das entrevistas, foi efetuada a seleção dos trechos mais significativos para esse estudo. Para tal, foram estabelecidas categorias a fim de possibilitar maior entendimento a respeito da memória e da representação de Paco. As categorias, oito no total, estão apresentadas nos subtítulos a seguir.

4.3.1 A oralidade narrando Paco

Mesmo não sendo a única família de origem espanhola vivendo na localidade da Quinta Seção, como já abordado anteriormente e retificado nos depoimentos, aqui representados pelo depoimento de um morador da Linha Barros Cassal, “Mas tinha vários espanhóis, porque ali na costa do rio os Garvi [Galves] também era espanhóis” (Rui B., *In* LONDERO, Barros Cassal – Veranópolis, RS, 1989, fita 2), o idioma e as vestimentas da família Sanches, assim como alguns hábitos, foram, sem dúvida, motivo de estranhamento/curiosidade para a população colonial, como fica evidente nos relatos obtidos.

Nesse sentido, como forma de estranhamento, pode-se citar o hábito de dormirem sem roupas e o modo livre de criação dos filhos, pois eram modos que divergiam de como os colonos italianos se vestiam e educavam seus filhos.

Sobre o pai de Paco, Francisco Sanches, é notória sua fama de boa pessoa, do contrário, não teria sido fabricante e inspetor de quartirão; mas o que realmente chamava atenção era sua barba diferente, que pode ser vista na sua única imagem conhecida. Uma das entrevistadas descreve “tinha a barba comprida seu pai, branca” (Berta F., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 3). Um sobrinho de Paco também fez menção ao fato: “tinha uma barba comprida” (Hugo F., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1991, fita 1).

Os colonos italianos que moravam na região estranhavam o fato de o pai de Paco portar uma barba tão comprida, pois, entre esses, o costume era não usar barba, ou, no máximo, um bom bigode.

Segundo relato do neto Ramon, filho de Paco, o avô Francisco Sanches “tinha sido soldado do exército espanhol. Ele tinha, guardava na casa dele o uniforme, uma espada, também

arma, do exército espanhol. ... Tinha servido, depois veio embora ... O avô era um exímio atirador, que acertava alvos ...” (Lauro F., *In LONDERO*, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2).

Em vários relatos aparece, também, o fato de o pai de Paco sempre tê-lo protegido, de não ter imposto limites ao filho. O entrevistado prossegue: “O Paco levava uma vida desde moço muito livre, assim, porque o pai espanhol, ele dava muita liberdade aos filhos, não era como colono italiano ...” (Lauro F., *In LONDERO*, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2).

Antônia, a mãe de Paco, destoava das mulheres da região principalmente pelo modo de vestir. Uma de suas filhas comentou que “... era uma rainha, tu visse ela, os traje dela...”, usava “uns vestidos rodados, acho que tinha uns vinte metros a roda do vestido” (Sofia S., *In LONDERO*, 1990, Veranópolis, RS, fita 6). Uma moradora local, ao ser perguntada sobre o nome da matriarca, afirmou “parece que era Tonha”⁴⁴, e acrescenta que:

... nós tinha uma raiva daquela véia, nós era pequenote, vinha do catecismo, aquela velha, sempre sentada no meio da igreja com uma sombrinha mesmo, naquele tempo era uma sombrinha de cabo comprido ... um lenço atado assim, ... ela era de saia, sempre cabelo pelo alto (Esposa de Tomaz T., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 5).

Uma das filhas de Sanches, ao falar da família do pai, comenta que Paco tinha irmãos, mas que a maioria não morava na região, e que teria sido ele a se responsabilizar pelos pais, de quem sempre cuidou: “... tinha, tinha mais irmão mas não, aqui não, moravam em São Jerônimo, no Uruguai⁴⁵ ...” (Sofia S., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 6).

No que se refere ao espanhol, idioma falado na família Sanches, os relatos orais dão conta de que era de difícil o seu entendimento por parte dos colonos italianos. “Falavam de um jeito que não se compreendia o que diziam. Eles não falavam como nós” (Berta F., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 3).

A filha, por sua vez, relatou que, além dos avós, em sua casa – embora sua mãe fosse italiana –, também falavam espanhol. “Aqui em casa falava tudo espanhol, minha mãe de vez em quando falava italiano, mas a maioria, o papai ... até quando eu me casei eu me atrapalhava o brasileiro né?” (Sofia S., *In LONDERO*, Veranópolis, 1989, fita 6).

⁴⁴ “Tonha”, no dialeto Vêneto falado na região de colonização de italiana no Rio Grande do Sul, é abreviação de Antônia. Da mesma forma, Tonho para Antônio.

⁴⁵ Pode até ser que algum irmão de Paco tenha se mudado para o Uruguai, mas o que parece mais correto, nas informações encontradas, visto que tinha parentes nos estados de Santa Catarina e Paraná, é que a depoente estivesse se referindo ao rio Uruguai, que divisa os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, uma vez que uma das irmãs de Paco é falecida na região de Caçador, SC; uma sobrinha em Marcelino Ramos, RS, e outra sobrinha casou-se em Piratuba, SC, o que demonstra a permanência dos Sanches do outro lado – e não muito distantes – do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina.

Um dos hábitos mais comentados do casal Francisco e Antônia Sanches e que causava estranheza era o fato de dormirem sem roupa. Sobre isso, a colaboradora de Londero (1989) conta: “o pai de Paco e sua mãe iam pra cama nus, nus, nus, sempre nus, fizesse frio, fizesse calor eles não se vestiam, fosse inverno, fosse verão. [...], mas ela dizia, ela própria, a Maria, mulher de Paco, dizia que seus sogros dormiam nus. Acostumados assim ...” e complementa: “... disseram que dormiam, não sei se era nús, ou só com as cuecas, sim. Mas eles eram acostumados assim, os velhos” (Berta F., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 3).

Assim como os demais familiares, Paco também falava espanhol, porém, ainda se comunicava em português e no dialeto italiano da região. Paco também cantava e fazia as próprias letras. A mais conhecida de suas cantigas é a que relatava o acontecido com João Nunes, em Pinto Bandeira, RS. Essa canção foi mencionada pelo filho de Paco, entrevistado por Londero em 14 de janeiro de 1991, também interpretada por Dionísio Pastore, no início do curta-metragem *O bandoleiro Paco* (2003).

Eu sou homem valente,
com minha faca na frente,
deixa a negrada chegar
que alguém hei de matar ...

No dia primeiro de maio,
eu fui numa eleição,
encontrei-me com um negrinho véio
que queria ser valentão!

Veio na frente dando-me tiro,
passando-me tudo num lado,
eu com minha faca na mão
dei uma punhalada ao lado do coração!

No que concerne ao convívio de Paco com os moradores da região, a maioria enaltece a sua simpatia e hospitalidade, porém, com a ressalva de que não era bom ser seu inimigo: “... olha, ele amigo, amigão, se precisar tirava a camisa, te dava, ... mas não vai espichar um dedo, uma unha, porque é uma peada [pontapé, chute], ... aquilo era princípio” (Abílio B., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 1).

Algumas informações obtidas nas entrevistas revelam que alguns detalhes sobre a família Sanches permanecem marcantes nas memórias individual – porque foram vários os indivíduos que descreveram esses fatos –, e coletiva –, pois sinaliza ser um elemento de forte memorização, presente nos testemunhos da coletividade. Entre esses, destaca-se a aparência física do pai de Paco, uma vez que são muitas as referências quanto à sua barba, comprida e branca, muito diferente da usada pelos homens na região.

Outro ponto importante, que a memória coletiva enfatiza, é o comportamento de Paco. De acordo com as narrativas, prevalece o registro de ele ter sido hospitaleiro, simpático, prestativo – para os amigos – e, também, a assertiva de que não era nada bom ser seu inimigo, pois, para com esses, não havia clemência.

Alguns pais utilizavam-se da figura de Paco para manter seus filhos obedientes, controlados, comparavam-no ao “bicho papão”. Nesse sentido, de acordo com um entrevistado, que nasceu e viveu muitos anos próximo ao município de Nova Prata, RS, quando seus pais saíam de casa, utilizavam de sua figura para controlar os filhos, para que as crianças não fizessem estripulias, inculcando-lhes medo: “Quando eu era criança, que nós ficava em casa, os outros iam pra colônia e eles dizia: ‘sté attenti col Paco é!, sté mia fidar, sté tenti, se ‘l vien el fá paura e el copa gente, allora, sté tenti⁴⁶’” (João T., entrevista concedida à autora, Caxias do Sul, RS, 2021).

O fato relatado acima se deu na década de 1950, quando o entrevistado era criança, e, portanto, muitos anos após a morte de Paco, e demonstra como esse ainda estava presente na memória dos moradores da região.

4.3.2 Oficinas de Paco através da História Oral

Durante sua vida, Paco teve vários trabalhos e ocupações, e, a partir das entrevistas realizadas, foi possível categorizar esta subseção. Novamente, observou-se a ausência de um denominador comum entre os relatos, sendo que houve narrativas pró e contra o personagem nesse sentido.

Perguntado sobre o que Paco plantava em suas terras, um dos colaboradores de Londero contou: “Ah! Quando ele trabalhava era só no tempo do trigo, o quando que era pra fazê o vinho, aí depois pegava, ele tinha uma mula bonita, grande, ele saía” (Tomaz T., *In Londero, Veranópolis, RS, 1989, fita 2*). Outro entrevistado afirmou: “Ele trabalhava na época das colheitas, do plantio e das colheitas. Ele voltava pra casa e ajudava a família e depois desaparecia ...” (Lauro F., *In LONDERO, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2*).

Outra entrevistada também relatou que, no princípio, quando os filhos eram pequenos, Paco trabalhava na roça, mas, com o passar do tempo, foi deixando o serviço a cargo da família e empregados. Nas palavras da depoente, “Mas Deus ... ia pra roça! ... Tinha os filhos pequenos

⁴⁶ “Fiquem atentos com o Paco! Não confiem, fiquem atentos, se ele vier, ele dá medo e mata gente, então, fiquem atentos” (Tradução da autora).

e iam pra roça. E quando os filhos ficaram grande ele começou a fazer festa ...” (Berta F., *In LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 3*).

Na opinião de um filho sobre os trabalhos do pai, fica evidente que Paco não fugia do trabalho. Segundo ele, “Mas ele [o pai] era remador, trabalhava até com balsa, balsava esse rio abaixo e toda essa cachoeira aí ... levava madeira para Porto Alegre. Porque para trabalhar era um homem decidido” (Frederico S., *In LONDERO, Bento Gonçalves, RS, 1997, fita 7*). A filha, por sua vez, comentou que “trabalhava, parreiral grande e plantava milho” (Sofia S., *In Londero, Veranópolis, RS, 1989, fita 6*). Posteriormente, acrescenta: “... o que ele trabalhô na vida, não foi normal, sacrificado ...” (Sofia S., *In LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 6*).

Ao comentar sobre o fato de Paco ser trabalhador, os depoentes relatam sobre a época em que ele trabalhava de balseiro, transportando mercadorias através do Rio das Antas, até a capital, denotando que ele não negava serviço, “ele trabalhou na balsa no tempo da que tinha serraria do Trajano por lá, que levavam madeira com carroça até lá perto da barra. Ele era balseiro até Porto Alegre. Transportava madeira por água, né!” (Júlio B., *In LONDERO, Nova Roma do Sul, 1990, fita 3*).

Na opinião de outro depoente, pode-se perceber o quanto a fama de valente de Paco era conhecida na região, pois somente alguém destemido poderia dar segurança aos comerciantes de que suas mercadorias não seriam furtadas pelos caminhos ermos que deviam passar até chegar ao destino,

... porque ele não trabalhava muito na agricultura, eles, os filhos trabalhavam, mas ele fazia mais transporte, é ele era pago pra transportá mercadorias pelo rio das Antas, e daí porque eles queriam segurança pra não se assaltada a mercadoria, e ele era um cara que era de confiança ... se é o Paco que tá cuidando, ninguém róba! (João T., entrevista concedida à autora, Caxias do Sul, RS, 2021).

Um dos entrevistados por Sottili, com 82 anos de idade na década de 1990, por sua vez, retrata Paco como avesso ao trabalho honesto: “o Paco trabalhava de vigarista. Ele trabalhava pouco, mascateava e negociava animais. Ele gostava era de fazer negócio, de lograr” (SOTTILI, 1998, p. 128).

Referente a esse relato, divergente dos anteriores e que demonstra uma outra maneira de visualizar o indivíduo Paco como trabalhador, pode-se inferir que os termos “fazer negócio” e “lograr” refiram-se ao período em que comprava e vendia mulas, e depois, com o apoio das autoridades locais – o delegado local era também seu compadre e parceiro de negócios – cometeu furtos em alguns estabelecimentos comerciais na região.

4.3.3 Religião na vivência de Paco – relatos orais

A família de Paco professava a religião católica, a mesma da maioria dos moradores da região em que viviam. Os relatos dão conta da participação da família Sanches – incluindo Paco – comparecendo às cerimônias religiosas, como missas, rezas do terço, ladainhas, procissões...

A filha Angélica Sanches Marini, no curta-metragem exibido pela RBS TV, afirma que “... ele é devoto de Santo Antônio muito ele, era católico o meu pai” (ROCHA, 8:38- 8:42). Os entrevistados comentam o fato de ir à missa com as calças arregaçadas e armado, “Na missa ele ia com as calças arregaçadas até aqui, espingarda pendurada e dois revólveres” (LONDERO, 1997, p. 110).

Outro acontecimento relatado por vários depoentes foi o candelabro – também chamado por esses de castiçal ou lâmpada – que Paco ofereceu à Santo Antônio, e que ainda se encontra na igreja na localidade de Nossa Senhora de Pompéia, e que teria sido fruto de uma promessa feita ao santo, num momento em que estava ferido e corria risco de vida. De acordo com um depoente, “ia na igreja ... ele pagou uma lâmpada bonita que ainda existe lá naquele lugar ...” (Rui B., *In* LONDERO, Linha Barros Cassal, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Outro depoente relatou que “... até ele mandou fazer um capitel, onde morava, lá tem um capitel, lá na igreja Nossa Senhora da Pompéia ... e ele tinha uma medalha no pescoço, me recordo, porque naquele tempo, todo mundo usava um barbantino⁴⁷ e o Paco era o único que tinha uma corrente” (LONDERO, 1997, p. 110).

A outra filha, ao comentar sobre a religiosidade, também menciona o capitel construído a pedido do pai, que ficava na beira da estrada, em frente às terras da família, na comunidade de Nossa Senhora da Pompéia: “... ia na igreja, ia com nós, levava o terço, tudo ele adorava!”, e prossegue sobre o capitel “é uma igrejinha, é feito uma capelinha ... tem três santos! Tem santo Antônio e Nossa Senhora, até agora eu acho que me lembra Nossa Senhora da Saúde tem que ser, e outra Nossa Senhora do Carmo ...” (Sofia S., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 29.06.1989, fita 6).

Tendo boa voz para cantar, e criatividade na escrita de versos, mesmo nas horas de dificuldade conseguia cantar e também rezar. O colaborador comenta que Paco se escondia no paiol da sua casa, “mas o que adianta ficar escondido, ele cantava forte. Inventava uma história

⁴⁷ O “barbantino” a que se refere o depoente muito provavelmente tratava-se de um escapulário, adereço muito comum entre os católicos – utilizado no pescoço –, onde existe “duas imagens, uma do Sagrado Coração de Jesus e outra de Nossa Senhora, e possui o significado de “proteção física e espiritual”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/escapulario/#:~:text=O%20escapul%C3%A1rio%20%C3%A9%20um%20objeto,%22prote%C3%A7%C3%A3o%22%20f%C3%ADsica%20e%20espiritual>. Acesso em: 24 nov. 2022.

e cantava, mas de voz alta. Uma história sobre Santo Antônio que era: Eu estou baleado, Santo Antônio me tem sempre ajudado ...” (Abílio B., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 1).

No livro *Os últimos bandoleiros a cavalo*, Sejane Dornelles, (1991, p. 211) relata um episódio da vida de Paco, que o sobrinho dele, Juvenal França, em 1998, confirma, e ainda informa o nome do padre, apesar de não fornecer algumas informações que constam no livro de Dornelles.

Foi aí no rio das Antas com o padre de nome José. Um polaco queria batizar o filho mais não tinha dinheiro para pagar, então foi mandado de volta. O polaco encontrou o Paco e explicou o que tinha acontecido. Aí o Paco foi junto na Igreja e disse para o padre batizar senão iria levar uma surra. Então, o padre batizou a criança (SOTTILI, 1998, p. 137).

Baseado nos depoimentos, pode-se verificar que Paco, mesmo agindo muitas vezes fora da lei, e conseqüentemente fora dos mandamentos cristãos, tinha crença e fé, pois, até nos momentos de aflição, cantava ao santo. Participava das atividades religiosas, seus filhos eram batizados e crismados, ensinava-os a serem bons cristãos, levando-os nas missas e outras comemorações religiosas.

4.3.4 Relações de poder e favores

No período em que Paco trabalhou e teve proteção das autoridades, ele se utilizou dessa condição para intermediar o atendimento de alguns pedidos feitos pelos colonos, que se consideravam relegados a segundo plano pela política da época.

Esse estranhamento entre colonos e brasileiros, onde esses últimos é que detinham o poder político, aparece nítido na descrição de Sottili (1998, p. 131), que contém um depoimento no qual o colaborador conclui que “uma coisa que cheguei à conclusão é que o nosso povo aqui fazia a distinção entre duas qualidades de brasileiros: os brasileiros do campo, que eram gente confiável, e os brasileiros do governo, estes eram mesmo detestáveis, salvo um ou outro”.

A fala de uma das filhas dá conta de que Paco ajudava as pessoas, independente de qual sua origem: “... ele era de bom coração ... ele era de ajudá os pobre ...” (Sofia S., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 6) e sobre os empregados que algumas vezes trabalhavam nas suas terras, relata que “... os que vinha trabalhá era ali da costa do rio das Anta, que eles tem oito, nove, que vinha ajuda ele, era pobre, pobre ...” (Sofia S., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 6). Na sequência, ela narra um acontecimento que conduz a refletir sobre quem era realmente racista, Paco ou os moradores da região:

... até ele ia dá uma morada prum brasileiro que era muito pobre, e veio a mudança num carguero, e botaram a mudança lá em casa né, e nós tinha uma casa, fechada, no outro terreno, então meu pai ia dá aquela morada prá eles trabalha, sobrevive né, e foram lá, botaram fogo na casa, ... inaudível ..., porque eles era brasileiro, não queria que viesse brasileiro lá, ... quando chegô prá morá tava em cinza, e vai achá quem foi ... (Sofia S., *In LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 6*).

Outro entrevistado também comenta sobre os indivíduos que iam trabalhar na casa de Paco: “quase sempre tinha peon [peão], as negrada, sempre que tinha negrada era ele ali, aí eles, era muito difícil se pegá sem peon em casa, a negrada, má era gente estranha, vinha gente lá de baxo, lá do rio das Anta, vinha de toda parte” (Tomaz T., *In LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2*).

Os colonos – imigrantes ou descendentes desses –, por sua vez, só muitos anos mais tarde alcançaram cargos públicos e foram inseridos na política estadual. Assim, em caso de necessidade, muitos preferiam recorrer a Paco, que tinha bons relacionamentos nas intendências, do que aos funcionários públicos ou às autoridades estabelecidas.

Além de ter acesso facilitado com o poder local, Paco era, por si só, uma pessoa carismática. É unanimidade, nos depoimentos recebidos, que os que não fossem seus inimigos eram muito bem tratados, assim como bem-vindos em sua residência: “ô amigo, entra aqui, comida, bebida, grapa nunca faltava, vinho branco, um vinho branco que era doce e ele só que sabia fazê, ...”, e sim, nem todos eram seus amigos, “tinha algum que não gostava ...” (Tomaz T., *In LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2*).

Parte desse conjunto de pessoas que foram beneficiadas por Paco, posteriormente, quando este passou a ser perseguido pela polícia, ajudaram nas suas fugas, seja providenciando alimentação, um esconderijo, ou como informantes, avisando Paco, com antecipação, quando da chegada de algum pelotão policial na localidade:

Às vezes Paco pedia emprestado um cavalo de uma família daqui ou de outras localidades, mandava devolver em seguida. Seus amigos (as famílias onde pousava principalmente) davam-lhe as dicas: “Cuidado! Não vá por aquela estrada, ou aquela outra ...” (Arno M., entrevista concedida por um morador de Nova Roma do Sul, RS, a um colaborador de Londero, 1990).

Na historiografia e nas reportagens jornalísticas, consta que Paco tinha amigos dos dois lados dos rios das Antas e da Prata. Um dos filhos comenta que não era em todas as famílias que o pai era bem recebido, e justifica: “custaram a receber ele por causa, de medo da polícia” [...], “os amigo mais forte que ele tinha tava lá pelas costa do rio” (Frederico S., *In LONDERO, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 7*). A partir de pergunta feita por Londero na ocasião da conversa com o seu colaborador, acrescentou que o pai tinha encontrado acolhida nas famílias

“Trintinaia” [Trintinaglia] e “Pimentel” (Frederico S., *In* LONDERO, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 7).

Um entrevistado iniciou seu relato fazendo um panorama das dificuldades da época enfrentadas pelas famílias de imigrantes como a sua. Mencionou a falta de recursos, a comida escassa, a impossibilidade de estudar para ajudar os pais na roça. Sua família, extremamente humilde, vivia bem próximo ao Rio das Antas, e muitas vezes não havia alimento para pôr na mesa. Mesmo assim, Paco, em incontáveis ocasiões, encontrou abrigo na casa do avô do colaborador, José, imigrante vindo da Espanha.

De acordo com a mesma narrativa, havia ajuda por parte de Paco, que muitas vezes roubava de quem tinha mais e levava comida na casa de seu avô:

Sim, sim, o paradeiro dele mesmo naquela época diz que era na casa do meu avô. E o meu avô passô, passava por todas essas miséria que eu contei ... [...] “não tinha o que come, e ele ia robá aonde que pudesse desde um ... mata um animal pra traze pra casa, um ... na casa do meu avô, ... sim, ele ajudava, ele ia robá na vizinhança, até atravessá o rio a nado pra ir robá, ... desde um cacho de banana, qualquer coisa pra trazê pra casa do meu avô (André G., entrevista concedida à autora, Bento Gonçalves, RS, 2021).

Essa espécie de “rede de proteção” ou solidariedade que se formou da relação entre Paco e algumas famílias residentes na região foi essencial para o prolongamento da fuga de Paco; não fossem esses “amigos”, muito provavelmente Paco, apesar do conhecimento que tinha da região, teria sido capturado muito antes.

4.3.5 Respeito e Valentia

Temido e respeitado são termos sempre presentes em publicações cujo assunto seja Francisco Sanches Filho. A historiografia demonstra que, realmente, ele não se assustava com pouca coisa, como se diz usualmente ao se referenciar pessoas corajosas. Sim, ele era realmente corajoso, valente, destemido. Também não fugia de uma boa briga. Garantia-se no uso da faca, do revólver, do chicote, e não faltam, nos relatos orais, exemplos da sua astúcia e fama de valente.

Em resposta a uma advertência recebida do delegado para não importunar os colonos, Paco teria respondido: “Ainda não nasceu o homem que vai me prender” (Lauro F., *In* LONDERO, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2). Outra colaboradora relatou que “... era valentão ele ... Ele era uma boa pessoa de falar junto, falava, era uma pessoa assim ... mas não tinha medo de nada” (LONDERO, 1997, p. 127).

As referências à valentia fazem parte da maioria dos comentários dos colaboradores: “... ele era meio valentão, não tinha medo de nada” (Hugo F., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1991, fita 1).

Ele não te dizia, “vô te surrá”, quando que ele dizia, já tinha surrado já, já tinha dado. Por isso que ele era valente, ele nunca apanhava de ninguém”, [...] ele ia junto com a autoridade, mandava chama ele porque ele era valente, se tinha uma encrenca, ele ia lá no meio pra reparti alguma coisa (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Todo mundo tinha um pouco de cuidado porque se ele se incomodava ele se tornava agressivo, ele era agressivo. Por qualquer coisa ele era agressivo. Ele não aceitava nunca a derrota, nunca de ser humilhado [...] era um tipo altivo ... de espírito altivo (Lauro F., *In* LONDERO, Porto Alegre, 1990, fita 2).

A fama da valentia de Paco foi se espalhando e tornou-se conhecida em diversos municípios: “Eu ouvi muito falar sobre o Paco, contavam lá as façanhas dele, era um homem temido, ... as próprias autoridades tinham medo dele ... o povo tinha medo, se esquivava ...” (LONDERO, 1997, p. 121).

Outra fala dá conta de que até as autoridades o temiam: “ele se tornou temido de todo mundo ... porque ele começou a demonstrar um pouquinho de valentia ... a autoridade naquele tempo, que existia, estava com medo ...” (LONDERO, 1997, p. 121).

Atribui-se a valentia de Francisco Sanches Filho, também, à relação construída entre ele e a polícia local: “quem acostumô mal ele foi a polícia, a própria polícia aqui quem acostumou mal ele, foi o delegado, o subdelegado que tava aí, ... dava toda chance pra ele ...” (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Nesse sentido, a aquiescência da polícia local pode ter sido um vetor de empoderamento no que tange à bravura e ousadia de Paco, tanto que, em sua captura, houve a ação de tropas policiais oriundas de outros locais do Rio Grande do Sul, como Montenegro e Porto Alegre – determinante, também, na expansão de sua fama a partir de sua valentia e transgressão.

Existe, porém, nesse contexto, uma linha tênue que distingue respeito de medo, valentia de banditismo, bem como no que diz respeito ao estabelecimento de relações interpessoais originadas de empatia, de admiração ou do medo, do receio que Paco provocava nas pessoas.

Presente nos escritos, e confirmado em depoimentos de colaboradores de diferentes gerações, o episódio transcrito a seguir autoriza a reflexão em torno dimensão mitológica a ser alcançada pelos episódios da vida de Francisco Sanchez, pois, mesmo mencionado por diversos entrevistados, não é possível precisar o que, de fato, caracteriza o acontecimento em si e o que foi alterado e/ou acrescido por outros, ou seja, em que medida foi inventado e passou de boca em boca, firmando-se no imaginário popular.

... e ele chegou na casa do tal de Heitor [...] e ele olhô e disse: tem que tirá um pasto pro meu cavalo, ‘vai lá tu’, ele fez o nome do cara até foi eu não sei o nome do cara [...], ‘ah, eu vô tirá má tu tem que me pagá’, ‘vai lá primero, tira as folha, todas folha da palmera lá, depois eu te pago’ [...] aí o rapaz subiu, no não sei quantos metro de altura o pé de coqueiro, tirô todas folha, meu Deus quem que sobe num coqueiro hoje? Com dez, oito, dez metro de altura, onze [...] tirô todas folha e de [...] quando ele terminô de tirá a última folha o Paco ‘pá!’, ‘o pagamento é esse aí de tu tirá as folha do meu cavalo’” (André G., entrevista concedida à autora, Bento Gonçalves, RS, 2021).

O mesmo fato foi narrado por um colaborador de 84 anos, residente em Pinto Bandeira, RS, na década de 1990:

... diz que quando chegava numa casa, de certo numa bodega, e diz que tinha negrinho, naquele tempo tava com raiva, dizia que não gostava de negro, sempre tinha em casa prá trabalha, e ele dizia que não gostava. Enton dizia pro negrinho, “vai me cortá uma folha de coqueiro, te dô um cruzeiro, vai me cortá uma folha que eu quero”. Quando ia lá, tinha cortado a folha, pegava o revólver e ‘pá’, dava na cabeça, caía ... (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 1).

Um familiar de Paco também narrou o acontecido: “Uma vez o vô mandou um negrinho subir numa palmeira para cortar alimento para o seu cavalo. O negrinho subiu e cortou. Aí, então, o vô disse: não precisa fazer esforço para descer e deu um tiro no negrinho” (SOTTILI, 1998, p. 138).

Se esses relatos realmente aconteceram como descritos, e se ele realmente não gostava de negros, é possível prever que o número de mortes que lhe são atribuídas seja maior do que realmente se tem conhecimento, pois não há garantias de que esse episódio não tenha ocorrido outras vezes, em outros lugares. O que é possível afirmar é que, nesse sentido, não foi gerada nenhuma acusação formal, nenhum processo criminal.

A despeito do caráter inumano atribuído aos negros naquela época e de sua invisibilidade e falta de credibilidade para denunciar agressões contra si, seria motivo para dentre os processos existentes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nenhum se referir a esse episódio.

Outros fatos deixam dúvidas se a população respeitava ou tinha medo de Paco, pois suas atitudes eram sempre imprevisíveis.

Certa vez, em Veranópolis, um morador denunciou às autoridades sobre a presença de Paco em um determinado lugar. Paco descobriu e mandou quatro ou cinco de seus amigos, que quebraram um monte de ‘scandole’⁴⁸ ... deixaram a casa parcialmente

⁴⁸ “Scandole” eram pequenas tábuas de madeira utilizadas para cobrir as casas, espécie de telha, muito utilizadas nos primórdios da colonização no Estado.

descoberta ... (Arno M., entrevista concedida por um morador de Nova Roma do Sul, RS, a um colaborador de Londero, 1990).

As notícias se espalhavam pelas colônias, não instantaneamente como hoje, mas nas ocasiões em que as pessoas se encontravam, nas missas, nas festas dos padroeiros, procissões, quando iam para a cidade ..., e ao saberem de acontecimentos como o relatado pelo morador de Nova Roma do Sul, RS, os moradores da região, amedrontados, silenciavam sobre qualquer informação sobre Paco: “Não podia falar, porque se ele ficasse sabendo, ele os mataria. Sempre tem os amigos [informantes]” (Berta F., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 3).

Verifica-se que, da mesma forma como o personagem poderia ser implacável, também se apiedava das pessoas. Saul da Silva Junior – neto de Amadeo Vetorelli, que foi delegado em Bento Gonçalves e Veranópolis, RS – conta um fato acontecido com seus avós, que é representativo nesse sentido:

Ela [a avó, Maria Caselli Vetorelli] estava uma noite na casa com as crianças, o meu avô Vetorelli, como um bom italiano teve sete, oito filhos, nove e ela estava em casa e era uma noite de inverno e chuvosa e o meu avô tinha saído com uma patrulha, que na época tinha um outro nome, volante, atrás do tal de Paco e ele tinha ido lá fazer uma tocaia para matar o meu avô. Aí a minha avó viu o cidadão na chuva, ficou com pena e mandou entrar, serviu um café, foi atenciosa, aí ele pediu para ir embora e pediu prá fazer um bilhete, aí ele fez um bilhete pro meu avô, dizendo que tinha ido lá pra matá-lo, mas depois que viu que ele tinha vários filhos pequenos e que a esposa dele foi muito amável convidando um estranho para entrar, para sair do frio e da chuva, ele mudou de ideia, sensacional (SILVA JUNIOR, 2022, p. 4).

Pode-se, a partir do relato de Silva Junior, observar a benevolência e compaixão de Paco, que também tinha vários filhos, em detrimento à implacabilidade que o estigmatizou, e chama atenção para a humanidade existente no reconhecimento da acolhida recebida e a desistência de matar Vetorelli, mesmo que este, ao contrário, estivesse à sua captura.

O depoimento permite, igualmente, pensar a escolaridade do personagem – se não fosse alfabetizado, não teria escrito um bilhete –, porém não determiná-la, uma vez que o relato não deixa claro se “fez um bilhete” realmente implica o processo de escrita ou se o bilhete era fruto do ato de ditar as palavras para a esposa ou algum filho de Vetorelli.

Os comentários feitos pelos colaboradores evidenciam que Paco realmente era uma pessoa valente, e que sua valentia poderia ser expressada por meio de ameaças, da força física, do manuseio de armas etc. De qualquer modo, a população tinha sempre cautela para não provocar sua ira.

4.3.6 A Política, a polícia e a perseguição

O envolvimento com a política foi decisivo na manutenção do status de valentia de Paco, assim como a proteção que recebia das forças policiais, que não agiam contra um correligionário e defensor dos princípios do Partido Republicano Riograndense – PRR –, do qual era partidário. Os relatos dão conta de que a ausência dessa proteção teria antecipado o seu destino.

Paco trabalhou muitos anos conseguindo votos para o seu partido, atuou em várias eleições na região, e, no processo de obtenção de votos, geralmente feito por coerção, segundo depoimento de Gustavo Guertler (2003) no curta-metragem *O Bandoleiro Paco* (2003, 4:51-5:11), “existiam os cabos eleitorais da época, só que esses cabos eleitorais, eles não tinham o a incumbência de convencer os eleitores, eles tinham a incumbência de oprimir os eleitores e trazê-los para os locais de votação né, querendo eles ou não”.

Em complemento ao comentário de Guertler, Lusa (2010, p. 6) afirma: “O Paco era, era capanga dos políticos naquela época. Era capanga dos políticos. Naquela época então, era o Borges de Medeiros. Ele ia pegar os eleitores pra votar no Borges [de Medeiros]”.

De outro lado, no período em que deixou de ser aliado e passou a ser perseguido, também é possível perceber o modo cruel utilizado pelas forças policiais da época, com moradores da região e com a família, parentes e amigos de Paco, para que entregassem o paradeiro do mesmo.

Paco tinha um amigo de nome G. Arcari⁴⁹ que morava em Pinto Bandeira, RS, este, segundo um de seus netos, fazia arapucas e entregava aquele, para que utilizasse na obtenção de pequenas aves e animais, que serviam de alimentos durante suas fugas, momentos em que ficava vários dias seguidos no meio do mato. Cientes da amizade entre os dois, numa ocasião os policiais quase quebraram o braço de um dos filhos de G. Arcari, pois o mesmo afirmava não saber o paradeiro de Paco. Este respondeu então aos homens da lei: “se é pra me matar, mata logo, mas não sei onde o Paco tá” (Gilmar A., entrevista concedida à autora, Bento Gonçalves, RS, 2022).

Apesar de levar uma vida diferente da maioria dos colonos da região, mais livre, e de já possuir problemas com a lei, os relatos apontam que o período em que passou a residir em Veranópolis foi também o mais conturbado. As acusações se multiplicaram e se diversificaram, e Paco passou a trabalhar como cabo eleitoral do PRR, a cometer furtos com a proteção e

⁴⁹ Em alguns depoimentos aparece citado como “velho Arcaro”.

participação de autoridades; foi, também, a época em que cometeu os três assassinatos de que se tem notícias oficialmente.

Na visão da família, que tudo acompanhou, a culpa pela mudança de comportamento de Paco foi da polícia e da política. A filha Angélica Sanches Marini fez o seguinte comentário no curta-metragem *O Bandoleiro Paco* (2003): “... era católico meu pai, quem estragô ele foi mesmo os político” (8:41-8:44). O outro filho, em depoimento a Nelson Sottili, em 1996, também declarou que “foi a lei que tornou meu pai bandido” (SOTTILI, 1998, p. 117).

Os relatos a seguir denotam a artilosidade da polícia e dos políticos em se aproveitar da valentia de Paco para lhe atribuir subsídios para agir em seus nomes, e conforme os seus intentos:

... e outra coisa que me chamô atenção foi que conversando com uma outra pessoa que conhecia a história do Paco, um comentário que essa pessoa me fez foi que o Paco foi uma pessoa usado politicamente. Naquela época, os políticos usavam o Paco pra fazê o que eles não tinham coragem, né? (Cláudia M., entrevista concedida à autora, Bento Gonçalves, RS, 2022).

... vinham busca ele, vinham buscar de carro, lá em casa, [...] pra política, depois levavam de volta. [...] quem armô ele foi tudo polícia ... gente grande (Sofia S., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 6).

... e ele fez e fez junto, a mando de certa forma com o próprio delegado né! [...] eles tinham tipo uma quadrilha né, que depois ele não roubava nem pra ele, ele acabava robando pros outros, é o que parecia. (João T., entrevista concedida à autora, Caxias do Sul, RS, 2021).

A população, no entanto, nem sempre concordava com a opinião expressa pelos familiares. Isso se deve, em parte, pela longa trajetória de confusões e delitos nos quais Paco se envolvia, que iam de pequenos furtos de galinhas, até assaltos em estabelecimentos comerciais, brigas de jogo, desafetos decorrentes de suas conquistas amorosas, assassinatos etc.

Os jogos sempre foram uma espécie de perdição para Paco. Neles, ganhou dinheiro e inimigos, até um processo criminal, devido ao desentendimento com um rapaz em quem atirou um copo, causando-lhe ferimentos no rosto. O jogo mais famoso e rentável foi o conhecido jogo “das tampinhas”, em que “tem três tampinhas, então ele bota, numa delas bota uma bolinha embaixo, ele faz aquela manobra dele, e tem que acertar em qual tampinha está a bolinha embaixo” (LUSA, 2010, p. 5).

Em outro depoimento, é possível observar que os adversários de Paco no jogo – e o jogo sempre envolvia dinheiro – perdiam sempre, porque “ele pegava, tinha as unha meio comprida e ele botava a bolinha embasso das unha, naquele tempo era tampinha de garrafa, ... e dizia, “agora pode jogá, ...” (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Embora o jogo das tampinhas seja o mais comentado como sendo mais utilizado por Paco para ganhar dinheiro, as narrativas de diversos colaboradores reiteram o envolvimento dele com diversos outros jogos, como os de baralho, bocha, corrida de cavalos, roleta, dados: “... a corrida de cavalo também ele jogava. Sim porque tinha corrida de cavalo. Então ele jogava mas sempre vencia né! Não tinha como perdê, agora, como ele fazia ganhar ninguém sabe, ah ah!” (Abílio B., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 1). Paco “viajava ... essas corridas de cavalo, geralmente era na campanha, era além de Veranópolis, além de Nova Prata, ... porque ele tinha convivência com muitos aventureiros na campanha” (Lauro F., *In* LONDERO, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2).

A valentia de Paco também está fortemente presente nos três assassinatos pelos quais foi acusado formalmente: o do comandante da Guarda Municipal de Alfredo Chaves, Waldemar de Oliveira Chaves, do delegado e subintendente de Alfredo Chaves, RS, Octacílio Vaz, ambos no ano de 1929, no momento em que Paco tentava fugir da localidade devido ao desentendimento ocorrido com o delegado Vaz, em decorrência da discordância quanto à repartição do valor de um roubo realizado numa casa comercial em Bento Gonçalves.

O outro assassinato foi o de João Nunes, ocorrido no distrito de Pinto Bandeira, RS, em 1930, com quem tinha algumas rugas anteriores, e a quem teria sido prometida uma recompensa em dinheiro para matar Paco. Em ambos os casos, foi gerada uma situação extrema; para os dois lados, era viver ou morrer, tendo Paco vencido os dois embates.

O sobrinho de Paco, Juvenal França, 83 anos, declarou que o tio era protegido pelas autoridades: “o Octacilio era compadre de Paco” (SOTTILI, 1998, p. 119-120), e também confirma a versão de que João Nunes “estava aguardando para matar Paco” (Idem, p. 123).

Além dos familiares, pode-se dizer que a grande maioria dos entrevistados entendia as atitudes de Paco como decorrentes da conivência e convivência com os representantes da justiça e administração locais: “o Paco não era má pessoa. O Paco se tornou ladrão porque o delegado da polícia ensinou a roubar. O delegado da polícia, um tal de Otacílio Vaz” (LUSA, 2010, p. 4).

Outro entrevistado por Sottili, de 82 anos, afirmou que “o Octacílio Vaz mandava o Paco roubar e depois repartiam o roubo, ... eles fizeram ele ruim” (SOTTILI, 1998, p. 118). Dessa proteção recebida por Paco decorre a atitude de parte da população: “ninguém se interessava em ir denunciar o Paco nas autoridades porque lá diziam vamos ver o que fazer. Não faziam nada, porque eram companhia do próprio Paco” (Idem, p. 130).

Por alguns anos, a relação entre Sanches e Vaz foi harmoniosa – o primeiro cometia os furtos, o segundo lhe dava cobertura perante a lei, e ambos repartiam os lucros. Quando, todavia, Vaz descumpriu o acordo feito com Paco sobre a divisão do vultoso montante

angariado, fruto de um roubo realizado em Bento Gonçalves, os dois se desentenderam. A discórdia gerada, por sua vez, culminou na tentativa de Paco em se mudar para outra região. Quando o delegado tentou impedi-lo, acabou morto.

Daí por diante, o cenário mudou, e Paco passou a ser perseguido com veemência pelas volantes policiais. Tinha início uma outra fase na vida de Paco, de fugas para não ser preso, sendo que as consequências tiveram um alcance muito maior que o imaginado: sua família foi vigiada, perseguida, torturada; seus parentes, amigos e alguns vizinhos também. O medo crescia na mesma medida em que atitudes da polícia extrapolavam os limites, prejudicando toda população. Para além dos traumas morais, os colonos ainda tinham o prejuízo financeiro, pois

... vinha a polícia, a polícia era sem vergonha também, a polícia tudo paisano, tudo ... vagabundo da cidade, dava arma, matava galinha, [...] tomavam vinho de casa ... depois diz ‘olha tu que me cobra?’ vai cobrar lá do prefeito ali ... a polícia foi sem vergonha. Até de Antônio Prado veio a polícia, de Bento, de Porto Alegre ... levaram animal daqui ... (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989 fita 2).

Quando os colonos iam cobrar as despesas que tinham tido com alimento e bebida para os policiais, seus pedidos eram negados: “Depois ia lá na prefeitura, delegacia, se cobrá, dava a nota e eles dizia ‘ah, mas eu não posso, só se vem lá do governo, eu não posso né!’” (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

A procura por Paco era intensa. “Os soldados caminhavam por todos os poteiros. No nosso e no dos vizinhos” (Berta F., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 3). Outro entrevistado relatou que “o vizinho aqui em cima, uma noite bateu ali vinte e mais polícia, diz que é polícia, não sei de que. Tudo negro, tudo a cavalo, de noite, chovia. E qué comer, qué tomar depois sair” (Abílio B., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 1).

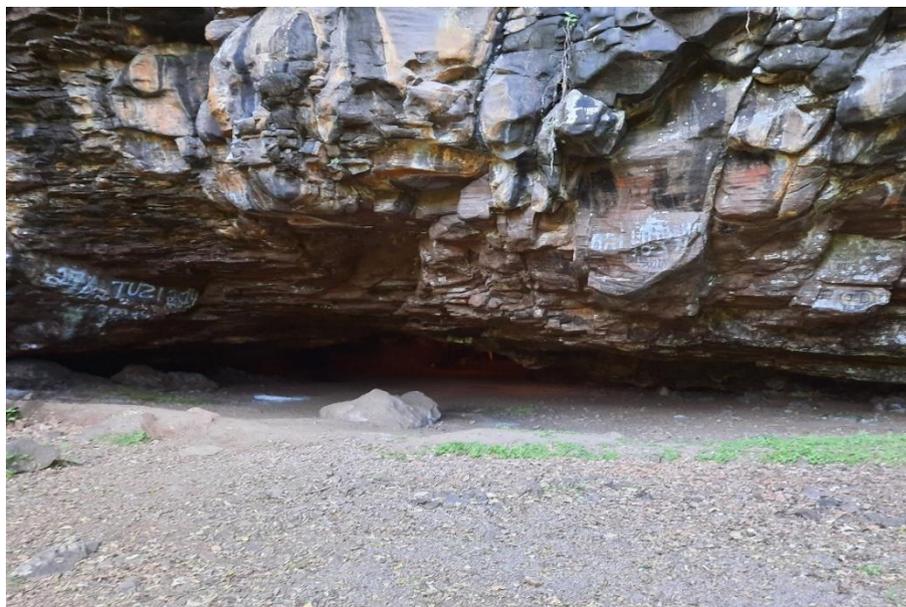
Na tentativa de conseguir informações sobre o paradeiro de Paco, a polícia utilizava os métodos mais torpes. O relato abaixo consta também, em outros dois depoimentos:

Pegaram ele e levaram e o tio Ernesto era operado da hemorroida, naquele tempo, não podia quase fazer nada. Levaram ele na costa do rio e tinha um paio lá, e o Paco tava em cima dum pedrão no meio do mato, enxergava tudo, se queria podia matá tudo, ele tinha medo de matá os cunhado. Pegaram ele [o Ernesto] fecharam dentro do barraco lá, tacaram fogo. ... quando que viram que tá se incendiando mesmo, não podia aguentar mais o fogo, pegaram ele, tiraram fora, deu um coice na bunda, báh! quase morreu (Hugo F., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1991, fita 1).

Para fugir da polícia, muitas vezes Paco precisou se esconder nas cavernas existentes nas barrancas dos rios das Antas e da Prata, e até no meio do mato. Em algumas ocasiões ele escapava por muito pouco da polícia: “uma vez ele tava não sei se perto de casa, onde veio

bastante polícia e cercou tudo, mas ele, deu tempo pra escapar” (Alice M., *In* LONDERO, Nova Roma do Sul, RS, 1990, fita 3).

Figura 30 – Gruta no interior de Veranópolis, RS



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Foram tantos os abusos e as perseguições cometidas pela polícia da época com os colonos – e não só com eles – que alguns, mesmo os que não tinham simpatia por Paco, se sentiam mais seguros com ele do que com os que o cercavam. No relato de uma filha de Paco, é mencionada a diferença de tratamento recebido por ocasião da chegada da polícia e da brigada: “mas eram da brigada aquela vez, e da brigada tinha respeito” (Sofia S., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 6).

A mesma conduta policial foi descrita por um de seus filhos: “a Brigada de Montenegro foi a que mais respeitô ... porque a municipal era pior que bandido, pior que banditismo, ... tudo vinha só prá comê, bebê e roubar” (Frederico S., *In* LONDERO, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 4).

Outro entrevistado cujo pai foi contemporâneo e amigo de Paco relatou as torturas sofridas pelos filhos – nesse sentido, todos os relatos se parecem: “... dizia que ia matá o pai dele, mas botava a corda e torcia, torcia, torcia que ficava a corda no osso, a corda parecia que ia afundá na cabeça, imagina a dor” (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

O mesmo colaborador narrou também outra tortura, dessa vez com o filho mais velho de Paco, Ramon: “pegaram ele, ataram uma corda no pescoço e ataram atrás do cavalo, levaram até lá em cima no Monte Claro, asso que umas três horas de a pé, os cara trotava de a cavalo e

ele tinha que corrê, mas fico com tudo pescoço tudo arranhado, quase custô o pescoço dele ...” (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Nos relatos dos familiares também é possível perceber a extensão das torturas sofridas, na intenção de descobrirem o paradeiro de Paco: nem a mãe escapava, “... davam soco de revólver na minha mãe, era um banditismo que nem sei, matava as galinha ...” (Sofia S., Veranópolis, RS, 1989, fita 6).

Durante os vários períodos em que Sanches esteve foragido, seus filhos lhe levavam comida em seus esconderijos, mas nem sempre se encontravam, pois “tinha duas ou três cavernas ... e os filhos, então, tinham que levar a comida num lugar ou no outro” (LUSA, 2010, p. 6). Informação parecida dá conta de que “se escondia embaixo do mato. Ele ficou no mato muitas noites, muitas vezes, sozinho. E os seus filhos lhe levavam comida lá. Ao meio-dia e também de noite. Dentro das cavernas, dormia lá. Eh, ele sofreu)” (Berta F., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 3).

É procedente o comentário de Lusa de que haveria duas ou três cavernas que Paco utilizava como esconderijo. Além da gruta em Monte Bérico, conhecida pelos locais como caverna indígena, havia outra que ficava nas terras da família Marini, que tinham parentesco com a família Sanches. A informação é de que “depois ele [Paco] onde que parava, tem gruta, toca assí, caverna grande, asso como essa casa, da pra virá um caminhon. ... É no mato bem longe, na terra do tio dele, do Marini” (Esposa de Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Em participação no curta gaúcho da RBS TV, outro filho, José Sanches, descreve que “agora me cortaram a cabeça sim, botaram a corrente agora na coisa ali, eu tinha quinze anos, quinze anos, dezesseis tinha ...” (12:36-12:46). No mesmo episódio, encontra-se o depoimento de Laudorina Sanches, cujo esposo era filho de Ramon, este, irmão do José e neto de Paco:

o nono Ramon contava que, porque o pai dele tava no mato escondido só tinha o encontro marcado de pegá a comida dele né, e quando ele voltava encontraram as polícia, a polícia queria que ele dissesse onde que tava, só que ele certeza onde tava não tinha né, sabia que tinha levado comida lá mas não sabia onde prá onde ele tinha ido, enton dali a polícia atô ele pro pescoço, ele e o irmon dele Joanim [João]... (12:13 até 12:35 min) [...] descalço, no forte calor do in ... do veron, com sede, fome, até perdeu até a unha do pé (12:47-12:55).

Outro filho de Paco, entrevistado por Márcia Londero, em 1991, comenta sobre uma das ocasiões em que foi torturado pela polícia, e afirma que foi salvo por um membro da Brigada de Montenegro, que chegou ao local, o que corrobora a fala anterior de sua irmã, quando essa afirmava que a brigada tinha mais respeito para com os familiares.

... que me arrouchou a cabeça foi o prefeito de Cotiporã, que era vice-prefeito, não era município, agora é município! Ele era vice-prefeito. Naquele tempo vice-prefeito era delegado também ... Ele era um homem gordo, sei que me abaixou a cabeça assim, me pegou, me arroucho ... e botou um pau dentro e começou a torcer, torcer, torcer a corda até que ela foi se espichando, fez um nó, e quando fez um nó cortou aqui assim e quando saiu sangue ... Então a polícia ligou ... não de Mon Montenegro disse: “Larga esse guri que ele não tem culpa! Mandou largar né? Então até pra ele, então ele puxou até o revólver, pra ele né? Então quando puxou o revólver, o outro, puxou o pauzinho me puxou devagarzinho, me largou aí eu ... (Frederico S., *In LONDERO*, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 7).

Em outro relato desse filho de Paco, acerca da reação da mãe às investidas da polícia em seus filhos, relata: “Ah ... [a mãe] não dizia nada ... a minha mãe socorria nós não é, ficava chorando de vez em quando, não é, sabe como é que é o negócio. Socorria, foi uma mulher de muita coragem, de muita coragem” (Frederico S., *In LONDERO*, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 7).

Eis, então, mais alguns pontos que estão enraizados na memória coletiva:

- Paco como instrumento utilizado pelos políticos para serem eleitos e manterem-se no poder, mesmo com a utilização de métodos não ortodoxos, e da polícia, conivente e incentivadora de seus atos.

- As torturas impostas pela polícia aos familiares, aos parentes, às mais diversas pessoas ligadas aos Sanches na tentativa de obtenção de informações sobre Paco.

Naqueles anos, a justiça se fazia de forma diferente. Os representantes da lei eram indicados pelos que exerciam cargos maiores, geralmente com a mesma ideologia política. Não havia nenhuma espécie de treinamento – de tiro, psicológico –, assim como não eram punidas as barbaridades cometidas pela polícia e pelos políticos. No caso da família de Paco, até onde se sabe, não houve nenhum pedido de desculpas pelas atrocidades executadas, menos ainda alguma indenização às esposas, aos filhos, tampouco alguma forma de repreensão ou punição aos torturadores envolvidos.

4.3.7 Famílias e casos extraconjugais

Por intermédio tanto do que foi escrito quanto do que foi relatado oralmente, é possível perceber que, para além de suas contravenções, roubos e assassinatos, havia outro motivo que fazia com que uma parte da população da região colonial desgostasse do modo de vida que Paco levava: a relação que tinha com as mulheres, sua fama de conquistador e libertino, que ia contra a sociedade monogâmica vigente na época.

Essa é uma parte inegável de sua vida, visto que há conhecimento de seu envolvimento com, no mínimo, quatro mulheres: a esposa, Maria; a cunhada, Adélia; Olímpia e Amália. De acordo com as fontes, no entanto, foram muitas mais, pois, se ele não aceitava ser contrariado em outras questões, era o mesmo o seu comportamento no que diz respeito aos relacionamentos afetivos.

Segundo a historiografia, a Paco não importava se a mulher na mira de seu espírito aventureiro a conquistador era solteira ou casada, ele “dava um jeito. Às vezes, ele ia lá e botava o marido pra fora, tomava o lugar dele. ... O maior ódio dos moradores daquela região lá, era por causa disso. Era rara a mulher que não tivesse tido relação com ele” (Lauro F., *In LONDERO*, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2).

Embora não haja registro de que Paco fosse violento com as mulheres, ao contrário, ele acumulou desafetos por causa delas. Um colaborador de Londero narra que o namoro com Maria, a esposa legítima, iniciou quando ela namorava outro rapaz:

Má o véio Largura, agora ele morreu lá em Bento também, e ele não gostava muito dele foi porque ele tava namorando a Maria e depois o Paco veio prá cima começaram lá e ela dexô do Largura e começô a namorá o Paco, e o outro fico com raiva” e continua que Paco dizia: “por causa que roubei a guria dele ássó que ficô com raiva de mim (Tomaz T., *In LONDERO*, Veranópolis, 1989, fita 2).

Na opinião de João Carlos Lusa (2010, p. 4), que morou vários anos na região, Sanches era um galanteador: “Paco era muito corajoso. Ele roubava moças, mas não de estuprar mulheres. Combinava, por exemplo, ‘moça, tu está contente de vir comigo?’. Ele ia com o cavalo e botava na garupa e levava embora a moça”.

Paco não tinha dificuldades em conquistar a confiança das moças do interior, pois era homem de boa aparência, bom de conversa. Segundo sua filha Angelina, ele era mesmo “namoradero, má era elas mesmo que ia atrás, ah era elas mesmo que ia atrás dele!” (ROCHA, 2003, 8:02-8:10).

Uma neta de Paco, cujo pai foi entrevistado em 1991, também relatou sobre a aparência do avô e seu envolvimento com as mulheres: “então tem que explicar que a moça, as moças saiam com ele, não porque eram obrigadas, mas porque queriam. Porque elas gostavam, olhavam pra ele, ele era um bonito homem, de bonita cor, então elas corriam atrás” (Frederico S. *In LONDERO*, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 2).

Outro morador da região declarou que “tinha mulheres e sustentava todas” e nomeia quais eram quatro as mulheres que tinham envolvimento com o Paco: “Adélia, irmã da mulher dele legítima [Maria], a Olímpia, ... e a outra Anderle [Amália], que roubô hoje aqui esta noite,

amanhã deu tiroteio, aquela ficou pouco com o Paco ... fora as outras” (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 5).

Sobre a relação com a cunhada, Adélia, o mesmo colaborador disse que Paco chegou a ter filhos com ela, “teve três, dois, três”, e não lembrava ao certo os nomes: “uma só, a mais velha me lembro, Carolina. Não, nem a mais velha, uma ... a Etelvina é parecida com a Mutuca, [neta de Paco e Maria]?” (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, 1989, fita 5).

Várias pessoas contam a história do envolvimento entre Paco e a cunhada: “primeiro de tudo ele pegou a irmã da própria mulher e teve filhos com essa cunhada dele” (SOTTILI, 1998, p. 127). O outro depoente, sobrinho de Paco, contou: “Juvenal nos relatou que além de Paco ter ‘roubado a tia’ e depois se casado com ela, ele também teve um caso com a cunhada, com quem também teve filhos. Além das duas irmãs, Paco ‘raptou a Olímpia’. A Olímpia não morava perto, mas as duas irmãs sim” (Idem, p. 126). Os filhos/as que teria tido com a cunhada não levaram o sobrenome Sanches, uma vez que a mesma, depois, teria casado e mudado para outra região.

Olímpia Fratini, companheira com quem teve três filhos, era de Nova Bassano, RS. Sottili (1998, p. 124) afirma que “o próprio... filho de Paco, Armando Santos, [...] declarou que seu pai havia ‘raptado a mãe’. A sua mãe era a terceira companheira de Paco”.

A última moça com quem Paco se envolveu chamava-se Amália Anderle. Ela não chegou a ser companheira dele porque, quando estavam viajando juntos, ocorreu o incidente em Monte Bérico – onde ficou ferida. Posteriormente, Amália casou com um rapaz da família Orso, com quem formou família.

O sobrinho de Paco, Juvenal França, foi perspicaz em seu depoimento sobre a razão de Paco ter tanta influência com as mulheres: “Para ele, as conquistas amorosas de Paco foram decorrentes das seguintes razões: ‘ele dizia que era solteiro; tinha conversa para mil; era jovem; sempre estava bem-vestido e com botas; mula bonita; dinheiro no bolso não faltava’” (SOTTILI, 1998, p. 126).

Realmente, parece que Paco era o que se poderia chamar de bom partido, não fosse o fato de ele ser casado e estar envolvido em diversas negociatas. Todavia, nada impediu, de acordo com as entrevistas, Paco de ser um bom pai, e tratar bem suas companheiras, visto ser consenso nos depoimentos que não lhes deixava faltar nada.

Quanto às mulheres, uma sabia da outra; não eram segredo para nenhuma delas os relacionamentos de Francisco Sanches. Lusa (2010, p. 7) declarou que “viviam em conjunto”. Em sua participação no curta-metragem *O Bandoleiro Paco*, Vagdemar Ramon declarou que

“todas elas sabiam da existência da outra, as três sabiam, e conviviam pacificamente né, e inclusive, ele como pai de família ãh é um excelente pai” (ROCHA, 2003, 7:49-8:01).

No mesmo filme, o Sr. Dionísio Pastore comenta sobre a esposa e a companheira de Paco. Referente à primeira, ele afirma: “... é uma mulher muito boa, paciente, ela não se incomodava, má ele não deixava faltá nada prá mulher própria, não é” (ROCHA, 2003, 8:20-8:29). Quanto a Olímpia, conta que “... ele pegô a mulhé em Nova Prata, na época era as Capoeira, ele levô, deixô ela lá no rio das Anta, tinha uma casinha lá, assim conta o pessoal daqui, não é, e lá ele teve três filho” (Idem, 2003, 8:10-8:14; 8:30-8:37).

Paco sempre foi dado a viagens, mesmo quando não era ainda perseguido. Os relatos dão conta de que saía e ficava bastante tempo ausente, depois retornava, permanecia mais um pouco região, e tornava a se ausentar. “Ele vivia aventuras. Mas fora disso, ele era bom chefe de família, tudo direito, ele ajudava a família, não deixava faltar nada ... tratava bem as crianças dele, ele só tinha essa, né, que saía muito” (Lauro F., *In* LONDERO, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2).

Depois que começou a ser procurado, a situação se modificou, porque era obrigado a se ausentar, e ver pessoas que lhe eram queridas sob pressão e tortura da polícia para que entregassem seu paradeiro. De todo modo, era sempre carinhoso com seus filhos,

Bom, meu sogro morava na Capela São Brás, em Cotiporã. ... contava pra nós assim, depois da janta, que ele tinha uma moça que ajudava ele a cuidar dos filhos, ele e a minha falecida sogra. ... e essa moça era filha do Paco, e chamavam ela de “Paquita”, e a Paquita morou muitos anos e ajudou a família ... Mas, uma coisa que sempre ficou gravada foi assim, que as vezes o Paco ia visitar a filha, embora o Paco muita gente tivesse medo e receio dele, com meu sogro não tinha esse problema, mas ele sempre tinha muito cuidado em ir lá visitá, prá não levá problema pra família do meu sogro, prá não pôr em risco a própria filha dele, porque muitas vezes ele era, ele se sentia perseguido, certo? Então as vezes ele encontrava o meu sogro no meio da roça, da colônia, ele chamava assim do mato, meu sogro ia lá e ele pedia se podia vê a Paquita, aí eles iam junto lá, ele inclusive às vezes, dormia na casa do meu sogro, jantava lá, e ia embora, mas tudo tranquilamente, numa base de amizade (Cláudia M, entrevista concedida à autora, Bento Gonçalves, RS, 2022).

Esse relato demonstra como Paco, mesmo correndo risco de ser encontrado, não deixava de ver a filha, por quem demonstra ternura e preocupação: “Isso é assim eu acho bem legal porque toda história que envolve o Paco, isso mostra que ele tinha sentimento, que ele tinha amor por essa filha, a Paquita” (Idem, 2022).

Os filhos também comentam a relação com Olímpia Fratini e os irmãos. A filha relata que o pai

colocou ela pro outro lado do rio ... e lá depois viveram, né? Ele vinha prá casa, ele levava mantimento de casa, minha mãe sempre concordou, coitada, porque ela adorava ele né? E ele era bom prá ela ...”, e prossegue ... “nós temo os irmão por parte de pai, mas ele sempre criô, ... ele deu toda assistência ... e nós gostava que nem se fosse irmão legítimo” (Sofia S., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 6).

Dois dos entrevistados no município de Veranópolis teceram comentários de que Olímpia teria problemas com alcoolismo: “... tinha a Olímpia que era uma lá de Nova Bassano ... a Olímpia sempre tchuca [bêbada]” (Hugo F., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1991, fita 1); “... Levô prá casa a mulher lá de Nova Bassano, uma mulher meio gorda, bonita, peituda, mas só que gostava de bebê, ela fazia o porre, sabe!” (Tomaz T., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

O filho de Paco, por sua vez, relatou que a Amália, “casô ainda com o namorado dela” (Frederico S., *In LONDERO*, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 5). Sobre Olímpia, comentou que o pai “gostava, ele tinha pena dos guris [os três filhos]” (Idem, 1991, fita 5), e que depois da morte de Paco, “ela se ajuntou com outro lá em Nova Bassano, com um moreno” (Idem, 1991, fita 5).

Sobre Adélia, sua tia, ele revelou que “a primeira foi aquela, depois a minha mãe” [...], “essa chegou a morar aqui, ali embaxo onde que tinha terra. Depois se casou com um empregado nosso ...” (Frederico S., *In LONDERO*, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 5), e que desconhecia como os filhos da Adélia estavam registrados: “Daqui se sumiu toda, mas uma era, é, tinha o instinto pior do meu pai, a mais nova. Aquela lograva qualquer viajante, ela trabalhava nos hotéis, ela lograva os viajantes” (Frederico S., *In LONDERO*, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 5).

Havia, na colônia, um consenso que gerava curiosidade e indignação dos moradores: dizia-se que Paco colocaria ao mesmo tempo, na sua cama, sua esposa e a outra companheira. “Botava ela [Olímpia] na cama junto, e ele dormia no meio, uma pra cada lado, enton a outra [a esposa, Maria], iê, iê, iê, brigava, ficava braba ...” (Tomaz T., *In LONDERO*, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Enfim, os casos amorosos de Paco – apesar de causarem estranheza – sempre foram de conhecimento de todos – família, parentes e vizinhos. As mulheres tinham conhecimento umas das outras, e os filhos, por sua vez, se conheciam e tinham bom relacionamento entre si, tornando os Sanches uma grande família, com membros em todo o país.

4.3.8 Emboscada e morte

O fim de Paco chegou cedo, no ano de 1931, quando ele tinha 41 anos de idade, por meio de uma emboscada próxima de sua casa, arquitetada por políticos, policiais e desafetos. A forma como sucedeu tornou a perda ainda mais triste para os familiares, que sofrem até hoje com a forma trágica do acontecido.

Sobre a morte, é vasta a literatura existente, muitas matérias jornalísticas foram publicadas a respeito. O assunto consta nos livros, na academia, e aparece também na fala dos entrevistados.

Nos relatos escritos, consta que Paco voltava de uma reunião na escola da comunidade, na qual tinha sido convencido a ir pelo compadre – que à época era inspetor de quarteirão –, que seguia a seu lado, a cavalo. Ao primeiro tiro, ele teria deixado Paco sozinho, alvo fácil para os atiradores que se escondiam atrás dos muros do cemitério: “Aí começou a ir pra casa os dois, Paco a pé, armado como eu te disse, e o comissário, o quarteirão a cavalo” [...]. “Francisco Tomasi, o apelido chamava “Chanchi” [...] por Francisco quase ninguém conhecia” (Abílio B., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 1).

No que se refere ao compadre de Paco que lhe acompanhava quando da emboscada, “o Paco só confiava num compadre. Só que esse compadre traiu o Paco e o incentivou a ir na reunião na Capela ...” (SOTTILI, 1998, p. 136).

Sobre a emboscada em si, consta que Paco, depois de caído, não teve nem tempo de reagir.

... tavam então descendo ... eu ouvi um tiro, “Pam”!, mas não vi ninguém ... lá é tudo escondido, tinha uma turma grande lá. ... o quarteirão saiu pro lado e o Paco começou a correr, ... na frente tinha uma um grupinho de mulher que ia pra casa da reunião né. Ele tentiou entrar no meio da turma. A gente calcula, porque ele não falou mais. Mas quando ele não deu para entrar na turma, deu outro tiro “pam, pam” acertou (Abílio B., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 1).

Essa fala sobre a morte de Paco é praticamente a mesma da narrativa de Fermino Bertoco, cuja família também reside na Linha Parreira Horta:

... e então eles tavam indo pra casa e o Paco a pé e o esse Chanche estava a cavalo, assim meu pai contava que ouviu um tiro pelo ar, o Chanche freio o cavalo que se assustô e o, e o Paco tentô correr, que na frente tinha umas quatro, cinco mulheres que também que tinham participado da reunião estavam indo prá casa né, ele tentou correr no meio das mulheres e nesse espaço levô um tiro e caiu (ROCHA, 2003, 13:33-14:07).

Em outra declaração, fica exposto que

quando que caiu, foi tiro e tiro, foi tanto tiro que parecia um taquaral, sabe quando se queima um mato de taquaral, era pá, pá, pá, pá, pá, pá, má disseram que [...] ficô uma penera ele, também a camisa ficô uma penera, non tinha mais nada que grudava, depois, veio a polícia e levarom ... (Tomaz T., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 2).

Em um dos depoimentos apresentados no curta-metragem dirigido por Rocha (2003), Joaquim Bertoco, residente na Linha Barros Cassal, informa: “Diz que o segundo tiro dirrubô ele a daí fizeram crível, mataram ele ma peneraram ele a bala, não se sabe quantos tiro que deram nele despois dele morto. Agora acho que foi abuso isso, porque depois de morto não precisava furá ele” (14:08-14:27).

Figura 31 – Paco em seu leito de morte



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (ESTADO DO RIO GRANDE, 27 fev. 1931, anno II, nº 415).

Segundo informações, a morte de Paco já vinha sendo tramada há tempo nas esferas políticas – e parece ter sido reforçada após a nomeação, em 1930, de Saul Irineu Farina para o cargo de prefeito municipal –, e com o apoio da polícia e de pessoas descontentes com Paco, foi posta em prática.

Sottili (1998, p. 135) afirma que uma de suas entrevistadas procedeu à seguinte narrativa acerca da morte de Francisco Sanches: “a emboscada foi planejada pelo prefeito Saul Farina”. Há quem diga que o prefeito não foi o responsável pela morte, mas há muitos indícios do contrário. O autor (1998, p. 134-135) acrescenta o depoimento de outro entrevistado, segundo

o qual “o Saul Farina que preparou o terreno para matar o Paco’ ... Moraes nos afirmou que Serafim Pioca estava presente na emboscada, fato este que foi confirmado pelo depoimento, já citado, se sua filha Carolina Peres”.

Um dos depoentes, que tem parentesco com o ex-prefeito Saul Farina, relatou que

todas as autoridades não só de Veranópolis, como de Nova Prata, Antônio Prado, Bento Gonçalves, tinham o Paco na lista para ser preso ... O Saul era um homem muito religioso, ... dois filhos dele se formaram padre até ... não era homem assim de vingança e tal. (Lauro F., *In* LONDERO, Porto Alegre, RS, 1990, fita 2).

Paco levou tantos tiros que até hoje não há um número exato da quantidade de balas que perfuraram o seu corpo. Os números variam. Alguns dizem 50, outros mais de 500, na reportagem do jornal Zero Hora em 05 de junho de 1988, 280 tiros, o que corrobora a premissa de que fatos da vida de Paco, acrescidos da intervenção da memória popular, podem ser tendência no que se refere à mitificação dele enquanto personagem: “O pai foi junto com os filhos e achei um absurdo matá na traição, depois que tivesse matado, deixasse o corpo né?, mas não, crivaram ele de bala” (Sofia S., *In* LONDERO, Veranópolis, RS, 1989, fita 6).

O relato do filho traz que foram utilizadas até as armas do pai:

Aí mataram e andaram dando tiro pro mato assim, foram descarregando ... tinha cinco quilos de bala, assim, no bernal dele” [...] “mas deram depois de morto, começaram tiro, tiro. O Chiocca atirou até nos meus pés, de atirá cascalho que eu não podia avançá, ... eu tentei ir prá frente ... (Frederico S., *In* LONDERO, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 4).

Outro conhecido da história de Paco afirmou: “... O Chiocca foi aquele que tava junto pra matar o Paco ... de Veranópolis, ... É, era o Chiocca, o Largura, e o Chanche esse foi convidar o Paco, lá em casa pra ir na reunião, foi que eu ouvi conversa né, dos velhos” (Júlio B., *In* LONDERO, Nova Roma do Sul, RS, 1990, fita 3).

Sobre o sepultamento de Paco, há várias versões; alguns declaram que tinha muita gente, outros que somente os familiares. Não há indícios suficientes para realmente saber como ele ocorreu. Uma colaboradora, ao falar a respeito para Sottili (1998, p. 136), limitou-se a comentar que “Eu não vi o Paco, mas dizem que não sobrou um osso inteiro dos tiros que ele levou”. Para essa, “Paco era um bandido, ... mas se fez assim por causa das autoridades. Todo mundo dizia que se tivessem dado um corretivo logo ele não se fazia assim” (SOTTILI, 1998, p. 118).

Não é comum ouvir nos relatos, e nem ver na historiografia, questionamentos quanto à forma como procedeu, no cumprimento de suas funções, o compadre e parceiro de Paco, o então delegado Octacílio Vaz; somente aparecem as ações de Sanches.

Quanto à emboscada, essa foi realmente muito bem planejada, pois até hoje o que existem são suspeitas, comentários. Ainda não é possível afirmar da arma de quem saiu o tiro que colocou fim à vida de Paco. De acordo com um dos que colaboraram concedendo entrevistas a Londero, “é, eles fizeram pra ninguém ficar com a culpa, atiraram todos juntos, ninguém matou ele, foram todos” (Lauro F., Porto Alegre, RS, 1990, fita 2).

Ao que representa, a família não tinha sossego quando Sanches era vivo, e parece que nem depois de sua morte foi deixada em paz. Nas palavras do filho, depois da morte do pai, os dois irmãos mais velhos já não estavam mais em casa, venderam as terras na Pompéia, “porque não dava pra viver com o pessoal que, que mataram o meu pai, fazia tudo que era desaforo, tudo” (Frederico S., *In LONDERO*, Bento Gonçalves, RS, 1991, fita 4).

O presente estudo possui ainda mais relevância se pensado como um instrumento para manter viva e perpetuar a história de Paco, por meio das memórias, fazendo as lembranças superarem os ocultamentos, pois o que não é compartilhado pela sociedade tende a cair no esquecimento, mesmo na atualidade, com o advento da internet e de toda gama de mídias digitais, que são potentes sistemas de armazenamento de dados.

Os acontecimentos do passado e do presente são continuamente narrados pelos indivíduos, porém, a forma como cada um interpreta esse fato é que difere e, ao mesmo tempo, que suscita diferentes representações do passado. Essas novas interpretações, esse emaranhado de opiniões divergentes entre si, podem fazer surgir, a partir de uma possível mitificação de Paco, um novo personagem, construído segundo as informações oriundas da memória, uma vez que “o mito, em si mesmo, não é uma garantia de ‘bondade’ nem de moral” (ELIADE, 2006, p. 128), é apenas algo que transcende o físico, para ocupar o imaginário, o fantástico.

Por fim, por Paco ser um personagem da história regional objeto de vários estudos e publicações, e por se manter presente na memória coletiva, é possível afirmar que sua morte, utilizando as palavras de Mello (2019) o aproximaria à condição de “... um mito em vida, que a morte não fez senão ampliar”. Novos estudos, com novos olhares, virão, e perpetuarão sua presença na história e na memória da região.

5 EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA

Foi com o intuito de atender à exigência de uma proposta de trabalho dos mestrandos profissionais que surgiu a ideia de materialização dessa pesquisa no formato de uma exposição museológica e, para tal, foram realizadas leituras que contribuíram como aporte teórico para a escolha da forma como foi realizada essa experiência prática, sua concepção e organização, de acordo com o tema escolhido, o local, recursos e materiais disponíveis.

É fundamental ressaltar que essa não é a primeira exposição cujo tema está centrado na trajetória de vida de Paco. De acordo com a página da Prefeitura Municipal de Veranópolis no Facebook⁵⁰, no ano de 2013, foi realizada, no Museu Municipal, uma exposição de curta duração, denominada *Paco: estratégias de sobrevivência*, que ficou aberta à visitação no período de 09 de abril a 09 de maio de 2013, no hall de entrada da Casa de Cultura Frei Rovílio Costa.

A mesma era composta de diversos materiais, como documentos, fotografias e textos e, além da Prefeitura Municipal de Veranópolis, de acordo com informações obtidas junto ao Museu Municipal, essa primeira exposição sobre Paco também foi divulgada na imprensa, nos Jornais O Estafeta, Gazeta Veranense, Panorama Regional – atual jornal O Longevolo – de Veranópolis, e Pioneiro, de Caxias do Sul. Abaixo, uma imagem dessa exposição:

⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100064322277140/search/?q=sanches>. Acesso em: 07 set. 2022.

Figura 32 – Exposição “Paco: estratégias de sobrevivência”



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Veranópolis (2013).

Antes, porém, de tratar da exposição propriamente dita, é pertinente que se esclareça o significado de alguns termos relevantes e diretamente relacionados com a mesma que, por si só, já dão ideia da complexidade desse tipo de trabalho, entre esses, Curadoria e Museu, o primeiro como atividade organizacional, e o segundo como local, instituição. Ademais, também é importante conhecer a história do Museu Municipal do município de Veranópolis, RS, local onde a exposição foi efetivamente concebida e realizada.

5.1 CURADORIA/CURADOR

O termo curadoria tem sua origem no latim, e significa ‘*curare*’, que seria, em outras palavras, cuidar, ter a tutela, proteger. A palavra curadoria possui vários significados, mas o que interessa, nesse estudo, é o que a entende como a função, ofício de quem trabalha como curador, seja em museus, galerias escolas, fundações, centros culturais ou quaisquer outros locais que necessitem de seus serviços.

De acordo com Pereira (2018), “a curadoria diz respeito à primeira etapa de uma exposição”, porém, mesmo que muitas pessoas não façam ideia do que seja uma curadoria, ou o que faz um curador, este não é um ofício tão recente. Para Ramos (2010, p. 11), “... a curadoria é um ofício antigo, mas uma profissão relativamente nova”.

Sobre os conceitos de curadoria vigentes, Corrêa e Bertocchi (2012, p. 29) escrevem que

vinculam-se à ação humana e, ampliadas para qualquer contexto social, referem-se sobremaneira às atividades de seleção, organização e apresentação de algo a partir de algum critério inerente ao indivíduo curador. Mais adiante nessa evolução conceitual vemos o termo vinculado à atividade de mediação, qual seja, de um especialista que executa conexões entre grupos, públicos, pessoas com propostas, objetos, exposições ordenadas a partir de “modelos de ordem” definidos pelo mediador (aqui curador).

O curador, enfim, é um profissional de muitas responsabilidades, e deve ter conhecimentos em diversas áreas devido à amplitude de suas funções: é ele quem se preocupa tanto com a aquisição, quanto com a manutenção e exposição do acervo, organiza e divulga exposições, contrata profissionais temporários ou permanentes, cuida da logística, segurança etc., sempre buscando o melhor resultado e alcance para suas produções.

Em muitos casos, o processo de curadoria envolve mais de um responsável. No caso específico da exposição sobre Paco Sanches – assunto que será tratado mais adiante –, a curadoria é um trabalho compartilhado com o coordenador da instituição – Museu Municipal de Veranópolis – e também historiador, Bernardo Lucchini Bisatto.

5.2 MUSEUS

A história demonstra que os museus são mais antigos do que se pode imaginar. Muito antes de Cristo, haveria vários deles, inclusive nas antigas civilizações, como a egípcia e a mesopotâmia, por exemplo. De acordo com Bazin (1969 apud VEIGA, 2013, p. 14), “as tumbas repletas de tesouros egípcios [são] como verdadeiros museus funerários”.

Conceituar o termo Museu não é uma tarefa fácil, visto a grande quantidade de significados a ele atribuída. Cada autor enfatiza um sentido dessa palavra, e não há uma uniformidade conceitual. Existem diversos tipos de museus, subdivididos em diversas categorias: públicos e privados, museus presenciais ou virtuais⁵¹, museus históricos, científicos, naturais, ecomuseus, museus arqueológicos etc., mas todos possuem em comum uma função social e interdisciplinar, que é a de proporcionar educação, conhecimento e cultura aos indivíduos.

Vários autores, cada um a seu modo, já conceituaram a palavra museu; de acordo com Cunha (2005, p. 37), “... os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais”.

⁵¹ Existem diversos tipos de Museus considerados Virtuais: museu on-line, museu eletrônico, hipermuseu, museu digital, cibermuseu, Web museu (CARVALHO, 2005, p. 86).

A palavra Museu remete, também, à ideia de coleta, guarda e manutenção de objetos produzidos pelas sociedades no tempo e considerados de relevância histórica. Em outras palavras, relaciona-se com a memória coletiva dessas sociedades, pois os museus são, sem dúvida, locais de memória. Nesse sentido, Candau (2012, p. 162) descreve que “museus e ecomuseus são instituições organizadoras das ‘práticas de memória’”.

De acordo com Veiga (2013, p. 29), O ICOM⁵² – Conselho Internacional de Museus, em 2010, por sua vez, sintetizou a definição do conceito de Museu da seguinte forma:

Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes.

Segundo a mesma organização – ICOM –, durante a 26^a Conferência Geral, realizada em Praga, capital da República Tcheca, no período de 20 a 28 de agosto de 2022, cujo tema foi o ‘Poder dos Museus’, a definição de Museu foi atualizada, incluindo a participação das comunidades como fomentadoras de cultura e conhecimento. Dessa forma, o conceito de museu ficou assim concebido:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2022).

Na atualidade, os museus têm a seu dispor várias ferramentas que auxiliam e facilitam o cumprimento de seus objetivos. São as novas tecnologias, os recursos tecnológicos que aproximam os museus de seu público, proporcionando maior visibilidade ao trabalho museal e participação pública. As tecnologias digitais, muitas vezes, reduzem custos e também são muito úteis na conservação e manutenção do acervo dos museus.

A exposição é a forma mais conhecida de comunicação entre o museu e o seu público, porém, não é a única. Para atingir seus objetivos de difusão cultural, os museus ainda promovem – de acordo com suas condições estruturais ou financeiras – outras atividades de interação com

⁵² ICOM – International Council of Museums. Criado em 1946, o ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=4. Acesso em: 29 jun. 2022.

os públicos das mais diversas faixas etárias, como palestras e bate-papos, eventos musicais, oficinas, cursos, contação de histórias etc.

Os museus atuam também como lugares de lazer e fomentadores do turismo, angariando divisas para os municípios onde estão inseridos, pois, por meio de suas exposições e atividades – mesmo que gratuitas –, chamam atenção de visitantes tanto das proximidades como de locais diversos e mais distantes, que se sentem interessados em conhecer o museu, suas instalações, suas exposições e trabalhos afins, movimentando a economia nas sedes e arredores.

5.3 MUSEU MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS

O Museu Municipal de Veranópolis – MUMVER –, assim como a Secretaria Municipal de Cultura, o Salão Nobre Silvio Pellico e a sala Matilde C. Cagliari, destinada a oficinas, faz parte do prédio da Casa de Cultura Frei Rovílio Costa, localizado no centro da cidade de Veranópolis. As informações que constam no site oficial da Prefeitura Municipal dão conta de que o prédio foi construído na década de 1940, pelo arquiteto Vitorino Zani, e foi o primeiro bem cultural a ser tombado como Patrimônio Cultural, através do Decreto Executivo nº 3.856, de 05 de julho de 2005.

O edifício que possui 1,5 mil m², foi adquirido pela Prefeitura Municipal na década de 1990, devido à sua relevância para a cidade, pois, além da beleza do conjunto arquitetônico, foi sede da antiga Sociedade Alfredochavense, que foi, por muitas décadas, local de referência para a realização dos principais eventos políticos e sociais ocorridos no município. Na figura a seguir, é possível visualizar a imagem da fachada atual do prédio.

Figura 33 – Fachada atual da Casa de Cultura Frei Rovílio Costa, Veranópolis, RS



Fonte: Página do Facebook (Disponível em: <https://www.facebook.com/museuvera/photos/195008559354569>. Acesso em: 28 ago. 2022).

O Museu Municipal⁵³, por sua vez, iniciou suas atividades – com a coleta de materiais – no ano de 1998, mas foi criado oficialmente somente em 22 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto Executivo nº 4.105, como sendo uma instituição pública de memória e representação da comunidade veranense, e subordinado ao Departamento de Cultura, sendo mantido pela Secretaria de Turismo e Cultura, cuja atual Secretária é Diana Alessio Tomiello.

O Plano Museológico do Museu, concebido para o período dos anos de 2021 a 2026, definiu, entre outros, a Missão⁵⁴, a Visão e os Valores do Museu. Foram delineados, também, 11 programas – ou áreas de trabalho –, a saber: Programa de acessibilidade universal, socioambiental, comunicação, financiamento e fomento, segurança, arquitetônico e urbanístico, pesquisa, educativo e cultural, de exposições, de acervos, e institucional e gestão de pessoas.

⁵³ De acordo com o Plano Museológico, o Museu Municipal de Veranópolis está inscrito no Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) e no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) sob o código 8.31.96.5733 e Nº SNIIC ES-8687.

⁵⁴ Missão do MumVer: “Valorizar, preservar e divulgar as memórias dos processos histórico-culturais constitutivos do Município de Veranópolis, promovendo a construção das identidades veranenses através do reconhecimento de sua história e de sua importância no cenário estadual e nacional, dando ênfase no diálogo com o público através de atividades educativo-culturais que dinamizam as relações sociais”. Disponível em: <http://www.veranopolis.rs.gov.br/secretarias/28/turismo-e-cultura/271/museu-municipal-de-veranopolis-mumver>. Acesso em: 27 ago. 2022.

A Política de Acervos⁵⁵ foi elaborada pela Comissão de Acervos⁵⁶ no ano de 2021, para o período subsequente de 2022 a 2026. Grande parte do acervo foi recebido através de doações da comunidade, e é composto por mobiliários, ferramentas, objetos sacros, utensílios domésticos, indumentárias, objetos de comunicação, objetos arqueológicos e etnográficos, fotografias, documentos, livros, entre outros (POLÍTICA DE ACERVOS, 2021, p. 8).

O acervo engloba coleções biográficas, compostas por acervos museológicos, documentais e bibliográficos, como a do artista José Lewgoy; do intelectual e frade capuchinho Rovílio Costa; do empreendedor e industriário Fiorindo Dalla Coletta; do fotógrafo Elígio Parise; da advogada e política Zenaide Boff; do político e tabelião Saul da Silva Santos (POLÍTICA DE ACERVOS, 2021, p. 8).

De acordo com a política de trabalho estabelecida e mesmo estando as dependências do museu fechadas para reformas, o MumVer está em contínua busca de contato e relacionamento com a comunidade através das redes sociais e, desde 2021, possui, além de e-mail, página no Instagram e no Facebook. Nesse ano foi lançada, também, a nova logomarca, imagem do Museu, reproduzida abaixo.

Figura 34 – Logo do Museu Municipal de Veranópolis



Fonte: Página do Facebook (Disponível em: <https://www.facebook.com/museuvera/photos/a.102310085291084/115775867277839/>. Acesso em: 28 ago. 2022).

⁵⁵ A Política de Acervos do MUMVER está disponível para download no site <http://www.veranopolis.rs.gov.br/secretarias/28/turismo-e-cultura/271/museu-municipal-de-veranopolis-mumver>.

⁵⁶ Segundo a Política de Acervos de 2021, a Comissão de Acervos é composta pelos seguintes membros: Bernardo Luchini Bisatto, Emerson Roni Sartori, Gisele Martins da Cunha, Joanna Peruffo e Sandra Benedetti.

Nessa perspectiva de aproximação com a sociedade, o Museu elencou diversas ações e projetos, presenciais e virtuais. Uma dessas ações, inserida na 19ª Semana Nacional de Museus do ano de 2021, a exposição virtual “Memórias e Perspectivas”, retrata boa parte da história do Museu, e está disponível para acesso livre no link <http://sway.office.com/YuivgpAFYRYFtUjn>.

A interação com o público na plataforma do Facebook, por exemplo, consta de diversas publicações, como os posts chamados de “Dica do Mumver”, onde são apresentadas sugestões de leituras, produções culturais, séries, filmes, teatro etc. Já nos posts da linha “Por dentro do Acervo”, são divulgadas imagens de objetos constituintes do acervo, e sua história, significado e função.

Outra forma de interação são os textos publicados toda a sexta-feira na página do Facebook, denominados “Sextou”. Por meio de imagens e textos, são abordados temas como cultura, patrimônio, ofícios, personalidades, curiosidades etc. Nesse espaço, também são divulgadas as atividades museais, como as exposições realizadas nas dependências da instituição.

A exposição, assunto do próximo tópico, que teve sua abertura em 20 de junho de 2022, e permaneceu aberta para visitação pública até 16 de dezembro de 2022, denominada “Paco: atuação, representação & memória”, tem como assunto principal o ex-morador do município, Francisco Sanches Filho, conhecido popularmente como Paco que, através de sua história, se mantém vivo na memória regional.

5.4 EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA: “PACO: ATUAÇÃO, REPRESENTAÇÃO & MEMÓRIA”

A primeira ideia sobre uma exposição cujo tema seria Paco partiu por ocasião de uma visita para pesquisa de estudos realizada pela autora da dissertação, e foi uma sugestão/convite feita/o pelo coordenador do Museu, Bernardo Luchini Bisatto, ao que a proposta foi aceita na condição de ser realizada após o término do mestrado em curso. Porém, algum tempo depois, pensando em um produto final para o mestrado profissional em História, a professora e orientadora, Eliana Gasparini Xerri, sugeriu uma exposição museal, o que veio de encontro à sugestão recebida anteriormente.

Em contato com a coordenação do Museu Municipal de Veranópolis, via e-mail, a ideia foi acatada e levada para aprovação pela Secretária de Turismo e Cultura do município – Diana Alessio Tomiello –, que também concedeu o aval para o projeto. Nascia, dessa forma, uma

exposição, cujo protagonista seria Francisco Sanches Filho, o Paco, indivíduo cuja história se mistura à história do município e da região.

A escolha do Museu Municipal de Veranópolis para sediar a exposição deu-se, primeiramente, pelo fato de, no mesmo, haver bom material sobre o personagem – inclusive alguns itens, como um revólver e uma imagem de Nossa Senhora, que foram doados por um de seus filhos –, seguido pela sugestão e aceitação quanto à realização da exposição, e, pelo fato de Paco – apesar de nascido em Bento Gonçalves –, ser conhecido no município, onde viveu e atuou por muito tempo, ou seja, seus anos finais de vida, até sua morte, o que também justifica a importância da localização espacial desse projeto museal.

Definido o local, passou-se ao planejamento da exposição propriamente dito, sendo que, para tal, não foi seguido nenhum roteiro preestabelecido, mas, sim, pensado no sentido de ser um acontecimento único. Foi elaborada a proposta conceitual, realizada a análise de materiais disponíveis, além do estabelecimento dos objetivos, da organização e concepção do espaço a ser utilizado, estimativa orçamentária, questões administrativas e legais etc.

Um evento desse tipo não acontece pelo trabalho de uma ou duas pessoas; é necessário o trabalho em equipe, o envolvimento e cooperação de vários setores. No contexto da exposição em questão, os curadores obtiveram o auxílio de diversos profissionais⁵⁷ que foram fundamentais na operacionalização desse projeto.

Em razão de o Museu estar fechado para reformas e readequação de suas instalações, há apenas uma sala disponível no momento, para ser utilizada como espaço expositivo, a qual fica no hall de entrada do prédio, ao lado direito da porta de entrada. Possui boa visibilidade, e suas medidas são de 6,9 m de comprimento, 4,4 m de largura e 3,5 m de altura, totalizando uma área de 30,36 m². É necessário subir dois degraus para acessá-la. A sala possui ainda quatro colunas, duas ao lado direito e duas ao lado esquerdo, medindo 2,70 m de altura, conforme imagem a seguir.

⁵⁷ Diana Alessio Tomiello, Eduarda Sartori Tarigo, Gerusa Bondan, Gisele Martins da Cunha, Idevania Rossato Sachini, Jussara Andrade, Natasha S. Martini e Tatiane Pelegrini.

Figura 35 – Aspecto geral da sala utilizada para exposição



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Veranópolis.

Houve também a preocupação com a segurança no espaço, tanto em relação aos objetos expostos, quanto dos visitantes. Para tanto, apesar das limitações oriundas da condição temporária devido às reformas em curso, a sala da exposição conta com alguns dispositivos de segurança, como vídeo de monitoramento por câmeras e extintores de incêndio. Outro aspecto de importância para a manutenção do acervo, que seria o controle de temperatura e umidade, infelizmente ainda não está à disposição para utilização.

A exposição foi concebida como sendo temporária⁵⁸, pois será eventualmente substituída por outra, e de média duração, o que significa dizer que ficará aberta à visitação por um período predeterminado – nesse caso, de junho a dezembro de 2022 –, espaço de tempo considerado mediano em museologia.

Após definidos os parâmetros para a realização da exposição, onde se buscou utilizar materiais como expositores e painéis já existentes no museu com o objetivo de baratear os custos, foi elaborado um plano de trabalho, que foi enviado ao Poder Executivo para aprovação. Aprovado, o Projeto de Lei nº 250⁵⁹, de 11 de maio de 2022, foi encaminhado ao Legislativo

⁵⁸ O museu precisa comunicar-se, e o meio mais eficaz de realizá-lo é por meio das exposições. Além das permanentes, cabe a inclusão das *exposições temporárias* – que dão vitalidade e atraem novos e costumeiros visitantes, bem como *exposições itinerárias* –, que democratizam e ampliam o acesso dos usuários, além de divulgar as coleções intramuros (VEIGA, 2013, p. 59).

⁵⁹ Ver Anexo VII.

que, após a apreciação em plenário, foi enviado às Comissões de Constituição e Justiça⁶⁰ e de Finanças, Orçamentos e Contas⁶¹, ambas deferindo a solicitação.

Paralelamente à exposição, o Museu Municipal de Veranópolis realizou, nos dias 08 e 23 de outubro de 2022⁶², um passeio de cunho histórico-turístico denominado *Trajetos Controversos: caminhos e descaminhos de Paco*, onde as pessoas inscritas foram conduzidas em veículos pelo guia turístico Toni Formaiari e filho, com contextualizações históricas de Bernardo L. Bisatto e Cristiane B. Rampazzo, que relacionaram cada local visitado à trajetória de Francisco Sanches Filho. O roteiro incluiu paradas na localidade chamada Passo Velho – onde antigamente havia a balsa –, caverna indígena, nas comunidades de N. Sra. dos Navegantes, Lajeadinho, N. Sra. do Monte Bérico e N. Sra. de Pompeia, e no Pico de Monte Claro, local onde é possível ter uma visão em 360° do vale do Rio das Antas, que foi cenário de muitas passagens envolvendo Paco.

Figura 36 – Card de divulgação do passeio turístico *Trajetos controversos: caminhos e descaminhos de Paco*



Fonte: Museu Municipal de Veranópolis (Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=462882085865863&set=a.344211337732939>).

O tema central da mostra é a trajetória de Francisco Sanches Filho, o Paco, o que levou – depois da análise de várias opções – à escolha de um título para a exposição que abrangesse a maior parte possível de sua história de vida, assim como as relações mantidas com diversos segmentos da sociedade da época, ficando o mesmo estabelecido como *Paco: atuação, representação & memória*. Dessa forma, apesar de haver um painel onde há informações sobre suas origens, maiores particularidades sobre sua vida pessoal cederam espaço a outros temas

⁶⁰ Ver Anexo VIII.

⁶¹ Ver Anexo IX.

⁶² A data prevista para o segundo passeio foi transferida do dia 15 para o dia 23 de outubro de 2022, devido a problemas climáticos.

mais alinhados com os objetivos da mostra, como sua religiosidade, sua representação na imprensa, e seus relacionamentos com a política da época.

A referida exposição tem como objetivo principal promover o conhecimento, a reflexão, e a problematização da história do município de Veranópolis, com interfaces à biografia de Paco, suas representações sociais e as interpretações de sua trajetória, no passado e no presente, oferecendo uma nova possibilidade de leitura de sua atuação na região.

Outra finalidade atribuída a essa expografia é a de contribuir para o cumprimento da missão e visão da instituição museal, por meio da divulgação de seu acervo, da promoção de atividades educativas e culturais que dinamizem as relações do museu com seus públicos, do intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa, do acesso ao conhecimento e à informação, e divulgação da história local e regional.

O público que os museus buscam alcançar é amplo e irrestrito, porém, se em estabelecimentos comerciais e industriais esse público é chamado como cliente, nos museus, por sua vez, esse contingente leva a denominação de visitante, e são esses que se procura cativar com os projetos museológicos. De acordo com Cunha (2005, p. 43), “... conceber e montar uma exposição significa construir e oferecer uma experiência para o público”.

Devido aos múltiplos pontos de vista dos visitantes sobre os assuntos elencados, e sendo evidente que cada exposição se dirige a um tipo de público em especial – adulto, infantil, acadêmico, religioso etc. –, há estratégias gerais que podem ser usadas para captar o interesse dos indivíduos, como, por exemplo, a utilização de imagens fotográficas, pois nem todas as pessoas se detêm às informações escritas, atendo-se aos dados apresentados visualmente.

Nesse sentido, outra estratégia utilizada, no caso dos textos, e essa foi uma das preocupações dessa exposição, diz respeito à constituição de uma linguagem acessível, cumprindo sua função explicativa/esclarecedora, sendo interessante e não muito longa. Dessa forma, pode-se informar sem cansar, ou seja, alcançar o público visitante, que é um dos objetivos de qualquer atividade desse tipo. Nesse sentido, conforme Veiga (2013, p. 170), “garantir o público é assegurar a função social do museu, bem como a sua sustentabilidade e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio cultural em longo prazo”.

Ao realizar o inventário dos recursos disponíveis para utilização, verificou-se a existência de algumas fotografias, matérias divulgadas na imprensa da época de vida de Paco e atuais, certidões cartoriais, livros, trabalhos acadêmicos, alguns objetos, entre outros. Devido à limitação do espaço físico, foi necessário selecionar os materiais a serem utilizados, o que foi feito de acordo com os objetivos da exposição, visando proporcionar uma experiência atrativa e, ao mesmo tempo, educadora.

No que se refere ao design geral da mostra, este foi pensado de forma a propiciar uma boa experiência aos visitantes, de forma que tamanho e tipo da fonte dos textos e a inserção desses elementos com as imagens foram realizados pelos curadores com o auxílio de uma profissional do design gráfico. Já as cores utilizadas nos painéis e folders foram escolhidas pelos curadores, visando retratar um pouco da personalidade do protagonista – que era uma pessoa forte e valente –, além de proporcionar um equilíbrio visual ao espaço.

Figura 37 – Folder da Exposição Paco: atuação, representação & memória – parte externa

Realização

Waldemar De Carli – Prefeito de Veranópolis
 Diana Alessio Tomiello – Secretária de Turismo e Cultura
 Idevania Rossato Sachini – Coordenadora da Casa da Cultura Frei Rovillo Costa
 Bernardo Luchini Bisatto – Coordenador do MUMVER
 Roberto Radünz – Coordenador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Caxias do Sul

Produção

Bernardo Luchini Bisatto – Curadoria
 Cristiane Bondan Rampazzo – Curadoria e Pesquisa
 Eliana Gasparini Xerri – Curadoria
 Eduarda Sartori Tarigo – Design
 Gerusa Bondan – Revisão Textual
 Gisele Martins da Cunha – Revisão
 Tatiane Pelegrini – Administrativo

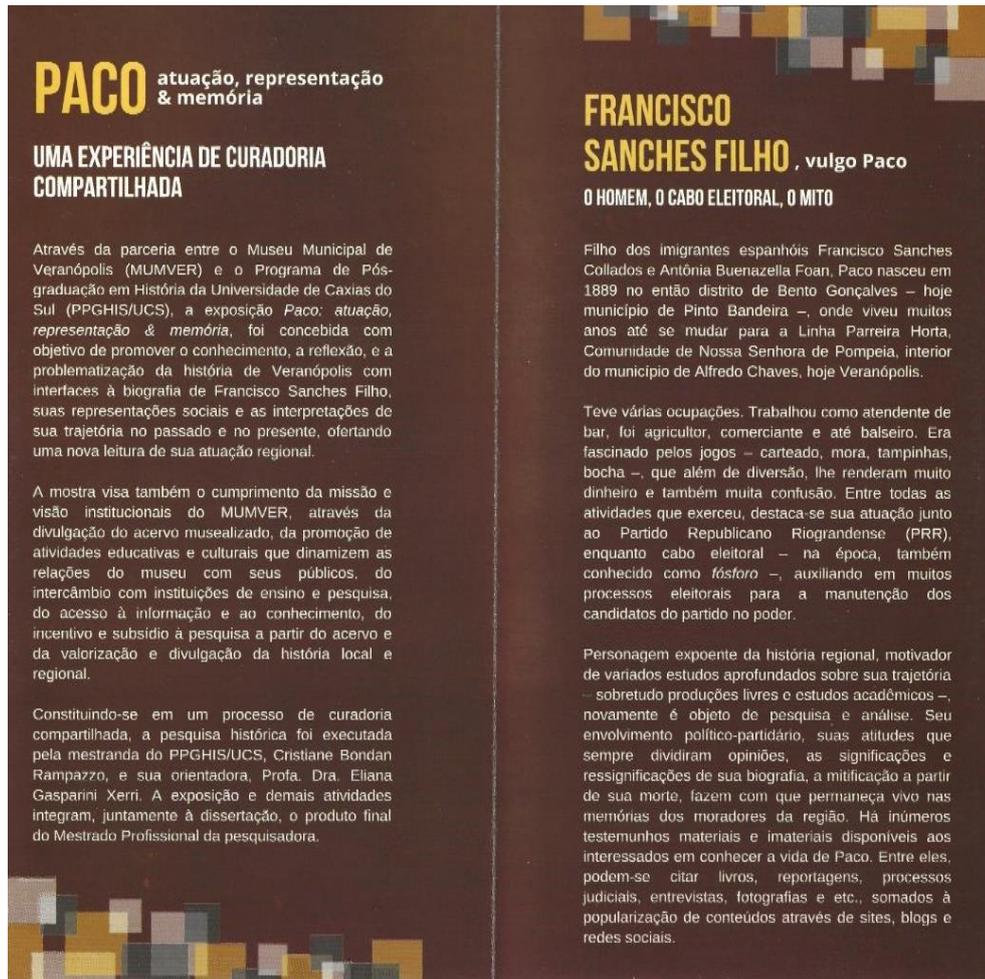
Rua Carlos Barbosa, 55 - Centro, Veranópolis (54) 3441-4416
 mumver@veranopolis.rs.gov.br @museuvera

PACO
 atuação, representação & memória

Municipal de Veranópolis
 Prefeitura de Veranópolis
 MUMVER
 Museu Municipal de Veranópolis
 UCS
 UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
 INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Fonte: Museu Municipal de Veranópolis.

Figura 38 – Folder da Exposição Paco: atuação, representação & memória – parte interna



Fonte: Museu Municipal de Veranópolis.

No quesito iluminação, a sala utilizada possui somente iluminação fixa na parte superior, não havendo nenhum tipo de luminária nas paredes laterais, sendo possível tão somente o direcionamento dessas lâmpadas superiores para os pontos onde a luz seja mais importante, conforme Figura 39.

Figura 39 – Iluminação da sala de exposições no MumVer

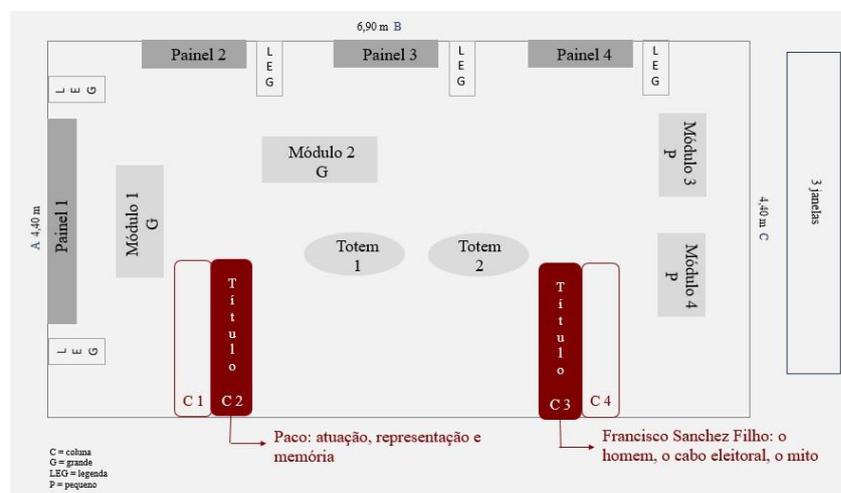


Fonte: Acervo pessoal da autora.

Todos os serviços em que foi necessária a utilização de serviços externos deram-se por meio de licitação, como a confecção dos folders de divulgação, por exemplo. As imagens foram feitas em adesivos que foram colocados nos painéis das paredes e nos tótems. Essa instalação ficou a cargo da empresa vencedora da licitação realizada para execução desse serviço. Os painéis foram fixados nas paredes a uma altura de 90 cm do chão, a fim de facilitar a visualização e a leitura, ficando na altura média do olhar do expectador.

A disposição do mobiliário expositivo buscou proporcionar um dinamismo expográfico, ou seja, facilitar a circulação do público por entre os tótems e móveis, além da dupla possibilidade de início da exposição, ou seja, o acesso tanto pelo lado direito quanto pelo esquerdo, sendo que é possível a visualização, sem prejuízo, do entendimento da mesma. Abaixo, imagem descritiva da distribuição dos módulos e painéis.

Figura 40 – Layout expositivo



Fonte: Elaborado por Gerusa Bondan a pedido da autora (2022).

Foram utilizados os seguintes mobiliários: três painéis medindo 1 m de altura x 1,50 m de largura, quatro painéis de 1 m de altura x 2 m de largura, totalizando 2 m de altura x 4 m de largura; dois tótems medindo 1,60 m de altura x 0,70 m de largura; dois módulos expositivos pequenos medindo 75 cm de altura x 62 cm de largura x 62 cm de profundidade, e com o vidro, 1,45 cm de altura; além de dois módulos expositivos grandes medindo 60 cm de altura x 1,15 m de largura x 67 cm de profundidade, e com o vidro, 1 m de altura.

Em complemento à organização do mobiliário na sala expositiva, convém informar que, ao lado de cada painel, há um display transparente, onde estão explicadas cada imagem, bem como a indicação da origem da mesma. Nos módulos expositivos, os mostradores – em tamanho menor e não de parede, mas de mesa – estão junto com os objetos no interior daqueles, com as informações referentes aos objetos e suas procedências. Na imagem abaixo, é possível visualizar a exposição pronta para visitação.

Figura 41 – Visão geral da exposição “Paco: atuação, representação & memória



Fonte: Acervo pessoal da autora.

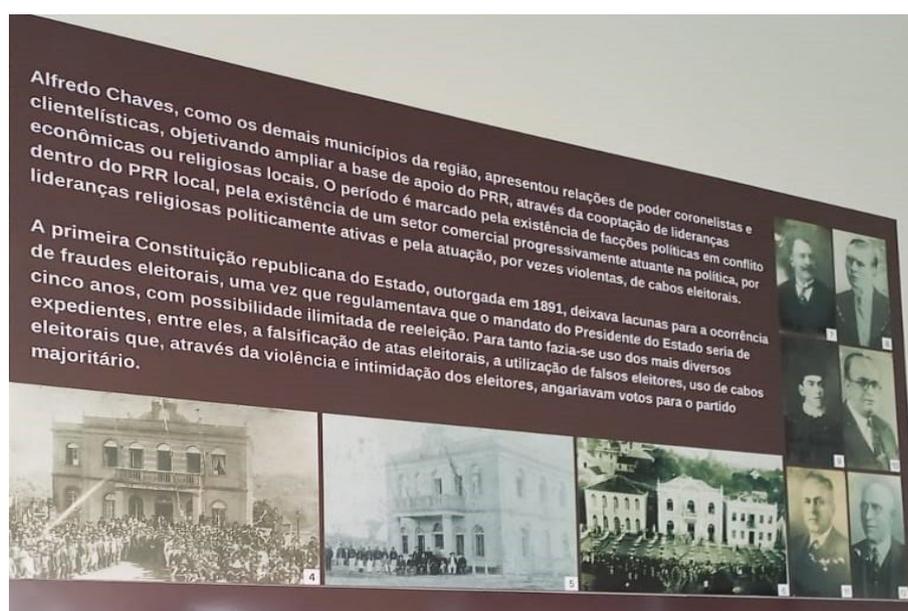
Com o intuito de facilitar ao leitor maior compreensão e visualidade sobre a exposição, será explicado, a seguir, cada painel, totem ou módulo expositivo, com a imagem e comentários sobre os respectivos textos.

O painel 1, o maior dos quatro, está subdividido em duas partes: a superior, intitulada *Alfredo Chaves e o jogo de poder na Primeira República*, é constituída por imagens do município de Veranópolis na primeira metade do século XX, as intendências – ou prefeituras – e os intendentess no período de 1910 a 1930, em ordem cronológica: Srs. Achylles T. de

Rezende, Sigismundo Reschke, Cezar Pestana, Carlos Heitor de Azevedo, Manoel E. Pontes Filho e Victorio Dal Pai; o texto aborda a criação do município, as relações de poder coronelistas e as fraudes eleitorais na Primeira República.

Na parte inferior, intitulada *Paco no jogo do poder na Primeira República*, as imagens são todas relacionadas a Paco, aparecem as intendências dos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves – locais onde atuou como cabo eleitoral do Partido Republicano Riograndense –, a casa Zanetti, na localidade de Monte Bérico, defronte à qual se deu o embate com o delegado Octacílio Vaz, imagens da região do Rio das Antas, das balsas, da gruta indígena que utilizava como refúgio e esconderijo. Há também a reprodução de sua foto já morto, o túmulo e o prefeito Saul Irineu Farina, em cujo período de governo Paco foi assassinado. O texto também comenta que, com a união entre os Partidos Republicano – PRR – e Libertador – PL –, os serviços de Paco deixam de ser necessários, um dos fatores que culminará com seu assassinato, em 1931.

Figura 42 – Painel 1 – Município, intendentes

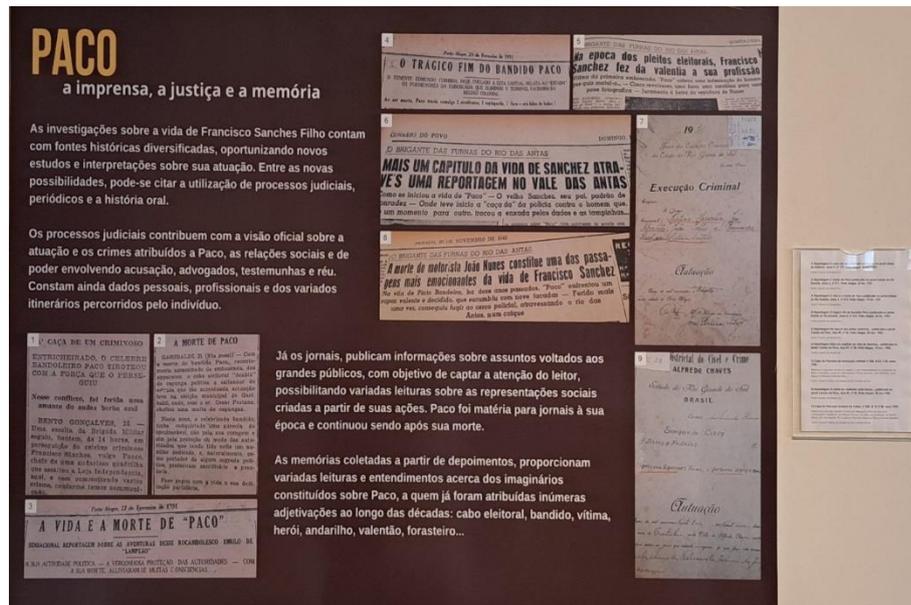


Fonte: Acervo pessoal da autora.

O painel 2, intitulado *Paco: a imprensa, a justiça e a memória*, aborda a representação da imprensa e da justiça sobre a vida do protagonista do estudo. Nele, são apresentados recortes de matérias publicadas em jornais, assim como capa de processos-crime em que o mesmo esteve envolvido. A imprensa da capital publicava regularmente notícias sobre Paco, e muitas vezes cobrando atitudes do poder judiciário. Eram os jornais *Correio do Povo*, *Estado do Rio Grande*, *A Federação*, *Jornal Caxias*, entre outros. As publicações mais atuais podem ser encontradas nos jornais *Pioneiro*, *Zero Hora*, *O Florense*, *Integração da Serra* etc.

Os processos-crime também aparecem como fontes importantes para conhecer os delitos cometidos por Paco, quem foram seus defensores, acusadores, testemunhas de acusação e defesa, época em que aconteceram os fatos etc. São processos das comarcas dos municípios gaúchos de Bento Gonçalves, Veranópolis e Antônio Prado. Mesmo sendo considerado culpado em alguns casos, Paco não era detido, uma vez que a polícia tinha dificuldades em capturá-lo e prendê-lo. Ao lado do painel, o display informativo das fontes utilizadas.

Figura 43 – Painel 2 – Imprensa, justiça e memória



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O painel 3, intitulado *Paco: o começo de uma história*, contém breves informações sobre a vida particular de Paco, suas origens, os jogos, e as atividades profissionais. As imagens mostram seus pais, Francisco e Antonia, uma das casas em que residiu no interior do município de Pinto Bandeira, e Paco com sua mula preferida.

Figura 44 – Pannel 3 – Paco e suas origens



Fonte: Acervo pessoal da autora.

No painel 4, que aborda a religiosidade de Paco e que se chama *Paco: religiosidade e demonstrações de fé*, é possível observar que Paco, descendente de espanhóis, residente em uma área onde prevaleciam imigrantes italianos, tinha a seu favor o fato de professar a mesma fé que esses. Quando não estava em fuga das autoridades, participava das atividades religiosas da comunidade em que residia; da mesma forma quando se sentia em perigo, ocasião em que recorria a Santo Antônio, seu santo de devoção, fazendo promessas que sempre eram cumpridas pelo devoto, como no caso em que se recuperou de ferimentos graves e fez a doação de um candelabro para a Igreja de Nossa Senhora da Pompéia, na linha conhecida como Quinta Magra, em Veranópolis.

Figura 45 – Paineis 4 – Paco, religiosidade e demonstrações de fé

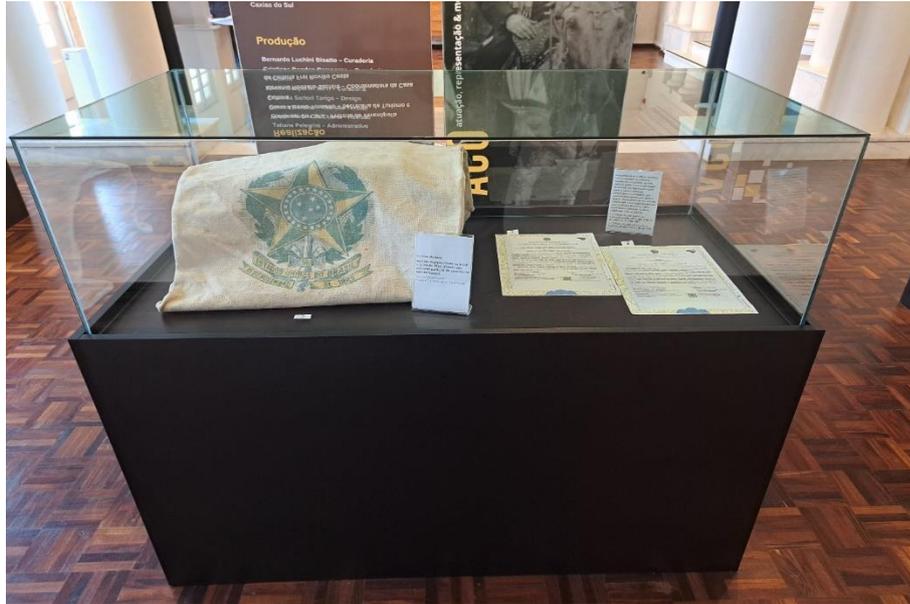


Fonte: Acervo pessoal da autora.

Após as considerações sobre os quatro painéis existentes na exposição, parte-se para os comentários dos quatro módulos expositivos, seguidos dos dois totens e das duas colunas, conforme descrito no layout anterior. No módulo 1, encontram-se dois trabalhos acadêmicos. Trata-se de dissertações de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em ambas, o tema central é Paco, e algumas fitas cassetes, doadas pela socióloga Márcia Londero, onde estão gravadas entrevistas feitas por ela na década de 1990, sendo que, em uma das fitas, há depoimentos de um filho de Paco, ainda vivo à época da realização do trabalho de Londero.

No módulo 2, por sua vez, estão expostas duas certidões, uma do cartório de Registro Civil de Veranópolis, de falecimento de Francisco Sanches (pai), e outra do Cartório de Registro Civil de Bento Gonçalves, referente ao nascimento de Francisco Sanches Filho. Também é possível observar um exemplar de uma urna de votação, utilizada nos pleitos eleitorais no estado do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1930.

Figura 46 – Módulo 2 – Urna da década de 30 e documentos pessoais

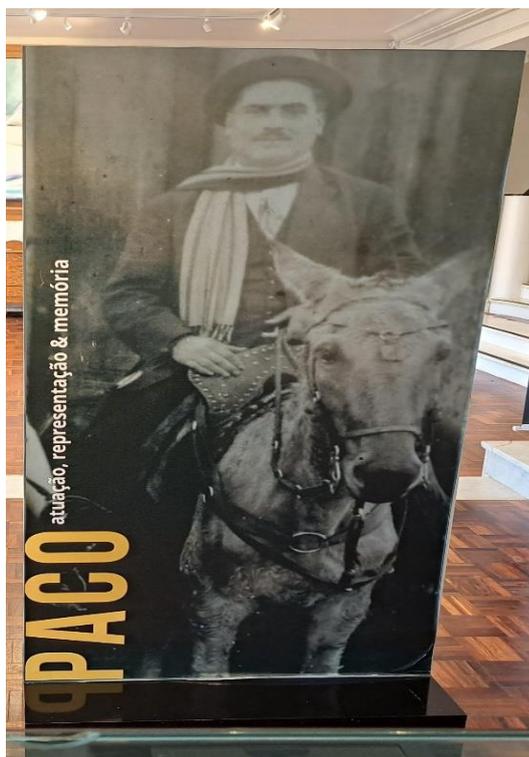


Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nos módulos 3 e 4, que estão posicionados próximos às janelas da sala da exposição, estão expostos objetos que pertenceram a Paco e seus familiares. O módulo 3 consta de doação feita pelo filho Hermínio Sanches: uma imagem de Nossa Senhora da Pompéia. Já no móvel 4, pode-se ver dois estribos utilizados por Paco em seus animais, e também um revólver calibre 44, de sua propriedade.

Os totens possuem imagens e textos tanto na parte da frente como na de trás. No primeiro totem – número 1 –, que pode ser visualizado na Figura 14, há a clássica imagem de foto com suas armas na frente, e a foto de Paco montado em sua mula, no verso. O segundo totem, número 2, exhibe um texto sobre a vida de Paco e as motivações que levaram à realização dessa exposição na parte frontal. No seu verso, o texto informa sobre os responsáveis pela produção e realização da exposição.

Figura 47 – Francisco Sanches Filho, o Paco

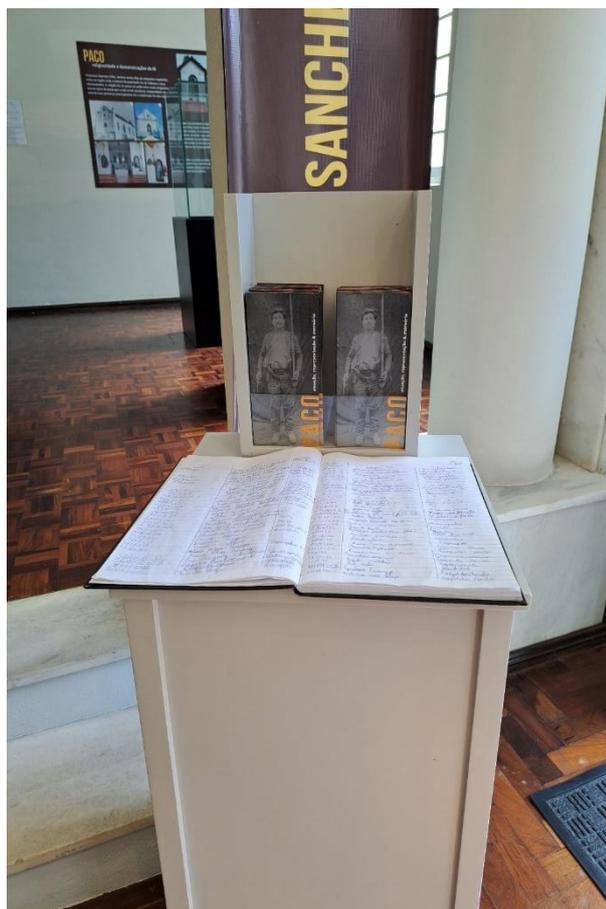


Fonte: Acervo pessoal da autora.

As colunas, no total de quatro, que podem ser visualizadas nas imagens anteriores de n^os 35 e 41, encontram-se na entrada da sala de exposições, sendo que nas segunda e terceira colunas foram colocadas duas faixas verticais, nas quais constam o título da exposição – na coluna “2” – “*Paco: atuação, representação & memória*”, e a identificação do personagem, na coluna “3”, com os dizeres “*Francisco Sanches Filho: o homem, o cabo eleitoral, o mito*”.

Finalizando a disposição do mobiliário utilizado na mostra em questão, anexo a essa e próximo à porta do hall de entrada do prédio, há um móvel cuja finalidade é de servir como bancada para que o visitante possa deixar registrada sua presença no *Livro de Registro de Visitantes da Exposição*, e possa levar consigo o folder explicativo com informações sobre a exposição de Francisco Sanches Filho, o conhecido Paco Sanches, conforme imagens a seguir.

Figura 48 – Livro de Registro de Visitantes e Folders da Exposição



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Em complemento aos apontamentos já realizados sobre esse trabalho expográfico, cabe esclarecer que sua divulgação deu-se por meio da utilização da Internet – Facebook, Instagram –, através das páginas oficiais da Prefeitura Municipal de Veranópolis, da Secretária de Turismo e Cultura e do Museu Municipal de Veranópolis, tendo essas publicações recebido bons níveis de alcance – curtidas, visualizações e comentários.

Os curadores, por sua vez, para incrementar o interesse pelo projeto, aproveitaram-se da coluna “Sextou” – que é publicada toda sexta-feira na página do Museu no Facebook e no Instagram –, e publicaram diversos textos⁶³, o primeiro no dia 24 de junho de 2022, sobre a vida de Francisco Sanches Filho; no dia 01 de julho de 2022, o tema foi o município de Alfredo Chaves, durante a Primeira República; já no dia 08 de julho de 2022, o tema da publicação foi sobre a Família Sanches e suas origens; em 15 de julho de 2022, foi apresentada aos leitores a Comunidade de Nossa Senhora de Pompéia, local de moradia de Paco e familiares; na semana

⁶³ Os textos do “Sextou” estão disponíveis na página do Museu Municipal de Veranópolis no Facebook, <https://www.facebook.com/museuvera>.

seguinte, dia 22 de julho de 2022, o último assunto, devido à sua importância regional, foi o Vale do Rio das Antas.

A exposição, desde seu início, teve definido o horário de expediente do Museu como o de atendimento aos visitantes, que é de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 11h30min, e das 13h30min às 17h. Devido à demanda, porém, buscou-se sua abertura em alguns dias e horários especiais, como foi o caso do final de semana dos dias 20 e 21 de agosto de 2022, dos feriados dos dias 7 e 20 de setembro de 2022, e dos dias 04 e 05 de dezembro de 2022.

Ademais, os meios de comunicação fizeram ampla cobertura do evento, dentre os quais se pode elencar o Jornal Integração da Serra, do município de Bento Gonçalves, RS, em 22 de junho de 2022, sendo os demais do município de Veranópolis, RS: Jornal O Estafeta, em 17 de junho de 2022, e Jornal O Longevolo, em 17 de junho de 2022 e 20 de junho de 2022; as Rádios 96.1 FM, em 17 de junho de 2022 e 20 de junho de 2022; Rádio Studio 87.7 FM Studio TV, em 17 de junho de 2022; e a Tua Rádio Veranense 107.5 FM, em 20 de junho de 2022.

A UCS – Universidade de Caxias do Sul, por sua vez, também deu destaque à exposição em seu site oficial, em duas ocasiões: primeiramente, na página do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado, como destaque do mês de junho/2022 e, posteriormente, por meio da Assessoria de Comunicação⁶⁴ da instituição, no dia 19 de julho de 2022, no link Notícias da Universidade

Além das publicações nas redes sociais, onde é possível verificar, nos comentários realizados pelos internautas, que a exposição está cumprindo com seu papel de informar e conduzir a reflexões sobre o protagonista e as repercussões de suas atitudes perante a sociedade, a exposição tem tido um bom número de visitantes, dentre os quais, além de moradores locais e regionais, incluem-se, também, turistas, escritores, familiares de Francisco Sanches Filho, professores, autoridades, estudantes etc.

Os comentários feitos nas publicações referentes a Paco e à exposição nas redes sociais do Museu Municipal e da Prefeitura Municipal demonstram, uma vez mais, que Paco continua lembrado mesmo após tantos anos de sua morte. São comuns relatos de pessoas ‘lembrarem de terem ouvido’ as histórias de Paco dos pais e avós; outros indagam quem seria Paco, e muitos acham sua história interessante. Outras pessoas, por sua vez, entenderam o propósito da exposição, de demonstrar, além da história municipal e regional, a de um controverso morador local; mas, para algumas, contrários ao evento, tratava-se de prestigiar alguém que não seria

⁶⁴ Ver Anexo X.

merecedor. Em ambos os casos, gerou questionamentos e considerações, o que é uma das missões dos museus.

É inegável que os feitos de Paco exercem um certo fascínio nas pessoas, até porque geram indagações sobre até onde são reais ou meros contos populares, construídos pelo imaginário e alimentados nas conversas do cotidiano. De acordo com o coordenador do Museu Municipal, Bernardo L. Bisatto, analisando o movimento de acesso à página do Instagram do Museu, é perceptível que a história de Paco não gera interesse somente nos mais velhos, ou seja, “os jovens também consomem história”, e a de Paco é uma delas.

Por fim, cabe observar que a exposição sobre Paco está cumprindo seu papel educativo e social, difundindo o conhecimento sobre sua trajetória e a do município, bem como da região, gerando interatividade, fazendo emergir questionamentos e reflexões que são o combustível do saber histórico, e ainda possibilitando uma releitura – e por que não – uma reescrita dessa história.

CONSIDERAÇÕES

A motivação principal dessa pesquisa, que foi realizada ao longo de dois anos e contou com a orientação da Prof^a Dr^a Eliana Gasparini Xerri, com o auxílio de colegas e outros profissionais relacionados à área historiográfica, foi buscar evidências para tornar possível responder à questão norteadora desse trabalho, “Por que e de que forma a memória coletiva ainda preserva Paco?”. Desse contexto fizeram parte, também o, planejamento e a execução do produto final desse trabalho, a expografia.

No intuito de obter êxito no que foi delineado, foram pesquisados e estudados vários assuntos que se relacionam ao tema, entre eles: o panorama geral da Primeira República no Brasil e a influência da imprensa da época, uma vez que se trata do cenário do qual o personagem fez parte e no qual se envolveu; o modo de colonização da região de colonização italiana na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, as questões econômicas, culturais, políticas e religiosas que a caracterizaram, considerando que foi nesse meio que Paco nasceu e viveu; e os processos-crime nos quais foi citado. Ademais, buscou-se aprofundar o conhecimento sobre o personagem em estudo, suas relações com o ambiente, a família, os amigos e a sociedade na qual estava inserido.

A partir do objetivo estabelecido, e centrando o foco na memória, além da literatura existente, foram selecionados relatos orais sobre o personagem, coletados na década de 1990, e também nos anos de 2021 e 2022, a partir dos quais se obteve informações sobre o personagem estudado, seu modo de vida – trabalho, religião, relacionamentos amorosos –, suas relações políticas entre outras.

De um modo geral, quando o tema é a vida de Paco – Francisco Sanches Filho – o registro das fontes orais é extremamente importante. Trata-se de um instrumento de manutenção da trajetória de Paco na memória do povo local, como forma de perpetuá-la para além desse espaço e, por que não dizer, de reiterá-la e, ao mesmo tempo, desconstruí-la.

Francisco Sanches Filho, um hispano-brasileiro que nasceu no mesmo ano em que surgiu a República, deixou fortes marcas na história regional, razão pela qual é representado de diversas maneiras, ou seja, na televisão, nos jornais, na academia, na música, na dança, na arquitetura, no teatro, em blogs e sites, nas redes sociais como Facebook e Instagram.

Dentre essas múltiplas versões de Paco, surgem questionamentos do que ele teria realmente sido, se um herói, um bandido, valente, Don Juan – sedutor, ladrão, benevolente com os desfavorecidos. Essa ambiguidade conceitual entre o bom e o mau acompanha toda sua

trajetória, e está representada tanto nas relações pessoais, com a vizinhança, por exemplo, tanto nas profissionais, no modo como desenvolvia suas atividades comerciais e políticas.

Exemplificando o exposto, havia, na região, famílias que sempre foram beneficiadas e protegidas por Paco, que serão as que, durante suas fugas, lhe proverão auxílio e proteção. Porém, existiam, igualmente, os que se sentiam lesados pelo mesmo acusado de pequenos furtos, e os que não compactuavam com seu modo livre de viver e relacionar-se com diversas mulheres, apesar de ser legalmente casado.

Para além dessas questões, ocorria que, em determinadas famílias, devido à sua fama de valente e destemido, havia o receio de que, se não o ajudassem, poderiam sofrer represálias e, por último, mas não menos importante, estão os adversários políticos, que discordavam da atuação de Paco e dos meios de que se utilizava para cumprir as ordens que recebia das instâncias políticas superiores.

A trajetória de Paco, devido ao seu caráter interdisciplinar, permite uma análise histórica dessa região de colonização italiana no estado do Rio Grande do Sul, por onde ele transitava, ou seja, os municípios de Bento Gonçalves, Veranópolis, Pinto Bandeira e Nova Roma do Sul, onde nasceu, residiu, trabalhou e morreu, mas não só esses.

Observou-se que sua religiosidade e fé lhe acompanharam em todas as fases de sua vida. No início, para Paco, que era filho de imigrantes espanhóis, mas vivia numa região onde a maioria era descendente de imigrantes italianos – majoritariamente católica –, a religião foi um fator de entrosamento e união com os demais habitantes, mesmo que tivesse alguns costumes divergentes; frequentavam a mesma igreja, participavam dos mesmos rituais católicos, como da execução dos sacramentos – batismo, comunhão, casamento.

Paco era devoto de Santo Antônio, a quem sempre recorria nos momentos de aflição, momentos em que fazia pedidos ao santo e, em troca, prometia alguma compensação. Exemplos dessas atitudes são o capitel que mandou construir em frente à sua casa, e o candelabro ofertado pelo atendimento ao pedido feito, ambos ainda presentes na localidade da Linha Parreira Horta, no interior do município de Veranópolis.

Nas relações familiares de Sanches, pôde-se observar que, apesar de ele levar uma vida diversa do habitual para o local e a época, sempre houve mostras de amorosidade e cumplicidade. Paco preocupava-se com os filhos, e estes tinham muito carinho e respeito pelo pai. Entre a esposa e seus demais relacionamentos, ao que tudo indica, também não havia brigas. E a família foi, talvez, quem mais sofreu as consequências pelas atitudes do progenitor, principalmente pelo modo como foi tratada pelos representantes das forças policiais, que não

mediram esforços em atacá-la no período em que o patriarca esteve foragido, torturando, inclusive, seus filhos, a fim de que informassem o paradeiro do pai.

Por meio da história de vida de Paco e sua relação com algumas moças, foi possível observar, também, que, ao contrário do que está escrito, essas podem não ter sido forçadas a se relacionar com ele, mas o fizeram por vontade própria, como forma de fugir da situação de invisibilidade social em que viviam, uma sociedade que lhes oferecia poucas perspectivas de futuro e na qual os casamentos arranjados pelas famílias se sobrepunham aos seus sentimentos.

Quanto ao modo como se ocupava, ficou evidente que, desde muito cedo, foi iniciado na labuta, pois ajudava os pais nos serviços da colônia. Com o passar do tempo, as atividades foram mudando, mas nunca deixou de trabalhar, mesmo que muitas vezes a maneira como ganhava a vida estivesse voltada ao envolvimento e promoção de jogos. Trabalhou também ajudando a irmã e o cunhado em um pequeno comércio, como negociante de mulas e cavalos, como segurança para os comerciantes da época, de balseiro no Rio das Antas, comprando e vendendo terras, e como cabo eleitoral do Partido Republicano Riograndense, do qual era partidário.

No que se refere à participação da imprensa como agente de informação e influenciadora de opiniões e condutas, a atuação da mesma foi decisiva para que a polícia tentasse capturar Paco. Não faltaram, nos jornais da época, notícias sobre seus feitos e reportagens cobrando uma atitude no sentido de puni-lo. Embora houvesse alguns veículos de imprensa que se intitulavam neutros, como o *Correio do Povo*, a *Federação* era o representante do Partido Republicano, e neste periódico suas atitudes eram minimizadas. O Estado do Rio Grande, por outro lado, era da oposição, representante do Partido Liberal, um dos que mais cobrava sua captura e prisão.

Sua trajetória na contravenção, diretamente ligada à política, o levou a cometer alguns furtos, algumas brigas e três assassinatos. Por meio do estudo dos processos criminais em que foi arrolado, é possível verificar que as acusações referem-se às mortes do subdelegado e vice-intendente de Alfredo Chaves – Octacílio Vaz –, do comandante da Guarda Municipal – Waldemar de Oliveira Chaves, ambos em 1929, e do motorista João Nunes, em Pinto Bandeira, RS, no ano de 1930.

Em outros processos, foi acusado por brigas de jogo, agressões, roubo e falso testemunho. Alguns indivíduos, parceiros na contravenção, foram detidos, mas Paco nunca era intimado devido à dificuldade de encontrarem sua localização. Da mesma forma, esses camaradas, quando interrogados, afirmavam que participavam dos roubos por intimidação; que, se não o fizessem, seriam punidos por aquele, o que fazia com que a culpa recaísse toda sempre em Paco.

Um dos capítulos mais discutidos de sua história, certamente, diz respeito à incursão na política, momento que propiciou, ao mesmo tempo, novos atos de roubos a estabelecimentos comerciais da região, dentre eles, a loja Périco Irmãos, em Nova Roma do Sul, RS, e a Loja Independência, em Bento Gonçalves, RS. Este último foi o que conduziu ao desentendimento com o delegado de Veranópolis, RS, resultando na morte do mandatário e no acirramento das buscas feitas pela polícia a Paco, o que fez com que, por muito tempo, ele vivesse como fugitivo, abrigando-se no mato, em cavernas, na casa de famílias amigas.

Foi nos anos 1920 que Paco passou a ser mais atuante politicamente, ampliando seus relacionamentos políticos, pois já detentor de fama de valente, foi chamado a auxiliar nas eleições municipais em Veranópolis, recebendo uma boa remuneração para tal. Com o êxito no desempenho da tarefa, passou a ser chamado para outras eleições municipais – Bento Gonçalves e Garibaldi – e também no estado, conseguindo votos para o PRR.

Além do pagamento, tinha o respaldo de que não seria punido, ao contrário, o então delegado Octacílio Vaz, além de não fazer valer a lei, ainda era compadre de Paco e, segundo a literatura, dividia com ele o lucro dos saques realizados. Com o passar do tempo, o prestígio de Paco dentro do partido só fazia crescer. Ele trabalhava como cabo eleitoral e, além de fazer propaganda dos candidatos, ainda cooptava eleitores para votarem no seu partido, seja espontaneamente ou não, atitude que era conhecida na época como voto a cabresto.

Com o passar do tempo, a morte do então compadre e delegado Vaz, com o surgimento da Aliança Liberal, que uniu republicanos e liberais com a finalidade de eleger Getúlio Vargas, Sanches passou a representar um passado que deveria ser apagado, numa tentativa de moralizar a política estadual, fato que destituiu os serviços eleitorais dos capangas. No caso de Paco, sua cabeça estava a prêmio. Ele foi procurado incessantemente. Queriam encontrá-lo de qualquer forma, vivo ou morto.

Da condição de aliado à de perseguido, foi caçado pela polícia local e estadual que, por muito tempo, não mediu esforços na sua captura, porém em vão. Paco conhecia muito bem a região em que tinha passado a vida, fosse por terra ou por água, e tinha ajuda de famílias locais, o que dificultou em muito o trabalho de seus perseguidores.

Ele era a imagem de uma época passada, que não era motivo de orgulho aos políticos da época que, cientes do conhecimento que tinha das ilicitudes praticadas, temiam que delatasse os antigos parceiros. Desse modo, arquitetaram, com a ajuda de desafetos de Paco, a sua morte.

Foi morto em 19 de fevereiro de 1931, na localidade em que morava no interior de Veranópolis, por policiais, com ajuda de moradores locais, e a isca para atraí-lo foi uma reunião na escola dos filhos. Na saída do evento, foi alvejado por um número incontável de tiros, tiros

esses disparados simultaneamente, de várias armas, pensados de forma que ninguém pudesse, à época, ser individualmente acusado de sua morte. Até hoje, há algumas suspeitas dos participantes da emboscada, porém, permanecem apenas suspeitos, sem comprovação da autoria nem de executores.

Francisco Sanches Filho, o Paco, também foi o tema da exposição realizada no museu Municipal de Veranópolis, denominada Paco: atuação, representação & memória, no período de 20 de junho a 16 de dezembro do ano de 2022. A mesma demonstrou, por meio de imagens, textos explicativos e objetos, um pouco da sua trajetória, e teve um retorno positivo tanto no quesito visitação, quanto no que tange à função dos museus como fomentadores de reflexões e argumentações acerca da trajetória de Sanches, da história local e suas intersecções.

Dessa forma, a exposição, além de sua propriedade de instrumento didático, sumarizou seus resultados em uma base para sua utilização de forma histórica, agindo como potencial desmistificador dos estereótipos ligados a Paco, enraizados no censo comum.

Ainda é grande, na região, mesmo passado quase um século de sua morte, o fascínio por sua história: se os familiares procuram um silenciamento da mesma, evitam falar sobre o assunto, outros segmentos da sociedade, como jornalistas e historiadores, mantêm seu interesse pela mesma, de modo que surgem sempre novas formas de representação, de recontar sua vida, seja através de imagens, reportagens, depoimentos, objetos, livros, filmes, exposições.

Para além do exposto, é válido ressaltar que toda história que não possui explicação, onde não é posto um ponto final, pode virar lenda, e isso serve também para a história desse personagem, cujos feitos, por não serem comuns, atuam de tal forma no imaginário popular que, na procura por uma resposta definitiva, cria suas próprias explicações para o modo de vida de Paco e para o seu permanente processo de reconstrução, mantendo-o vivo.

Deve-se ressaltar que essa pesquisa não teve o propósito de esgotar os estudos sobre o personagem, de responder quem foi o estudado, se era um vilão ou um mocinho – ou, quiçá, os dois –, mas de se constituir mais um caminho para o entendimento, através da memória, da trajetória de Sanches, para afirmação da sua existência. Igualmente, a fim de possibilitar que esse registro sirva como ferramenta para se adentrar a vida da população das colônias, muitas vezes esquecida pelas autoridades, mas legítima.

Percebeu-se, pois, que Paco, por sua vez, é tão estudado, desperta tanto interesse porque não foi uma pessoa comum – é corriqueiro que indivíduos comuns sejam esquecidos mais facilmente. Seu modo de pensar e agir, diverso do usual, por vezes abalou e/ou surpreendeu a opinião e a normalidade da vida na colônia, razão pela qual se justifica sua permanência na memória coletiva regional.

Para além disso, Paco é mantido na memória coletiva por meio de múltiplas representações, já comentadas, nas mais diversas formas, artística, acadêmica, religiosa, social e política. Certamente, assim continuará, seja na forma de bandido ou herói, de arrebatador de mulheres ou cabo eleitoral, de fugitivo, cavaleiro, jogador, amigo dos pobres etc.

Por fim, Paco vive, não fisicamente, mas na memória coletiva regional, seu nome não foi esquecido, tampouco suas façanhas. Se herói de capa e espada, montado em seu cavalo – como Robin Hood –, ou bandido – como Lampião (ou vice e versa ou nenhum) –, as opiniões se dividem. Nasce e perpetua-se, independentemente disso, a percepção de que tenha sido (ou venha a se constituir em) uma espécie de mito, que desafiou uma situação opressora a fim de transformá-la; se conseguiu ou não, o tempo dirá e a história contará.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1996.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Surfando à beira da falésia ou como o historiador navega e escreve em tempos de rede mundial de computadores. *História Revista*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 54-73, 2021.

ALVES, Ivan; LAGE, Nílson. *O Padre e o Cangaceiro: A história de Lampião e de Cícero Romão*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1982.

AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral. *História*, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ANGHEBEN, Fernanda Marcon. *Avaliação da concentração de metais em peixes de diferentes níveis tróficos ocorrentes no Rio das Antas e no Rio Tega – RS*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais, Universidade de Caxias do Sul, RS.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Alfredo Chaves e seus imigrantes; registro de imigrantes entrados na Colônia de Alfredo Chaves de 1888 a 1892. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1995.

ARQUIVO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES. *Lançamento dos Contribuintes*. Ano 1895, códice A3, 5ª Seção do Rio das Antas, 4º Distrito, Pinto Bandeira. (Coleção: Impostos e Contribuintes).

ARQUIVO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES. *Lançamento dos Contribuintes*. Ano 1898, códice A7, 5ª Seção do Rio das Antas, 4º Distrito, Pinto Bandeira. (Coleção: Impostos e Contribuintes).

ARQUIVO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES. *Imposto de Estradas*. Ano 1925, códice A41, 5ª Seção do Rio das Antas, 4º Distrito, Pinto Bandeira. (Coleção: Impostos e Contribuintes).

ARQUIVO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES, *Livro de Actas das Eleições Municipaes de Intendente e Vice Intendente – 4ª Secção Eleitoral*, Códice 0167, nº 37, Bento Gonçalves, RS, 1928.

BACCA, Ademir Antônio. *Janelas da Memória*. Bento Gonçalves: Projecto Cultural Sur/Brasil, 2020.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – Considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 2011.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CAMILOTTO, Samara. *Relações de hospitalidade/acolhimento no filó doméstico atual - o caso de Arvorezinha/RS/Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAPRARA, Bernardete S.; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves – 1875-1930*. Bento Gonçalves: Visograf; Porto Alegre: Corag, 2005.
- CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. *As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual*. 2005. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Escola de Comunicação, ECO, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Rio de Janeiro, RJ.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CHANDLER, Billy Jaines. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. 2. ed. Algé: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHAVES, Ricardo. Paco, o bandido que tocou o terror na Serra Gaúcha entre os anos de 1912 e 1931. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 57, 13 abr. 2021.

CHAVES, Ricardo. Paco, o “bicho-papão” da Serra”. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 57, 14 abr. 2021.

CINQUENTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875- 1925. 2. ed., vol. II. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

CLEMENTE, Marcos Edílson de Araújo. O Cangaço e a Representação Mística de Lampião (1920-1938). *Revista Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 12, n. 22, 2018.

COELHO, Fabiano. Conceitos “Cultura” e “Representação”: Contribuições para os Estudos Históricos. *Fronteiras*, Dourados, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014. Não encontrei no texto???

COMARU, Itamar Ferreto. Paco Sanches: Armas, poder e Memória. A construção pública da memória de um adepto do Partido Republicano Gaúcho abandonado por seus coronéis. In: 1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA: A HISTÓRIA E SEUS PÚBLICOS. São Paulo: 2012, p. 588-599. Disponível em: https://historiapublica.com.br/wp-content/uploads/2021/09/A-historia-e-seus-publicos_-_Na_ais.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

CONSTITUIÇÕES SUL-RIOGRANDENSES 1843-1947. Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

CORRÊA, Elizabeth N. Saad; BERTOCCHI, Daniela. O papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. In: CORRÊA, Elizabeth N. Saad (Org.). *Curadoria digital e o campo da comunicação*. São Paulo: ECA/USP, 2012, p. 22-39.

COSTA, Rovílio *et al.* *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

COSTA, Rovílio *et al.* *Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST; Correio Riograndense, 1997.

COSTA, Rovílio (Org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre História e Imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DE BONI, Luís; COSTA, Rovílio. *Os Italianos no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul; Correio Riograndense, 1984.

DE PARIS, Assunta. *Memórias de Bento Gonçalves – 109 anos*. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves; Arquivo Histórico Municipal, 1999.

DI PIERRO, Maria Clara. Evolução recente da educação de pessoas adultas na Espanha. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXI, n. 233, agosto/2000.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (PORTO ALEGRE). *Wikipédia*. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Not%C3%ADcias_\(Porto_Alegre\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Not%C3%ADcias_(Porto_Alegre)). Acesso em: 26 set. 2021.

DICIONARIO DE NOMES PRÓPRIOS. *Paco*, s.d. Disponível em: <https://www.dicionariodenomespropriios.com.br/paco/>. Acesso em: 14 out. 2021.

DÓRIA, Carlos Alberto. *O Cangaço*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DORNELLES, Sejane. *Os últimos bandoleiros a cavalo*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1991.

FABRIS, Luiz. *Um Homem Chamado Paco*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

EVANGELHISTA, Marcela Boni. Segredos compartilhados: a transcrição como recurso narrativo em histórias sobre aborto. In: X ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL. Educação das Sensibilidades: Violência, desafios contemporâneos. *Anais...* Campinas, Unicamp, 10 a 13 de setembro de 2013.

FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis (1888-1992)*. Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1992.

FARINA, Remo Rômulo. *Tato Gomes – Herói de Palha*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1988.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O Que é Herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. *História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha*: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul, 1926-1949). 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura, a Fonte Fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; De LUCA, Tania Regina. *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2021.

FERREIRA, Antonio Sérgio. “Relações entre Literatura X História”. *Diálogos acadêmicos*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucilia de A. N. (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 1).

G1. Reveja o curta-metragem ‘O Bandoleiro Paco’. *Curtas Gaúchos*, 2013. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/curtasgauchos/videos/t/edicoes/v/reveja-o-curta-metragem-o-bandoleiro-paco/2857811/>.

GALEAZZI, Zaira. Paco Sanches ... meu amigo. *Jornal Popular*, Nova Prata, edição nº 301, p. 8-9, 1995.

GANDON, Tania Riséio d’Almeida. Entre Memória e História: Tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, jun. 2001.

GARRETT, Anette. *A entrevista, seus princípios e métodos*. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

GEERTZ, Clifford. “Ethos”, Visão de Mundo e a Análise de Símbolos Sagrados. *In*: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 143-159.

GUERTLER, Gustavo. *Paco – uma história escrita com chumbo*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

GUERTLER, Gustavo. *Paco*. 2. ed. Caxias do Sul: Maneco, 2006.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007.

GRYNSZPAN, Mario. Os Idiomas da Patronagem: Um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Anpocs*. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/14/rbcs14_07.pdf. Acesso em 28 fev. 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

ICOM. INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. ICOM approves a new museum definition. *ICOM*, 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/icom-approves-a-new-museum-definition/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

IBGE. Anuario Estatístico do Brazil (1908-1912). Território e População. Rio de Janeiro: Typographia Estatística, 1916. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf.

IBGE. Recenseamento de 1920. (4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV. Tomo II. População. População do Brazil por estados e municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1928. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6463.pdf>.

JORNAL A FEDERAÇÃO. Edição 00059(1), 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20191&pesq=Sanches&pagfis=31554>. Acesso em: 16 jul. 2020.

JORNAL CAXIAS, 1931. Disponível em:

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=23374&p=3&Miniatura=false&Texto=false>. Acesso em: 29 set. 2020.

JORNAL CORREIO DO POVO, 1943. *O brigante das furnas do Rio das Antas. Mais um capítulo da vida de Sanchez através uma reportagem no vale das Antas*. Porto Alegre, Ano 49, nº 38, p. 3, 14 nov. 1943. (MUSECOM, 01 abr. 2022)

JORNAL CORREIO DO POVO, 1943. *O brigante das furnas do Rio das Antas. Num duelo a bala com a polícia, em Monte Vêneto, Sanchez assinalou o início da caçada que o vitimou mais tarde*. Porto Alegre, ano 49, nº 40, p. 6, 17 nov. 1943. (MUSECOM, 01 abr. 2022)

JORNAL CORREIO DO POVO, 1943. *O brigante das furnas do Rio das Antas. Na época dos pleitos eleitorais, Francisco Sanchez fez da valentia a sua profissão*. Porto Alegre, ano 49, nº 46, p. 5, 24 nov. 1943. (MUSECOM, 01 abr. 2022)

JORNAL ESTADO DO RIO GRANDE, 1930. *As façanhas commettidas pelos policiaes encarregados da perseguição do bandido Paco*. Porto Alegre: nº 00127, p. 12, 22 mar. 1930. (MUSECOM, 01 abr. 2022)

JORNAL O FLORENSE. *Especial Mato Perso: uma briga entre os Pandolfi e um bandoleiro*. Flores da Cunha, 23 fev. 2021. Disponível em:

<https://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/especial-mato-perso-uma-briga-entre-os-pandolfi-e-um-bandoleiro/14335>. Acesso em: 20 mar. 2022.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco – Um Jovem Esperto e Conquistador*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07906, 14/15 abr. 2001. Disponível em:
<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=52177&p=0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco II – O Bandoleiro Age a Serviço da Lei*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07907, 16 abr. 2001. Disponível em:
<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=52178&p=0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco III – O Duelo de Monte Bérico*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07908, 17 abr. 2001. Disponível em:
<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=52179&p=39&Miniatura=false&Texto=false>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco IV – Uma caçada implacável*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07909, 18 abr. 2001. Disponível em:
<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=52180&p=0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco V – O Duelo de Pinto Bandeira*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07910, 19 abr. 2001. Disponível em:
<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=52181&p=0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco VI – Refúgios na escuridão*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07911, 20 abr. 2001. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=52182&p=0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco VII – Os últimos disparos*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07912, 21/22 abr. 2001. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=56693&p=0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JORNAL PIONEIRO. *A Saga de Paco – História emocionada moradores*. Caxias do Sul, ano 53, edição 07913, 23 abr. 2001. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=52183&p=0>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JUNG, Roberto Rossi. *Paco, procurado vivo ou morto*. Porto Alegre: Errejota Livros, 2009.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas Orais na Investigação da História Social. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, jun. 2001.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação & Realidade*, v. 28, n. 2, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643>.

LEAL, Carlos Eduardo; DILLENBURG, Sérgio R. Correio do Povo. In: FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>. Acesso em: 26 set. 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas*, Araguaína, v. 1, n. 7, p. 3-17, 2015.

LONDERO, Márcia. Paco: um bandido social da Serra gaúcha. In: SANTOS, José V. T. dos; TEIXEIRA, Alex N.; RUSSO, Maurício (Orgs.). *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina; Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

LONDERO, Márcia. *Paco: Sociedade e simbolização no processo de construção de um bandido social no Rio Grande do Sul*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUSA, João Carlos. *Depoimento*. Banco de Memória. Caxias do Sul: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, 2010.

LUZZATTO, Darcy Loss. *L Mio Paese 'Lè Così!* Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1987.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MASCARELLO, Luiz A. (Pe). *Pinto Bandeira: uma história contada pela fé*. Porto Alegre: Ed. do autor, 2021.

MEIHY, José Carlos S. B. Os Novos Rumos da História Oral: O Caso Brasileiro. *Revista de História*, n. 155, p. 191-203, 2006.

MEIHY, José Carlos S. B.; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Apagando o Lampião: vida e morte do rei do cangaço*. São Paulo: Global Editora, 1ª edição digital, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184285/epub/0>.

MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. *O mito do padre entre descendentes italianos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1979.

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Praça*, s.d. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=aKb2O>. Acesso em: 17 out. 2021.

MISERI COLONI. *A Saga do Rio das Antas*. Caxias do Sul: Peça Teatral, 2006. Direção de Produção: João Wianey Tonus.

MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MOUSQUER, Zélce; PUFAL, Diego de Leão. Famílias Portuguesas nas Missões: Família de José Carlos Fagundes. *Antigualhas, histórias e genealogia*, 2018. Disponível em: <http://pufal.blogspot.com/2018/02/familias-portuguesas-nas-missoes.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

NICCHETTI, Agostino. *Entre o Burati e o Antas: Pinto Bandeira*. Bento Gonçalves: Ginásio Pinto Bandeira, 1976.

NICCHETTI, Agostino. *Epopéia de minha terra*. Bento Gonçalves: Ginásio Pinto Bandeira, 1978.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NOVO HAMBURGO. Município. Prefeitos. *Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro*. Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Novo Hamburgo, 2021. Disponível em: <https://portal.camaranh.rs.gov.br/municipio/prefeitos/odon-cavalcanti-carneiro-monteiro>. Acesso em: 26 out. 2021.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE POMPÉIA. *Livro de Batismos nº 2*. Pinto Bandeira, RS.

PEREIRA, José Maria Dias; ARENDT, Marcelo. *O Desenvolvimento da Indústria Gaúcha no Séc. XX*. 2002. Fundação de Economia e Estatística – FEE. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_12_pereira_arendt.pdf. Acesso em: 16 mar, 2022.

PEREIRA, Matheus. Guia de expografia: o que levar em conta ao montar uma exposição. *ArchDaily Brasil*, 23 maio 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/894949/guia-de-expografia-o-que-levar-em-conta-ao-montar-uma-exposicao>. ISSN 0719-8906

PESAVENTO, Sandra J. Cultura e Representações, uma trajetória. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria Sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PFEIL, Antônio Jesus. *O trágico fim do bandido Paco – subsídios para um roteiro cinematográfico*. Canoas: Bortolini, 1990.

PFEIL, Antônio Jesus. *O trágico fim do bandido Paco – subsídios para um roteiro cinematográfico*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS. Política de Acervos. Disponível em: <http://www.veranopolis.rs.gov.br/secretarias/28/turismo-e-cultura/264/casa-da-cultura-freivolio-costa>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

RAMOS, Alexandre Dias (Org.). *Sobre o ofício do curador*. Porto Alegre: Zouk, 2010.

REZENDE, Eliana. História Oral: o que é? para que serve? como se faz? *ER Consultoria*, 2017. Disponível em: <https://eliana-rezende.com.br/historia-oral-o-que-e-para-que-serve-como-se-faz/>. Acesso em: 14 set. 2021.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs.). *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de. Investigar narrativamente a formação docente: no encontro com o outro, experiências... *Roteiro*, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 135-154, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9271/5328>.

RICOEUR, Paul. Histoire de la philosophie et historicité. In: ARON, Raymond (Org.). *L'histoire et ses interprétations. Entretiens autour d'Arnold Toynbee*. Paris: Mouton, 1961. p. 214-227.

ROCHA, Humberto José da (Org.). Étnicos, Milenários e Bandidos: História dos movimentos sociais no Sul do Brasil (séculos XIX-XX). Passo Fundo: Acervus, 2020.

ROCHA, Saturnino. O Bandoleiro Paco. In: RBS TV. *Histórias extraordinárias*, 2003. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2857811/>.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODEGHERO, Carla Simone. História Oral e ética: um olhar comparativo entre Brasil, Canadá e Itália. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 481-500, abr.-jun. 2022.

SANTOS JUNIOR, Saul da Silva. *Depoimento*. Banco de Memória. Veranópolis: Museu Municipal de Veranópolis, 2022.

SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SCARTON, Marciele B. et al. *Passo Velho: História da Colonização de Bento Gonçalves – Da ocupação do Vale das Antas ao distrito de Tuiuty*. Bento Gonçalves: Associação Vale das Antas, 2010.

SECRETARIA DA SAÚDE. 5ª CRS (Caxias do Sul). Mapa da 5ª Coordenadoria Regional de Saúde, 2021. Disponível em <https://saude.rs.gov.br/5-crs-caxias-do-sul>. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A Pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVEIRA, Éder da S. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *MÉTIS: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

SÔNEGO, Márcio Jesus F. A Fotografia como Fonte Histórica. *Historiæ*, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010.

SOTTILI, Néelson Carlos. *Bandido? Herói? Dom Juan? Representações sobre o controvertido Francisco Sanchez Filho, vulgo Paco*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

SOUSA, Rui Bragado. A câmara obscura: a fotografia como fonte histórica. *Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 145, p. 35-43, jun. 2013.

STRELOW, Aline. Primórdios da imprensa literária no Rio Grande do Sul – A história do jornal O Guayba. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 19-38, maio/ago. 2016.

SÜSSEKIND, Maria Luiza; LONTRA, Viviane. Narrativas como travessias curriculares: sobre alguns usos da pesquisa na formação de professores. *Roteiro*, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 87-108, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9263/pdf>.

TAVARES, Ana Paula. Um passeio pela História Oral (entrevista com Leandro Seawright (USP)). *Caféhistoria*, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-oral-entrevista>. Acesso em: 14 out. 2021.

TEDESCO, João Carlos. O Comércio e o Comerciante Colonial nas Narrativas de Romancistas Gaúchos. In: TEDESCO, João C.; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). *Migrantes ao Sul do Brasil*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e Fraudes Eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

TSE. Evolução do título de eleitor mostra o desenvolvimento da democracia brasileira. *Tribunal Superior Eleitoral*, 2017. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Janeiro/evolucao-do-titulo-de-eleitor-mostra-o-desenvolvimento-da-democracia-brasileira>, Acesso em: 17 out. 2021.

VAILATTI, Gissely Lovatto. *1886/2012: Mato Perso, uma história a ser preservada*. Flores da Cunha: Novo Ciclo, 2017.

VEIGA, Ana Cecília R. *Gestão de Projetos de Museus e Exposições*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

VENDRAME, Maíra I. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

VENDRAME, Maíra I. Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do Sul do Brasil. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 12, n. 23, 2013.

WAGNER, Carlos. Nos tempos em que os mortos votavam. *Zero Hora*, p. 15, Porto Alegre, RS, 08 nov. 1989.

WAGNER, Carlos. Paco, o bandoleiro da Serra Gaúcha. *Zero Hora*, Caderno D, p. 1-7. Porto Alegre, RS, 15 jun. 1988.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a Memória: Contribuições à História Cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 3, n. 1, jan/jun. 2010.

XERRI, Eliana G. O Impresso jornalístico como fonte para o estudo de temas do tempo presente: gênero, candidatos e movimento social. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, 2019.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

Entrevistas concedidas à Cristiane Bondan Rampazzo:

- João T., Caxias do Sul, RS, 10 abr. 2021.
- André G., Bento Gonçalves, RS, 14 set. 2021.
- Gilmar A., Bento Gonçalves, RS, 27 jun. 2022.
- Cláudia M., Bento Gonçalves, RS, 07 jul. 2022.
- Caroline Boscaini, Garibaldi, RS, 30 nov. 2022.

Entrevistas concedidas à Márcia Londero:

- Abílio B., Veranópolis, RS, 27 jun. 1989.
- Berta F., Veranópolis, RS, 28 jun. 1989.
- Rui B., Veranópolis, RS, 28 jun. 1989.
- Sofia S., Veranópolis, RS, 29 jun. 1989.
- Tomaz T., Veranópolis, RS, 29 jun. 1989.
- Júlio B., Nova Roma do Sul, RS, 13 jan. 1990.
- Alice M., Nova Roma do Sul, RS, 14 jan. 1990.
- Arno M., Nova Roma do Sul, RS, 04 fev. 1990.
- Lauro F., Porto Alegre, RS, 25 ago. 1990.
- Carlos D.T., Pinto Bandeira, RS, 13 jan. 1991.
- Frederico S., Bento Gonçalves, RS, 14 jan. 1991; 15 jan. 1991.
- Hugo F., Veranópolis, RS, 17 jan. 1991.

ANEXOS

ANEXO I – E-mail de Geraldo Farina – 02 de julho de 2021

03/07/2021

Yahoo Mail - Re: Perguntas - Paco

03/07/2021

Re: Perguntas - Paco

De: Geraldo Farina (maestrogeraldofarina@gmail.com)

Para: cristianerampazzo@yahoo.com.br

Data: sexta-feira, 2 de julho de 2021 18:49 BRT

Boa tarde, Cristiane!

1. Pesquisei e escrevi sobre Paco pois o mesmo era mito. Nasci em 1948 e desde bem pequeno, em Nova Prata falava-se muito do personagem. Assustavam as crianças dizendo: cuidado que o Paco vem tem pegar... Paco e "Bixo papão" parecia-me ser o mesmo. Quando escrevi a História de Veranópolis (1992), intrigou-me que nos arquivos da Prefeitura não encontrei nada. Percebia-se claras lacunas nas correspondências trocadas entre autoridades....
2. Passei a utilizar depoimentos orais, estudos "in loco" e livros e jornais que naqueles anos "ressuscitaram" o personagem com enfoques mais como sendo bandido, por exemplo "Fim do Bandido Paco"...
3. A repercussão do História de Veranópolis foi até bem expressiva. Os atos de lançamento ocorreram em 23.12.1992 na Câmara de Vereadores. Convite formulado pelo então Prefeito Leonir Antônio Farina e pelo Secretário Municipal de Educação Lirio Pessin. Os jornais Correio Riograndense, O Estafeta, Jornal Popular, Primeira Hora deram espaços...
4. A Permanência da memória viva do Paco deve-se, acredito, por ter sido um personagem característico daqueles anos... Uma espécie de "Lampião da Região Colonial Italiana do RS, para uns foi Bandido, para outros, defensor dos pobres... Polêmico, sempre...
5. A Família carrega muita mágoa. Praticamente todos procuram silenciar... Alguns até não aceitam nem entrevistas... A fama de Famigerado Bandido não é, de forma alguma aceita... Preferem dizer que foi um injustiçado, um homem útil para o sistema político que, depois, se viram na obrigação de matá-lo para "Queima de arquivo".

A personagem "Paco", merce aprofundados e descompromissados estudos.

Era isso. Bom trabalho e meu incentivo.
Atenciosamente,
Geraaldo Farina

Em seg., 28 de jun. de 2021 às 17:58, Cristiane Rampazzo <cristianerampazzo@yahoo.com.br> escreveu:

Boa tarde Sr Geraldo, tudo bem?

A pedido da minha orientadora que o Sr. conhece, a Eliana Xerri, estamos fazendo uma enquete com pessoas que escreveram sobre o Paco, a fim de verificar alguns dados, e gostaria de ver a possibilidade do Senhor responder algumas perguntas sobre o livro, para que eu possa utilizar na minha dissertação de mestrado.

Passo a questões abaixo:

- 1 - Por que escreveste sobre o Paco? Houve alguma motivação pessoal?
- 2 - Quais as fontes utilizadas?
- 3 - Qual foi a repercussão do seu livro? Houve lançamento com autógrafos? Qual foi a tiragem?
- 4 - Qual sua impressão sobre a permanência de Paco como memória, e sua representatividade ainda em nossos dias?
- 5 - Qual seu entendimento sobre a posição da família? Além de não se pronunciar, proibiu a filmagem da história do Paco, embora que o mesmo teria sido interpretado por alguém tão carismático quanto o Figueroa?
- 6 - Outras considerações.

Novamente agradeço sua atenção,

ANEXO II – E-mail de Roberto Rossi Jung – 26 de junho de 2021

26/06/2021

Yahoo Mail - Re: Livro

Re: Livro

De: Roberto Jung (robertojung@gmail.com)

Para: cristianerampazzo@yahoo.com.br

Data: sábado, 26 de junho de 2021 16:30 BRT

Olá Cristiane;

Obrigado pelo retorno.

Gostaria de saber a tua impressão sobre o livro.

Respostas às questões:

- 1 - Talvez por também ser descendente lado materno-italo-serrano (Caxias do Sul), mas principalmente pela minha sina em tentar resgatar a memória de vultos, que com o passar do tempo foram caindo no esquecimento, naturalmente ou por força da desnaturada historiografia oficial. Ver títulos afins em minha bibliografia: Barão da Barra do Chuí; Esta terra tem dono. Esta terra é nossa; Gaúcha Maria Josefa; Odisseia de José Borges do Canto; Joana Galvão; José Antonio Caldas; O Príncipe Negro; Maria Baderna; O loco Paulo; Dr. Guilherme de Souza Castro, um livro contra o esquecimento; e Lourenço Moreira Lima, Bacharel Feroz da Coluna Prestes....
- 2 - As 30 indicadas no livro, e mais de uma centena de acessos e consultas sobre o assunto na internet.
- 3 - Houve lançamento com autógrafos na Feira do Livro de Porto Alegre e Feira do Livro de Gramado. Tiragem inicial 500 livros. Lembro que nas duas feiras se apresentaram para autógrafos pessoas que se identificaram como parentes ou aparentados do biografado.
- 4 - O interesse pela vida e morte do biografado permanece.
- 5 - Informação desconhecida, entretanto, lembro ter sido sondado sobre a possibilidade da retomada do projeto filmagem.

Devidamente vacinado fico ao teu dispor, almejando felicidades e pleno sucesso na tua dissertação.

Um fraterno abraço,

Roberto

Roberto Rossi Jung

Em sáb., 26 de jun. de 2021 às 10:42, Cristiane Rampazzo <cristianerampazzo@yahoo.com.br> escreveu:

Bom dia Sr. Roberto, tudo bem?

Não sei se lembras de mim, sou a que comprou seu livro sobre o Paco, e gostaria de ver a possibilidade do Senhor responder algumas perguntas sobre o livro, para que eu possa utilizar na minha dissertação de mestrado.

Passo a questões abaixo:

- 1 - Por que escreveste sobre o Paco? Houve alguma motivação pessoal?
- 2 - Quais as fontes utilizadas?
- 3 - Qual foi a repercussão do seu livro? Houve lançamento com autógrafos? Qual foi a tiragem?
- 4 - Qual sua impressão sobre a permanência de Paco como memória, e sua representatividade ainda em nossos dias?
- 5 - Qual seu entendimento sobre a posição da família? Além de não se pronunciar, proibiu a filmagem da história do Paco, embora que o mesmo teria sido interpretado por alguém tão carismático quanto o Figueroa?

Fico no aguardo e agradeço sua atenção,

desejando que já tenha feito a vacina, que é sinônimo de esperança! (eu fiz a 1ª dose)

Cristiane B. Rampazzo

Yahoo Mail - Re: Livro

26/06/2021

ANEXO III – E-mail de Márcia Londero – 28 de junho de 2021

28/06/2021

Yahoo Mail - Re: Paco

Re: Paco

De: Marcia Londero (goialondero@gmail.com)

Para: cristianerampazzo@yahoo.com.br

Data: segunda-feira, 28 de junho de 2021 17:10 BRT

Oi Cristiane, tudo bem e contigo?
Claro que posso responder.
Segue abaixo minhas respostas:

1 - Por que escreveste sobre o Paco? Houve alguma motivação pessoal?

Foi indicação de meu orientador, pois havia em sua pesquisa sobre os colonos retornados do Mato Grosso, ouvido em todos os relatos um conto sobre as aventuras do Paco. Minha motivação pessoal foi entender porque uma figura se popularizou tanto, e persistiu durante tantos anos gerando um fascínio na população local e representando a rebeldia e valentia que o cidadão comum gostaria de ter com as autoridades brasileiras que tinham praticamente os abandonado.

2 - Quais as fontes utilizadas?

Fontes primárias e secundárias. Entrevistas com os filhos e netos do Paco, com vizinhos e pessoas que tiveram algum tipo de contato com ele. Documentos, processos sobre seus crimes arquivados nos arquivos públicos, cartas escritas, fotos, e ainda livros escritos sobre ele.

3 - Qual foi a repercussão da publicação da sua dissertação?

Houve muita preocupação por parte dos parentes vivos do Paco, de que fosse publicado algum livro que colocasse alguma mancha no nome do Paco. Ele proibiram a publicação.

4 - Qual sua impressão sobre a permanência de Paco como memória, e sua representatividade ainda em nossos dias?

Representa a importância social de suas façanhas. Conhecido como o Lampião dos pampas, ele representava uma manifestação social de insatisfação e rebeldia, um fenômeno conhecido e narrado por Eric Hobsbawm como Banditismo Social, onde o Robin Hood era o paradigma ou tipo ideal de bandido, como diria Max Weber.

5 - Qual seu entendimento sobre a posição da família? Além de não se pronunciar, proibiu a filmagem da história do Paco, embora que o mesmo teria sido interpretado por alguém tão carismático quanto o Figueroa?

Acredito que a família tenha lidado com muita discriminação e tenha sofrido muito com toda a história do Paco, pois ele sempre teve uma interpretação social dúbia, de bandido e herói. Os filhos tinham adoração pelo pai e o respeito pela memória dele era maior do que o interesse financeiro.

Acho que era isso, espero que ajude na sua pesquisa, um abraço
Márcia

Em sáb., 26 de jun. de 2021 às 11:36, Cristiane Rampazzo <cristianerampazzo@yahoo.com.br> escreveu:

Oi Márcia,

Tudo bem? Aqui temos um sábado de muita chuva e cerração. Gostaria de solicitar se poderias responder algumas perguntas sobre sua dissertação sobre o Paco, foram solicitadas por minha orientadora, e as questões estão sendo enviadas a outras pessoas que trabalharam com o Paco também.

Passo as questões abaixo:

1 - Por que escreveste sobre o Paco? Houve alguma motivação pessoal?

2 - Quais as fontes utilizadas?

3 - Qual foi a repercussão da publicação da sua dissertação?

4 - Qual sua impressão sobre a permanência de Paco como memória, e sua representatividade ainda em nossos dias?

5 - Qual seu entendimento sobre a posição da família? Além de não se pronunciar, proibiu a filmagem da história do Paco, embora que o mesmo teria sido interpretado

ANEXO IV – E-mail de Nelson C. Sottili – 08 de junho de 2021

09/07/2021

Yahoo Mail - Re: Paco

Re: Paco

De: Nelson Sottili (ncsottili@gmail.com)

Para: cristianerampazzo@yahoo.com.br

Data: quinta-feira, 8 de julho de 2021 15:06 BRT

Olá, Cristiane!

Estive ocupado e só agora consegui tempo para responder o teu e-mail. Mil desculpas!!!

1) O que me levou a escrever sobre o Paco foi o fato de ter vivido, durante os anos 60 e 70, em uma das localidades da região em que ele viveu. Isto me possibilitou ter contato com algumas narrativas presentes no imaginário social sobre o personagem.

2) As fontes utilizadas foram os processos criminais, as notícias encontradas nos jornais e alguns depoimentos colhidos.

3) Parece-me que houve algumas consultas sobre a dissertação no PPG-História da UFRGS, mas não sei do resultado. Houve, também, o contato de uma editora para que eu publicasse um livro sobre o Paco, contudo o projeto não prosperou.

4) Não tenho elementos para aferir como o personagem está presente, na atualidade, no imaginário social. Agora, ao se trabalhar com algumas temáticas da história, em especial, que estejam inseridas no contexto da história do RS e da região em que ele viveu, creio que o mesmo possa ter relevância.

5) Não sei quais foram as razões da família não ter permitido a realização do filme e, também, de não se pronunciarem sobre o Paco. Talvez, essas memórias mexam com sensibilidades familiares.

Em sáb., 26 de jun. de 2021 às 10:49, Cristiane Rampazzo <cristianerampazzo@yahoo.com.br> escreveu:

Bom dia Sr Nelson!

Tudo bem? Aqui temos um sábado de muita chuva e cerração. Gostaria de solicitar se poderias responder algumas perguntas sobre sua dissertação sobre o Paco, foram solicitadas por minha orientadora, e as questões estão sendo enviadas a outras pessoas que trabalharam com o Paco também.

Passo as questões abaixo:

1 - Por que escreveste sobre o Paco? Houve alguma motivação pessoal?

2 - Quais as fontes utilizadas?

3 - Qual foi a repercussão da publicação da sua dissertação?

4 - Qual sua impressão sobre a permanência de Paco como memória, e sua representatividade ainda em nossos dias?

5 - Qual seu entendimento sobre a posição da família? Além de não se pronunciar, proibiu a filmagem da história do Paco, embora que o mesmo teria sido interpretado por alguém tão carismático quanto o Figueroa?

Desde já agradeço, desejo um bom final de semana :-)

Cristiane Rampazzo

ANEXO V – E-mail enviado ao Museu Municipal de Veranópolis, RS

12/09/2022 11:39

E-mail de Ucs.br - Expografia



Cristiane Bondan Rampazzo <cbrampazzo@ucs.br>

Expografia**Cristiane Bondan Rampazzo** <cbrampazzo@ucs.br>

28 de março de 2022 13:40

Para: mumver@veranopolis.rs.gov.br

Cc: Eliana Gasparini Xerri <egxerri@ucs.br>

a/c Sr. Bernardo L. Bisatto:

Boa tarde,

apesar de já termos conversado por telefone anteriormente, gostaria de, como estudante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul - Mestrado Profissional -, e com o aval do coordenador do PPGHIS, prof. Dr. Roberto Radunz e da minha orientadora, prof. Dr^a Eliana Gasparini Xerri, formalizar a solicitação para a realização de uma exposição em parceria com o Museu Municipal de Veranópolis, cujo tema central seria Francisco Sanches Filho, o Paco (*1889-+1931), personagem conhecido e marcante na história da região e do município de Veranópolis, onde viveu boa parte de sua vida. A concepção da Expografia se justifica devido ao fato de Paco, apesar de passados mais de 90 anos de sua morte, permanecer vivo na memória coletiva da região. A ideia inicial seria dessa Expografia acontecer na Semana dos Museus, no mês de maio/2022, dentro da temática "O poder dos museus", e maiores detalhes acerca da mesma, serão tratados de forma conjunta.

Certa de sua atenção ao exposto, aguardo retorno e agradeço,

Cristiane B. Rampazzo
Mestranda em História - UCS

Contato do PPGHIS - telefone: (54) 3218.2045, email: ppghis@ucs.br.

ANEXO VI – E-mail recebido do Museu Municipal de Veranópolis, RS

12/09/2022 11:41

E-mail de Ucs.br - Expografia



Cristiane Bondan Rampazzo <cbrampazzo@ucs.br>

Expografia

Bernardo Bisatto <mumver@veranopolis.rs.gov.br>
Para: Cristiane Bondan Rampazzo <cbrampazzo@ucs.br>

4 de abril de 2022 09:58

Bom dia Cristiane!

Ficamos felizes em poder compartilhar este projeto com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul e participar de forma qualitativa em seu mestrado.

Penso que a partir deste momento tenhamos que nos reunir para definir a proposta conceitual da exposição, para poder elaborar o layout expográfico: disposição espacial, mobiliários, textos, fotografias e objetos. Em última instância, promover a curadoria da exposição. Esta etapa precisa ser concluída com máxima antecedência, pois se houver necessidade de despesa orçamentária, o projeto precisa ser aprovado pelo Legislativo.

Aguardo maiores informações!
Atenciosamente,

De: "Cristiane Bondan Rampazzo" <cbrampazzo@ucs.br>
Para: mumver@veranopolis.rs.gov.br
Cc: "Eliana Gasparini Xerri" <egxerri@ucs.br>
Enviadas: Segunda-feira, 28 de março de 2022 13:40:11
Assunto: Expografia

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Enviado via UCSMail.



ANEXO VII – Projeto de Lei nº 250/2022 do Poder Executivo Veranópolis, RS

07/09/2022 18:32

Câmara de Vereadores de Veranópolis

página 1 de 1

[INÍCIO \(/\)](#)[\(/ \)](#)

PL 250/2022 - Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o evento "Exposição Paco: Atuação, Representação e Memória".

Proponente: Executivo Municipal (?
sec=nlisaproposicoes&proponente=150)

PUBLICAÇÕES RELACIONADAS

[Redação Original \(pdf.view.php?filename=redacao_original&url=uploads/2734.pdf\)](pdf.view.php?filename=redacao_original&url=uploads/2734.pdf)

[Parecer da Comissão de Constituição e Justiça \(view.php?id=16513&md5=d42c2208d2f8c7de38720c9d64fb6420\)](view.php?id=16513&md5=d42c2208d2f8c7de38720c9d64fb6420)

[Parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas \(view.php?id=16515&md5=990909cae770ca297edaf21718c5b171\)](view.php?id=16515&md5=990909cae770ca297edaf21718c5b171)

INFORMAÇÕES DA PROPOSIÇÃO

Tipo de Proposição: Projeto de Lei do Executivo (PL)

Início da Tramitação da Proposição: 12/05/2022

Última Movimentação da Proposição: 01/06/2022

ANEXO VIII – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Poder Legislativo, Veranópolis, RS

07/09/2022 18:49

016513 Parecer da Comissão de Constituição e Justiça - Projeto de Lei do Executivo 250/2022 - Executivo Municipal

Comissão de Constituição e Justiça

ATA : N° 0013
PROCESSO : Projeto de Lei n.º 250/2022
PROPONENTE : Executivo Municipal

"Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o evento "Exposição Paco: Atuação, Representação e Memória"."

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o evento "Exposição Paco: atuação, representação e memória"

JUSTIFICATIVA

-

O presente Projeto de Lei objetiva solicitar autorização legislativa para realizar despesas com o Projeto "EXPOSIÇÃO PACO: ATUAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA", promovido pelo Município de Veranópolis, através da Secretaria Municipal Turismo e Cultura, a realizar-se no período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2022, em nosso Município.

Parecer: Pela APROVAÇÃO.

Após análise do referido Projeto de Lei Executivo, as Comissões de Finanças, Orçamentos e Contas e Constituição e Justiça apresentam parecer pela APROVAÇÃO do mesmo.

É o parecer.

Documento publicado digitalmente por ALINE PILETTI em 20/05/2022 às 11:00:50. Chave MD5 para verificação de integridade desta publicação d42c2208d2f8c7de38720c9d64fb6420.
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.camaraveranopolis.rs.gov.br/autenticidade>, mediante código 16513.

ANEXO IX – Parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas, Poder Legislativo, Veranópolis, RS

07/09/2022 18:51

016515 Parecer da Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas - Projeto de Lei do Executivo 250/2022 - Executivo Municip...

Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas

ATA : N° 0013
PROCESSO : Projeto de Lei n.º 250/2022
PROPONENTE : Executivo Municipal

"Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o evento "Exposição Paco: Atuação, Representação e Memória"."

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o evento "Exposição Paco: atuação, representação e memória"

JUSTIFICATIVA

-

O presente Projeto de Lei objetiva solicitar autorização legislativa para realizar despesas com o Projeto "EXPOSIÇÃO PACO: ATUAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA", promovido pelo Município de Veranópolis, através da Secretaria Municipal Turismo e Cultura, a realizar-se no período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2022, em nosso Município.

Parecer: Pela APROVAÇÃO.

Após análise do referido Projeto de Lei Executivo, as Comissões de Finanças, Orçamentos e Contas e Constituição e Justiça apresentam parecer pela APROVAÇÃO do mesmo.

É o parecer.

Documento publicado digitalmente por ALINE PILETTI em 20/05/2022 às 11:01:57. Chave MD5 para verificação de integridade desta publicação 990909cae770ca297edaf21718c5b171.
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.camaraveranopolis.rs.gov.br/autenticidade>, mediante código 16515.

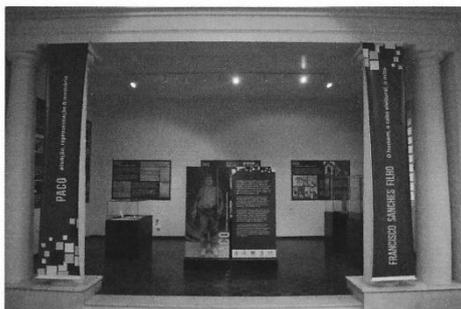
ANEXO X – Universidade de Caxias do Sul, divulgação da Exposição Paco: atuação, representação e memória – 19 de julho de 2022

Notícias

Estudante do Mestrado em História apresenta exposição sobre Paco Sanches, em Veranópolis

Assessoria de Comunicação da Universidade de Caxias do Sul - 19/07/2022 | Editado em 19/07/2022

A pesquisa foi realizada por Cristiane Bondan Rampazzo, como produto final do percurso formativo no Programa de Pós-Graduação. Objetivo foi promover o conhecimento e a reflexão sobre personagem que morou na cidade



Exposição. Crédito: MumVer

Em parceria com o Programa de Pós-Graduação de História da UCS, o Museu Municipal de Veranópolis (MUMVER) concebeu a exposição “Paco: atuação, representação e memória”, na Casa da Cultura Frei Rovílio Costa. A visitação segue aberta até o mês de dezembro, à mostra que conta com objetos, fotografias e documentos representativos da história do hispano-brasileiro Francisco Sanches Filho (1889-1931), que a partir de uma trajetória marcada pela ambiguidade conceitual, foi representado às vezes como herói e às vezes como bandido. A pesquisa histórica e a curadoria foram realizadas pela pesquisadora Cristiane Bondan Rampazzo, como produto final do Mestrado em História na UCS, juntamente com sua orientadora, professora Eliana Gasparini Xerri.



Retrato de Francisco

Sanches Filho, s/d.

Autor: Aurélio Cavalli.

Fonte: Acervo do Museu

Municipal de

Veranópolis.

A iniciativa compartilha elementos da vida do personagem, que se entrelaça amplamente à história social, política e econômica da região da Serra Gaúcha. Dessa forma, é possível analisar os fatos, gerando reflexões e discussões que venham a engrandecer os estudos e conhecimentos do localismo, mas com interfaces que também podem ir às instâncias estaduais e nacionais.

ANEXO XI – Cópia da Certidão Original de Nascimento de Francisco Sanches Filho (Fonte: Londero, anexo E, 1997)

Pag. 59

N. _____

Obito n. 159

Certifico que a fls. 99 do livro n. 11 de registro de obitos foi feito hoje o assento de Francisco Sanches Filho, falecido aos 19 de Fevereiro de 1931, às 15 horas, em neste termo, do sexo masculino, de cor branca, profissão agricultor, natural do stê Estado, domiciliado em _____ e residente neste termo, com 41 annos de idade, estado civil casado, filho legítimo de Francisco Sanches, profissão _____, natural de _____ e residente em aqui, fallecido, e Antonia Bonacella Joan, profissão _____, natural de _____ e residente em aqui, fallecida.

Foi declarante Romano Facchin, sendo o atestado de obito firmado por Sem assistencia medica, que deu como causa da morte Assassinado; o sepultamento foi feito no cemiterio da mesma lictia.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Alfredo Soares, 20 de Fevereiro de 1931.
A. S. S.